

## Introdução

O objetivo deste trabalho é traçar o perfil do relacionamento entre o Brasil e a China. De acordo com a periodização aqui empregada é realizada uma análise referente a três décadas de interlocução entre os dois países, desde o estabelecimento das relações diplomáticas, em 1974, até os dias atuais.

O foco do trabalho está no entendimento e na caracterização do processo de construção de uma parceria estratégica entre os dois países. A contribuição desse trabalho é elucidar a lacuna do conhecimento existente quanto à dinâmica da construção dessa parceria no âmbito das transformações ocorridas no sistema internacional.

A partir das vertentes abordadas no estudo poderão ser sugeridas hipóteses para o desenvolvimento de pesquisas futuras em diversos aspectos do relacionamento sino-brasileiro, tais como: político-diplomático, científico-tecnológico e econômico-comercial.

A hipótese adotada é que: a construção de uma parceria estratégica entre o Brasil e a China tem por objetivo juntar forças políticas, a fim de viabilizar mutuamente os respectivos interesses nacionais.

O conceito de interesse nacional é aqui empregado como “[...] a percepção do bem comum interno ao qual deva submeter-se a política externa”. (CERVO e BUENO, 1986, p. 89).

Considerando o binômio cooperação *versus* conflito - inerente ao estudo das Relações Internacionais - e as assimetrias existentes nos interesses nacionais que permeiam a lógica política dos países, adotamos como premissa desse estudo a cooperação.

Trabalhamos com o pressuposto que Brasil e China são países em desenvolvimento e como tal ambos os países têm realizado ajustes *ad hoc* em suas respectivas políticas externas para uma maior inserção no sistema internacional em reestruturação no pós Guerra Fria.

Assim sendo, esse estudo apresenta um esforço teórico focado na política externa do Brasil e da China, a qual entendemos como a ação que visa “[...] traduzir necessidades internas em possibilidades externas, ampliando o poder de controle do país sobre o seu destino”. (LAFER, 2001, p. 90).

Nesse sentido, pretendemos demonstrar como uma vigorosa sinergia político-diplomática possibilitou a evolução, o aprofundamento e a construção de uma parceria estratégica sino-brasileira, sobretudo através da maximização de vantagens recíprocas nos campos econômico-comercial e científico-tecnológico.

O presente trabalho está organizado em dois capítulos. O primeiro descreve a inserção do Brasil e da China no cenário internacional, tendo em vista: a problemática do desenvolvimento desses países, o estabelecimento das relações diplomáticas, as relações bilaterais na década de 1980, o fim da Guerra Fria e a redefinição da estratégia de inserção internacional de ambos os países. O segundo investiga a construção da parceria estratégica, considerando: a origem e o sentido do termo parceria estratégica, tanto do ponto de vista de autores chineses como brasileiros; a caracterização da parceria estratégica nas vertentes política, científico-tecnológica e econômico-comercial; e o aprofundamento da agenda internacional comum. Finalmente, traçamos uma visão prospectiva do relacionamento sino-brasileiro, descrevendo os possíveis desafios e oportunidades.

## 1. Apresentação do tema

A aproximação entre a China e a América Latina fora inicialmente visualizada por Deng Xiaoping da seguinte forma:

A China e a América Latina trabalhariam juntas para estabelecer um exemplo de Cooperação Sul-Sul. A base para essa cooperação seria estabelecida através de *joint ventures*, preços preferenciais e transferência de tecnologias que seriam as partes das relações Sino-americanas, bem como o benefício do desenvolvimento econômico de ambos os parceiros, servindo com um exemplo real de interação internacional. (REISS, 2000, p. 58, tradução nossa).

Segundo Guimarães (2003), as relações da China com a América Latina se intensificaram a partir das décadas de 1970 e 1980. Contudo, somente na década de 1990 houve avanços significativos devido ao grande número de visitas recíprocas de alto nível que promoveu um aumento no comércio bilateral e viabilizou diversos projetos de cooperação científico-tecnológica.

Do ponto de vista brasileiro em relação à região asiática, especificamente em relação à China, o país tem delegado um espaço especial em sua agenda, pois há uma grande demanda do país por investimentos e o interesse pelo imenso mercado consumidor chinês. O olhar brasileiro para a China deve-se ao fato de que aquele país tem apresentado um pungente crescimento econômico nas últimas décadas, orientado sobretudo pela atração dos investimentos externos e pela expansão do seu fluxo comercial com o mundo globalizado.

Nessa perspectiva, Abdenur (1994, p. 63) afirma que: “[...] o padrão de atuação diplomática que temos em relação à China constitui exemplo pertinente do impulso que contatos políticos em alto nível podem dar ao relacionamento com a área.”

A China também tem interesses no Brasil, por este caracterizar-se como fornecedor de *commodities* estratégicas, precipuamente alimentos e insumos básicos, tanto para atender o

mercado interno chinês, quanto para fornecer matérias-primas para a cadeia produtiva daquele país.

O impacto do fenômeno da globalização refletiu sobre os países em desenvolvimento como o Brasil e a China, aprofundando a interdependência e a integração econômica desses atores por meio da tecnologia.<sup>1</sup>

De acordo com Shixue (1999), a globalização tem sido fundamental para ambos os países, pois tem possibilitado minimizar riscos comuns quando compartilhados com as respectivas vantagens comparativas.

A globalização propiciaria ainda uma aproximação cada vez maior entre os dois países, pois: “[...] países emergentes, de certo peso, devem ficar juntos, e cabe ao Brasil e à China e aos outros países de certo peso, exercer o papel que a história lhes atribui.” (DUQING, 1999, p. 15).

Neste sentido, entendemos que:

O Brasil tem sido freqüentemente referido, ao lado de países como a China ou a Índia, como pertencente à categoria dos *países emergentes*. Essa designação deriva do prognóstico (ou expressa a expectativa) de uma trajetória ascendente *no ranking* internacional. (MARTINS, 1998).

Embora não seja clara a origem da expressão *países emergentes*, o World Bank (2003) a utiliza para distinguir um grupo específico de países que - embora tão diferentes quanto Brasil, China e Índia -, têm características comuns que os tornariam capazes de desempenhar um papel de destaque no sistema internacional.<sup>2</sup>

Há ainda a visão que ambos os países seriam considerados países de porte continental:

Para a caracterização objetiva do que seja um país de porte continental, a aplicação dos critérios básicos de território e população é naturalmente essencial. Aplicados, assim, os dois critérios básicos, seriam países de porte continental os seguintes, em ordem alfabética: Brasil, China, Estados Unidos, Índia e Rússia. (PRATES, 1996, p.33).

---

<sup>1</sup> O termo “globalização” foi usado pela primeira vez, em 1985, por Theodore Levitt.

<sup>2</sup> Na visão de Sennes (1996), apesar dos constrangimentos externos, o Brasil logrou um projeto de potência emergente ou potência média procurando o estreitamento de laços diplomáticos em diferentes macro-processos internacionais.

Kennan (1993) e Lafer (2001) também qualificam o Brasil e a China como *monster countries*, também conhecidos como *países-baleia*, cuja magnitude destes espelha complexas questões como o desenvolvimento social e humano de suas populações.

Nesse sentido, os autores apontam os seguintes desafios:

- no plano interno: o desenvolvimento econômico que poderia ser impulsionado por um maior acesso aos mercados dos países desenvolvidos que constantemente lhes impõem barreiras protecionistas;
- no plano externo: compatibilizar a vulnerabilidade econômica internacional com as necessidades internas de cada país, a fim de viabilizar um aumento do poder relativo desses países nos diversos foros mundiais, obtendo uma maior voz e inserção no cenário internacional.

Portanto, a relevância desse estudo está no entendimento do diálogo entre o Brasil e a China, enquanto países em desenvolvimento, de porte continental e emergentes na cena internacional. O foco da investigação do relacionamento bilateral é elucidar se há o fortalecimento da cooperação por meio de uma parceria estratégica e se as iniciativas conjuntas poderiam favorecer reformas do sistema multilateral através do aperfeiçoamento das normas de convivência internacional.

## **2. O Brasil e a China: aspectos gerais**

O Brasil e a China são atualmente atores políticos que exercem um papel fundamental no âmbito internacional, além de terem as duas maiores economias entre os países em desenvolvimento. Entretanto, há que se considerar fortes assimetrias presentes nestes países, conforme Tabela 1:

Tabela 1 – Aspectos Econômico-Sociais

ASPECTOS ECONÔMICO-SOCIAIS	1995		2001		2002	
	CHINA	BRASIL	CHINA	BRASIL	CHINA	BRASIL
População (em milhões)	1.204,90	159,50	1.271,90	172,60	1.281,90	174,5
Pobreza (% da população com renda abaixo de US\$ 1,00 por dia)	..	..	18,80	11,60	5,00	22,00
População Urbana (% do total populacional)	31,40	78,10	36,70	81,70	38,00	82,00
Renda Per Capita (Atlas Method, \$)	520,00	3.700,00	890,00	3.060,00	950,00	2.830,00

ASPECTOS ECONÔMICOS GERAIS	1982		1992		2001		2002	
	CHINA	BRASIL	CHINA	BRASIL	CHINA	BRASIL	CHINA	BRASIL
Exportações (US\$ bilhões - FOB)	22,32	20,20	84,94	35,79	266,15	58,22	325,56	60,36
Reservas internacionais incluindo ouro (US\$ bilhões)	..	3,99	24,84	23,75	220,05	35,86	297,72	37,82
Dívida externa (US\$ bilhões)	8,35	93,93	72,42	129,06	170,11	245,84	155,67	232,07
Investimento direto externo (US\$ bilhões)	0,43	2,91	11,15	2,06	44,24	22,63	49,30	12,90

Fonte: World Bank (2003): última posição disponível.

VOLUME PIB (Produto Interno Bruto)	1982		1992		2001		2002		2003	
	CHINA	BRASIL	CHINA	BRASIL	CHINA	BRASIL	CHINA	BRASIL	CHINA	BRASIL
PIB (em US\$ bilhões)	221,50	281,70	454,60	390,60	1.167,10	509,00	1.232,70	452,40	1.500,00	498,00

CRESCIMENTO PIB (Produto Interno Bruto)	1982-1992		1992-2002		2001		2002		2003	
	CHINA	BRASIL	CHINA	BRASIL	CHINA	BRASIL	CHINA	BRASIL	CHINA	BRASIL
Crescimento médio (%)	9,7	2,6	9,0	2,7	7,5	1,4	8,0	1,5	8,6	0,4

**Fontes:**

World Bank (2003): última posição disponível

*Dados Básicos e Principais Indicadores Econômico-Comerciais do Brasil e China*, Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Promoção Comercial.  
Documento não publicado, disponível no site : [www.braziltradenet.gov.br](http://www.braziltradenet.gov.br), acesso: 05/10/2004.

Os dados populacionais de 2002 demonstram contrastes: na China existe uma população que corresponde aproximadamente a sete vezes a população do Brasil. Além disso, embora o percentual de pobres da China (5 %) seja inferior ao do Brasil (22 %), em termos de contingente populacional, a China é um país onde há mais pobres que o Brasil. Constatamos ainda que a população chinesa é essencialmente rural (62 %), enquanto que no Brasil a população é predominantemente urbana (82%).

Em 2003, o produto interno bruto (PIB) chinês era cerca de três vezes superior ao PIB do Brasil. Contudo, ao analisarmos os dados de 2002 referentes à renda média<sup>3</sup>, observamos que a renda do chinês era de US\$ 950,00 ou quase três vezes menor do que a do Brasil que apontava US\$ 2.830,00.

Os dados referentes ao crescimento econômico oferecem uma percepção ainda mais clara das assimetrias: entre 1982-2003, a economia chinesa cresceu em média 8,5% e a do Brasil apenas 1,7 %. À título de ilustração, em 1982, o PIB do Brasil (US\$ 281,70 bilhões) era maior que o da China (US\$ 221,50 bilhões) e, em 2003, o PIB chinês (US\$ 1,5 trilhão) representava o triplo do brasileiro (US\$ 498,00 bilhões). Com efeito, observamos que em vinte anos (1982-2002) a China multiplicou seu PIB quase seis vezes, enquanto que no mesmo período o PIB brasileiro não duplicou seu montante.

Outros dados econômicos como a evolução do comércio internacional, as reservas cambiais e o fluxo de investimento externo direto também refletem disparidades. Em 1992, as reservas cambiais dos dois países eram equiparáveis e em dez anos (1992-2002) a China alcançou reservas cambiais cerca de oito vezes maior do que as do Brasil. Entretanto, o destaque foi para a capacidade da economia chinesa de atrair investimentos diretos externos. De 1982 a 2002, esse número cresceu geometricamente

---

<sup>3</sup> A renda média ou *renda per capita* é um indicador que reflete apenas uma média relativa do poder de compra, podendo apresentar viés para determinados estratos populacionais.



passando de US\$ 0,43 bilhões (1982) para US\$ 49,30 bilhões (2002) e superou o significativamente o Brasil.

Tais aspectos demonstram que o dinamismo da economia chinesa ocorreu após as reformas econômicas<sup>4</sup> iniciadas em 1978, possibilitando que o país ocupasse um espaço expressivo na economia mundial.

Segundo estimativas do World Bank (2003), o crescimento percentual médio da economia chinesa para o período de 2003-2006 é de 7,5 % e, para a economia brasileira a estimativa no mesmo período é de 3,4 %, portanto, as assimetrias econômicas entre os dois países tendem crescer.<sup>5</sup>

Em termos de sistema econômico, diferentemente do Brasil, a China é classificada por seus dirigentes como *uma economia socialista de mercado*, no entendimento de que embora esteja orientada para atender as demandas do mercado mundial, aderindo à globalização, no plano interno o Estado, além de exercer o papel de regulador macroeconômico e de gestor preponderante do mercado, também atua no planejamento da sociedade chinesa.

Constatamos também assimetrias no âmbito político-militar, pois a estrutura político-partidária chinesa contempla um único partido (Partido Comunista Chinês) e o Brasil passou pelo processo de redemocratização, em 1985. A China destaca-se na cena internacional como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, sendo também uma potência nuclear. Diferentemente do Brasil, o país apresenta conflitos territoriais internos e externos, enfatizando uma política de segurança caracterizada por um importante espaço na agenda geopolítica-militar internacional.

---

<sup>4</sup> O detalhamento das Reformas Econômicas chinesas encontra-se no item: *As relações bilaterais na década de 1980*.

<sup>5</sup> Dados preliminares do World Bank (2004) apontam que a China ocupa a sétima posição mundial e o Brasil a décima quarta em termos de produto doméstico bruto (GDP).

**CAPÍTULO I:**

**A INSERÇÃO DO BRASIL E DA CHINA NO CENÁRIO  
INTERNACIONAL**

## **1. Brasil e China: a problemática de inserção internacional dos países em desenvolvimento**

Neste capítulo é realizada uma análise sobre a problemática e as estratégias de inserção do Brasil e da China no cenário internacional, a partir de um resgate histórico que contempla o estabelecimento das relações diplomáticas, em 1974, até o final da Guerra Fria.

O objetivo é demonstrar como foram orientadas as respectivas políticas externas, tendo em vista a influência de fatores endógenos e exógenos. A relevância deste enfoque está na investigação e no entendimento da evolução do relacionamento sino-brasileiro, sendo este adotado como embasamento teórico para o segundo capítulo deste trabalho.

A China ingressou na comunidade internacional, em 1949, como membro do sistema Internacional de Westphalia, após a vitória militar dos comunistas frente aos nacionalistas. A construção do Estado comunista foi liderada por Mao Zedong e baseada na matriz ideológica Marxista que orientaria o Partido Comunista Chinês a conduzir a revolução com a classe trabalhadora.

Entretanto, o papel do Estado comunista chinês não se esgotaria apenas na centralização do poder, pois na concepção Marxista haveria também uma institucionalização do Estado que poderia ser traduzida como “ [...] uma ossatura material própria que não poderia ser de maneira alguma reduzida à simples dominação política.” (POULANTZAS, 1980, p. 17).

Ao ser proclamada a vitória dos comunistas, o líder nacionalista Chan Kai-Chek e a elite chinesa refugiaram-se na província insular de Taiwan, protegidos pelos Estados Unidos da América (EUA).

A partir deste momento passaram a coexistir a República Popular da China, no continente, e a República da China, na ilha. Como os Estados Ocidentais seguiram os EUA no não reconhecimento diplomático da República Popular da China, a representação nas Nações Unidas (ONU) e o assento no Conselho de Segurança da ONU ficaram com Taiwan.

No entanto, tanto Beijing quanto Taipei mantiveram uma posição similar no entendimento da existência de *uma só China* e que, no momento oportuno, o outro lado seria reincorporado.

Assim sendo, o conflito ideológico de Taiwan com a China continental – que estava na área de influência da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) – se intensificou, uma vez que a identidade política chinesa estaria sob a influência antagonica dos dois países líderes da Guerra Fria.

Após a vitória do Partido Comunista Chinês, as questões de identidade nacional, unificação e segurança do Estado Chinês passaram a ser suas principais prioridades, enfatizando-se, de um lado, a necessidade da consolidação do novo regime político e, de outro, a urgência da promoção do desenvolvimento econômico.

Em decorrência desta preocupação com a segurança (tanto estratégica quanto econômica), correspondendo à própria sobrevivência do Estado, a China aproximou-se da URSS na esperança de estabelecimento de uma cooperação que pudesse fornecer as bases para o processo de recuperação econômica.

No entanto, como as relações com a URSS mantiveram-se tensas em decorrência de diferenças ideológicas e mesmo de disputa em relação à liderança revolucionária mundial, a URSS, a partir de 1960, interrompeu totalmente a ajuda financeira e técnica que fornecia à China.

Assim sendo, a China “[...] começou a sentir-se cercada inicialmente pelo seu isolamento internacional exigido pelos Estados Unidos da América e, em seguida, pelo rompimento entre a China e a União Soviética.” (PINTO, 2000, p.69).

Com este maior isolamento, a China passou a buscar a intensificação de suas relações com os países em desenvolvimento. Este redirecionamento da política externa chinesa era relativamente coincidente com as expectativas que estes países (em desenvolvimento ou descolonizados) apresentavam (e entre eles também o Brasil) de busca de um espaço mais livre para exercício de uma política externa mais independente e não alinhada às superpotências. “A China, por sua vez, buscava igualmente por um lugar próprio na política mundial. Deng Xiaoping, em 1972, anunciava o fim do *Campo Socialista* e identificava a China como pertencendo ao Terceiro Mundo, e Mao Zedong, em 1974, desenvolvia a *Teoria dos Três Mundos*”. (Oliveira, H., 2004).

Segundo Cabral (1999), na Conferência de Bandung, ocorrida na Indonésia, em 1955, tinham sido explicitados os princípios que norteariam a política externa da China - os chamados *Cinco Princípios da Coexistência Pacífica*<sup>6</sup> -, estabelecidos pelos líderes Zhou Enlai e Jawarharlal Nehru<sup>7</sup> que possibilitariam uma maior diálogo do país com o mundo.

Em função do rompimento sino-soviético observou-se uma reaproximação entre os EUA e China. De um lado, a China passara a sentir-se mais ameaçada pela URSS e, de outro, os EUA beneficiaram-se da situação no pressuposto de enfraquecimento do bloco soviético e diretamente da URSS.

---

<sup>6</sup> Quais sejam: respeito mútuo à soberania e integridade territorial, não-agressão mútua, não interferência nos assuntos internos, igualdade e mútuo benefício.

<sup>7</sup> A Conferência de Bandung foi o foro para a constituição de um posicionamento comum dos países em desenvolvimento frente a importantes questões da cena internacional.

Segundo Abi-Sad (1996), a partir da retomada da China do seu assento nas Nações Unidas como um dos membros permanentes do Conselho de Segurança, a diplomacia daquele país passou a ter a possibilidade de ver-se reconhecida sob o aval dos EUA como um interlocutor de respeito na cena internacional.

Na visão de Pomar (2003), o regime *Um país, Dois sistemas* dificultou o estabelecimento de relações diplomáticas entre a China e os países que continuavam mantendo relações oficiais com a província chinesa de Taiwan.

Contudo, a partir do princípio de *uma só China* e dando continuidade à prática já em vigência de relações diplomáticas com só um dos lados em disputa pelo controle total da China, a República Popular da China passou a contar com expressivo reconhecimento diplomático, enquanto que Taiwan ficou isolada, com apoio inexpressivo, ainda que mantivesse a ajuda política e estratégica dos EUA para não ser absorvida pela China.

Para a recuperação de Hong Kong (1997) e de Macau (1999) a China utilizou a fórmula *Um País, Dois Sistemas*, por intermédio da qual busca atingir o objetivo de unificação chinesa (*um país*), mas possibilitando a manutenção, por um prazo determinado, das especificidades da região absorvida (*dois sistemas*). E é esta mesma fórmula que a China continua propondo a Taiwan na esperança de completar a reunificação da China.

Do ponto de vista da inserção internacional do Brasil, uma expressiva iniciativa diplomática destacava o país no início da década de 1960:

AO liderar a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento – UNCTAD que resultou na criação dos 77, contribuindo de modo decisivo para criar uma atmosfera favorável ao debate sobre a cooperação. (CABRAL, 2000, p. 37).

Segundo Fonseca (1996), ao longo da década de 1970, o Brasil era considerado fundamentalmente um país em desenvolvimento e seu *status* em termos econômicos não era destaque na cena internacional. Do ponto de vista político, a partir de 1964, com o regime militar em vigência e sob a área de influência dos EUA, o desafio para o Brasil era tentar redesenhar seu discurso e buscar autonomia, principalmente diante de uma ordem econômica considerada injusta e politicamente paradoxal.

Nesse sentido, os princípios aventados pelos países em desenvolvimento em Bandung e na UNCTAD transformaram-se ao longo da década de 1970 em instrumentos de barganha frente aos países desenvolvidos. Dessa forma, o debate por uma nova ordem econômica que privilegiasse a inserção internacional dos países em desenvolvimento se instituiu em diversos foros mundiais.

Segundo Ayoob (2002), a inserção dos países em desenvolvimento no sistema internacional não teria ocorrido por um movimento histórico em que o Estado teve uma participação ativa na construção da ordem internacional. Enquanto países em desenvolvimento, estes se apresentavam como uma categoria com uma problemática comum: a construção do Estado e a questão da segurança, os quais, foram subjugados a um realismo político subalterno.

Apesar de pertencerem a uma categoria cuja problemática do desenvolvimento econômico era comum, até 1974, as relações bilaterais não avançaram frente ao jogo de forças antagônicas existentes na cena mundial. Assim sendo, a ação política desses atores era limitada, embora o sistema internacional moderno tenha se moldado com base no fundamento do “[...] mútuo reconhecimento de suas unidades como formalmente iguais, enquanto Estados soberanos”. (VELASCO e CRUZ, 2002, p. 61).

## 2. O estabelecimento das relações diplomáticas

Antes da Guerra Fria, o relacionamento sino-brasileiro era de baixa densidade. Conforme Carrilho (1995), em 1810, plantadores de chá chineses precedentes de Macau estabeleceram-se no Rio de Janeiro difundindo a cultura chinesa no país. Em 1879, o Brasil estabelecia os primeiros contatos diplomáticos com o então Império do Meio, assinando posteriormente o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, em 1881, a fim de edificar as relações bilaterais.

Já no pós-Segunda Guerra Mundial, como tinha acompanhado a posição norte-americana, o Brasil manteve relações diplomáticas com Taiwan, rompendo com a China Continental, sendo que o restabelecimento das relações diplomáticas ocorreu somente em 15 de agosto de 1974. Entretanto, alguns registros históricos apontam que contatos não oficiais antecederam a formalização das relações bilaterais.

O contexto internacional em que ocorreu o restabelecimento das relações sino-brasileiras caracterizava-se pela Guerra Fria, o que limitava estruturalmente relações diplomáticas entre os dois países.

Embora o Brasil se posicionasse na área de influência dos EUA, adotando uma linha de política externa de acordo com as orientações daquele país para as questões políticas na Ásia, a partir da *política externa independente*<sup>8</sup> do governo Jânio Quadros houve a aproximação do Brasil com a China através da missão comercial àquele país, em 1961, liderada pelo Vice-Presidente João Goulart.

Devido ao acirramento ideológico oriundo do movimento de Março de 1964 e da vigência do regime militar, chineses residentes no Brasil foram expulsos e os contatos

---

<sup>8</sup> Cervo e Bueno (1992) caracterizam a *Política Externa Independente* como a mundialização das relações internacionais do Brasil, enfatizando a segmentação do mundo no plano Norte-Sul econômico e não do conflito ideológico, bipolar e sistêmico originário da Guerra Fria.



bilaterais praticamente foram extintos até a missão empresarial de Horácio Coimbra, em 1971, a qual visualizava-se o potencial mercado consumidor daquele país. (SILVA, 1989).

O governo do Presidente Geisel optou por uma maior autonomia no que se refere à implementação de sua política externa, cujo objetivo era o distanciamento do campo hegemônico dos EUA por meio da universalização dos contatos internacionais.

O rótulo *pragmatismo responsável* da política externa deste governo mostraria descontinuidade ao alinhamento ideológico e o adjetivo *responsável* traria uma qualificação ética aliados à estratégia de estreitamento de laços com os países em desenvolvimento: “[...] o não isolamento diplomático do país, sobretudo em foros multilaterais, onde as afinidades com as teses terceiro-mundistas eram essenciais para a obtenção de ganhos políticos”. (FONSECA, 1996, p. 330).

Lima e Moura (1982, p. 351) afirmam que o caráter universalista da política de Geisel “[...] deu continuidade à idéia de força do *pragmatismo*, qual seja o não-alinhamento automático e a inexistência de aliados preferenciais”.

Nesta perspectiva, Fonseca (1996), aponta duas dimensões: a não opção pela bipolaridade da Guerra Fria, mas mantendo relações com os países desenvolvidos; e a opção pela reforma na ordem internacional, fortalecendo as relações com os países em desenvolvimento.<sup>9</sup>

Na visão de Souto Maior (1996, p.357), “[...] o caráter ideológico da nossa política externa anterior a 1974 havia levado o país a manter seu relacionamento político com Taipé e não com Pequim.”

---

<sup>9</sup> O caráter ecumênico da política externa brasileira traduziu-se através da aproximação do Brasil com os países socialistas como a União Soviética, países árabes e africanos. O país também adotou posições positivas em relação às questões que envolviam a causa Palestina e o regime de Angola, cujos movimentos políticos internos destes países eram contrários à orientação norte-americana.

Porém, a partir do abandono dos princípios ideológicos rígidos, os formuladores da política externa brasileira enfatizaram a tarefa econômica da diplomacia para com os países em desenvolvimento. Dessa forma, a “via pragmática” produziu a diversificação das relações interestatais, possibilitando alinhamentos significativos, sobretudo em função da consciência dos limites da ação externa do país no espaço econômico internacional.

Nessa perspectiva, a matriz da política externa de Geisel norteou-se por uma perspectiva multilateral e, por essa razão, era incoerente com vínculos ideológicos vigentes até então. Buscou-se a conjugação dos interesses nacionais através de um novo espaço delineado pela diversificação de parcerias, visando sobretudo, uma maior inserção internacional.

O pragmatismo responsável apresentava diferenças em relação ao processo iniciado pela política externa independente, uma vez que o contexto histórico brasileiro da década de 1970 contrastava significativamente com a década de 1960.<sup>10</sup>

Nesse sentido, entendemos que:

A Política Externa Independente nasce de um projeto político, de uma concepção intelectual, o pragmatismo será a tentativa de superar uma história que começa em 64 e que resulta, de um lado, em algum isolamento diplomático (especialmente no campo multilateral) e, de outro, em uma teia de contradições reais com a potência hegemônica. (FONSECA, 1996, p. 305).

O reconhecimento do Governo Comunista de Pequim fortaleceu a idéia de uma política externa ecumênica, mas sobretudo “[...] traduziu-se, pois, num esforço

---

<sup>10</sup> Na década de 1960, o Brasil vivia um momento de afirmação autoritária, valorizando o mundo como uma contradição. Apesar do cenário bipolar, Geisel visualizava possibilidades de um mundo mais conciliado. Além disso, na década de 1970, o Brasil apresentava uma população maior que da década de 1960 e o “milagre” do crescimento econômico propiciava uma maior participação brasileira na economia mundial.

deliberado para preencher os vazios diplomáticos totais ou parciais, sem preconceitos ideológicos, à luz dos interesses do país.” (SOUTO MAIOR, 1996, p. 356).

Apesar disso, o reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a China foi “[...] precedido de uma ampla consulta os meios militares e de um persistente trabalho de convencimento nesta área”. (LIMA e MOURA, 1982, p.360).

Nos discursos dos interlocutores, demonstrou-se que os diferentes interesses nacionais estariam focados na soberania e na independência, porém a existência de princípios comuns fundamentaria a base do relacionamento sino-brasileiro.

E, de acordo com Chen Chieh:

A China e o Brasil, como países em vias de desenvolvimento, defrontam-se com a mesma tarefa de salvaguardar a independência e a soberania nacionais, desenvolver a economia nacional, e lutar conta a hegemonismo e a política de força das superpotências.

Na visão do Chanceler Antônio Azevedo da Silveira:

Nossos Governos têm enfoques distintos para a condução dos seus respectivos destinos nacionais. Ambos consideramos, no entanto, que é um direito inalienável de cada povo o de escolher o seu próprio destino [...]. Fundamos nosso relacionamento nos princípios de respeito mútuo à soberania e de não-intervenção nos assuntos internos do outro país. Estes são os alicerces da nossa amizade.<sup>11</sup>

Constatamos que o estabelecimento das relações diplomáticas não foi um ato isolado, mas uma confluência de fatores exógenos que moldavam a cena internacional: a China era uma realidade histórica e o Brasil reconheceu o Governo de Pequim depois de vários governos da América Latina; a normalização das relações com a República Democrática Alemã constituiu um precedente no contexto da Guerra Fria; mas

---

<sup>11</sup> Discursos do Chanceler brasileiro, Antonio F. Azeredo da Silveira e do Vice-Ministro do Comércio Exterior da República Popular da China, Chen Chieh, quando da assinatura do Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento das Relações Diplomáticas entre o Brasil e a China, no Palácio do Itamaraty, em 15 de Agosto de 1974. In: Resenha de Política Exterior do Brasil, Ministério das Relações Exteriores, Brasília: ano I, nº II, Setembro de 1974.

sobretudo a distensão dos EUA com a China continental, em 1972, influenciou sobremaneira a decisão brasileira que, a partir de então, não via mais receios ideológicos ou constrangimentos para retomar o relacionamento com a China continental. (SILVA, 1989).

Adicionalmente, haveria o interesse recíproco em estabelecer as relações diplomáticas para promover questões como: a oposição às políticas de hegemonia das superpotências, o apoio à questão territorial de 200 milhas, desarmamento, meio ambiente e a perspectiva de um maior intercâmbio comercial.

### **3. As relações bilaterais na década de 1980**

Considerando-se que entre 1974 a 1979 os contatos políticos bilaterais foram exíguos, embora grande parte dos países da comunidade internacional já havia transferido suas embaixadas de Taipé para Beijing, “[...] o estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a China, foi provavelmente tardio e a diplomacia brasileira perdeu, dessa forma, uma oportunidade de exercer um papel de liderança na cena internacional.” (CAICHILOLO, 2003, p. 112).

No final da década de 1970, a China passava por profundas transformações internas que levariam o país a uma maior abertura para o mundo e, conseqüentemente, a uma maior aproximação com o Brasil.

Devido à morte de Mao Zedong, em 1976, a retórica da Revolução Cultural fora relegada, pois a idéia de uma revolução contínua perdeu seu ímpeto devido aos conflitos entre a facção conservadora do Partido Comunista chinês e a burocracia partidária que

atrasavam o desenvolvimento econômico e impediam o avanço do ideal socialista no país.<sup>12</sup>

Conseqüentemente, mudanças significativas ocorreram na cúpula dirigente do Partido Comunista chinês e Deng Xiaoping ascende ao poder como o líder que conduziria o país a um novo ordenamento das forças políticas, inaugurando assim uma nova fase na história chinesa.

Precisamente em 1978, na III Sessão Plenária do XI Comitê Central do Partido Comunista chinês, Deng Xiaoping anunciou a implementação de uma política gradual de reformas e de abertura da economia chinesa para o mercado externo, a fim de dinamizar o processo de modernização do país. A nova estratégia diplomática que levaria o país definitivamente aos rumos do desenvolvimento econômico foi chamada de *Política de Portas Abertas*.

O Estado desenvolvimentista de Deng Xiaoping se uniria ao Estado revolucionário de Mao Zedong e a China adotaria uma política de contenção de conflitos e ambições geopolíticas para obter resultados econômicos concretos e, para tanto buscaria a paz com países fronteiriços e o fortalecimento dos vínculos diplomáticos com o resto do mundo.

Entretanto, a nova estrutura econômica não alteraria a natureza política do sistema socialista, pois a essência das reformas seria a construção da base material através da abertura econômica, porém com a manutenção da ditadura democrática popular, centralizada pelas decisões do Partido Comunista chinês. Assim sendo, a *construção do socialismo chinês* pressupunha um mercado sujeito às regras e ao controle das atividades macroeconômicas pelo Estado socialista, cuja função principal seria a distribuição dos recursos através da conjugação dos interesses do povo.

---

<sup>12</sup> Spence (2000) aponta que a Revolução Cultural chinesa foi um movimento complexo que durou de 1966 a 1976 e afetou toda a China devido aos conflitos entre Mao Zedong e outros altos dirigentes do Partido Comunista chinês.

Na concepção de Zemin (2002), a *construção do socialismo chinês*, contemplaria os seguintes aspectos:

- Desenvolvimento do socialismo a longo prazo e orientado pelo Marxismo, em vez de adotar dogmas ou modelos estrangeiros;
- Emancipação das forças produtivas através da superação das contradições do desenvolvimento econômico e das crescentes necessidades materiais da sociedade chinesa, a fim de impulsionar o progresso e a elevação do nível de vida do povo;
- A base econômica será construída por meio do progresso científico e o papel da Ciência e Tecnologia será considerado como principal força produtiva;
- Aperfeiçoamento da economia de mercado socialista, mantendo a propriedade pública dos meios de produção e o desenvolvimento da democracia política socialista através da cooperação multipartidária sob a direção do Partido Comunista chinês;
- A política externa da China será independente e autônoma, através da diversificação dos vínculos políticos e econômicos do país com os países capitalistas;
- A reforma e a abertura deverão garantir a base da existência do Estado chinês a partir dos quatro princípios fundamentais: a ditadura democrática popular, a direção da estrutura política pelo Partido Comunista chinês, a ideologia Marxista-Leninista e o pensamento de Mao Zedong;
- Os planos quinquenais serão implementados a fim de promover o desenvolvimento econômico das regiões mais atrasadas;

- Será reforçado o papel das massas de operários, camponeses, intelectuais e do exército popular como forças de apoio ao socialismo e ao Partido Comunista chinês;
- A China será reunificada através da idéia de “*Um país, dois sistemas*”, isto é, o princípio de uma só China, no sistema socialista, mantendo o regime capitalista atualmente existente em Hong Kong, Macau e Taiwan.

Para viabilizar a implementação dessa nova estratégia diplomática foram estabelecidas duas medidas: as Quatro Modernizações e a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs).

As Quatro Modernizações foram direcionadas aos seguintes setores: indústria, agricultura, forças armadas e tecnologia e se desdobraram em medidas, tais como: a redução e controle do Estado sobre as províncias, a privatização de empresas estatais, a desregulamentação da atividade econômica e a reforma agrária.<sup>13</sup>

Para Oliveira, C. (1990), as ZEEs foram instaladas geograficamente nas proximidades dos portos estratégicos do litoral chinês, sendo consideradas como unidades administrativas autônomas e com tratamento diferenciado no âmbito da política econômica nacional.<sup>14</sup>

Os principais objetivos das ZEEs foram: atrair capital externo para o desenvolvimento agrícola e industrial; viabilizar a transferência da tecnologia mais avançada possível; promover as exportações; absorver métodos ocidentais de administração comercial e industrial e aumentar a demanda por bens e serviços produzidos por outras regiões do país. (OLIVEIRA, C., 1990).

---

<sup>13</sup> Hui (2003) aponta que a partir da década de 1980, a fragmentação dos ativos das famílias camponesas foi crescente, à medida que a terra das comunidades agrícolas tradicionais fora gradativamente expropriada pelo Estado chinês. O processo de privatização da terra se deu sem a constituição de uma democracia social, por meio do confisco pelas oligarquias dos ativos públicos.

<sup>14</sup> As ZEEs criadas como plataformas de exportação foram: Xiamen, Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Hainan.

Segundo Helleiner (1994), o mercado internacional na década de 1980 caracterizou-se pela a formação dos cartéis financeiros nos países industrializados, concomitantemente ao avanço da globalização e da interdependência financeira por meio da tecnologia.

Entretanto, apesar de a China ter ficado à margem da dinâmica do sistema econômico internacional após a Segunda Guerra Mundial, em meados da década de 1980, em função dos primeiros resultados das reformas já implementadas, o país começava a apresentar um crescimento econômico acelerado.<sup>15</sup>

Keohane e Nye (2001) ressaltam que a China obteve rápido crescimento econômico a partir de sua abertura, pois o país capitalizou os ganhos da globalização financeira das décadas de 1980 e 1990.

Gilpin (2002) destaca também que o modelo chinês de desenvolvimento econômico poderia ser recomendado aos países que têm por objetivo escapar do “jogo totalizante” do atual estágio ao capitalismo internacional, pois a industrialização do país se basearia no trabalho intensivo, voltado ao mercado de massa.

Diferentemente da China, o Brasil como a maioria dos países em desenvolvimento, ao longo da década de 1980, imergiu numa crise econômica motivada pelo rompimento do diálogo Norte-Sul.<sup>16</sup>

O agravamento do conflito entre países desenvolvidos e em desenvolvimento levou à suspensão do crédito internacional, conseqüentemente “[...] essa mudança qualitativa na agenda seria completada mais adiante pela ascensão de temas cuja

---

<sup>15</sup> Diante da expansão do comércio chinês e do incremento significativo de empresas e fluxos de investimentos diretos externos àquele país, constatamos que as ZEEs abriram verdadeiras janelas da China para o mundo.

<sup>16</sup> Na Rodada do Uruguai do GATT (General Agreement of Tariffs and Trade), em 1981, os países em desenvolvimento propuseram uma reforma econômica visando: a reversão dos termos de troca, o acesso aos mercados dos países industrializados e a redução do protecionismo. Tal proposta não foi aceita pelos países desenvolvidos que romperam o diálogo com os países em desenvolvimento e as decisões da agenda internacional foram centralizadas na tríade: EUA, Japão e Alemanha.



manipulação colocaria os países em desenvolvimento na defensiva”. (CORREA, 1996, p.370).

Além disso, a decisão unilateral dos EUA em aumentar a taxa de juros desestruturou financeiramente os países em desenvolvimento e deflagrou uma crise generalizada de endividamento. Dessa forma, a década de 1980 foi considerada como “a década perdida” para esses países.<sup>17</sup>

Na visão de Ricupero (1996), a vulnerabilidade financeira do Brasil fora potencializada diante dos conflitos comerciais e pelas pressões norte-americanas nos âmbitos bilateral e multilateral, o que motivou ao longo da década de 1980 o isolamento do país nos campos político e econômico.

Nessa perspectiva, o governo Figueiredo conduziu a política externa brasileira tendo em vista a continuidade do nacionalismo de fins, ou seja, buscou-se a autonomia e a inserção no mundo com o objetivo de superar a crise de endividamento externo, sobretudo privilegiando o regionalismo sul-americano.

Contudo, em 1984, o Presidente visitou a China e diversos acordos foram firmados, tais como: Transporte Marítimo, Cooperação Tecnológica em Energia Nuclear e Siderurgia.

De acordo com Hanwu (1991), a visita foi destaque na história das relações sino-brasileiras, sendo inclusive citada pelo Presidente Li Xiannian que declarou que, após dois séculos de intercâmbio, aquela fora a primeira visita de um Presidente brasileiro àquele país.

Do ponto de vista político, os resultados concretos da visita foram: o Memorando de Entendimento sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear e o estabelecimento de repartições consulares em São Paulo e Shanghai. Dessa

---

<sup>17</sup> Para exemplificar a expressão, podemos citar a involução de indicadores macroeconômicos nos países em desenvolvimento, tais como: queda do PIB, desinvestimento, inflação, fuga de capitais e endividamento externo.

forma, as relações bilaterais caminhavam para um estreitamento dos interesses comuns e iriam além de uma política externa amistosa.

Em 1985, a partir da Nova República, o governo Sarney adota como foco principal da política externa brasileira o processo de redemocratização, que se inseriu no discurso diplomático tanto no âmbito regional como multilateral: a recuperação do Estado de Direito, retificaria a visão de inspiração militar e valorizaria os direitos humanos pela normalização democrática do país.

Em meio às incertezas políticas internas geradas pela Assembléia Nacional Constituinte, em 1987, ocorreu o ápice da crise político-econômica, a retração dos investimentos e a suspensão dos pagamentos dos juros da dívida externa às instituições privadas. O recrudescimento da crise “ [...] se caracterizaria pela ocorrência de uma forte perda da capacidade de negociação do Brasil, que se tornou indisfarçavelmente vulnerável às pressões dos países industrializados e dos organismos multilaterais”. (SENNES, 1996, p. 67).

Entretanto, a busca por novos investimentos externos e um maior intercâmbio comercial aproximaram o Brasil da região asiática, especificamente da China. Em 1988, o Presidente visitou o país e diversos acordos foram firmados, em setores como: exploração de petróleo, indústria siderúrgica, medicina e saúde, energia hidroelétrica, geociências, fármacos, energia elétrica, madeireiro e energia nuclear.

No plano político, a assinatura do Memorando de Entendimento Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum criou mecanismos para trocas políticas bilaterais em temas da ordem mundial. Por meio da atuação do Chanceler Abreu Sodré, buscou-se o fortalecimento do diálogo entre os dois países em questões referentes ao desenvolvimento dos países periféricos em foros internacionais.

O destaque especial da visita foi o Acordo sobre Pesquisa e Produção Conjunta do Satélite Sino-Brasileiro de Sensoriamento Remoto que inaugurou o Programa Espacial Sino-brasileiro de lançamento de satélites de rastreamento terrestre.<sup>18</sup>

Na década de 1980, constatamos que a política externa chinesa privilegiava a cooperação com os países em desenvolvimento e os fundamentos em relação à América Latina eram: “[...] a paz e amizade, apoio recíproco, igualdade, benefício mútuo e desenvolvimento conjunto.” (XINSHENG e SHAOXIAN, 2003, p. 237).

Entretanto, a perspectiva brasileira apresentava um padrão externo de relacionamento “[...] muito mais reativo a fatores conjunturais ou a iniciativas asiáticas do que propriamente derivado de um ativismo.” (OLIVEIRA, H., 1999).

Contudo, mesmo no contexto da Guerra Fria havia a possibilidade de uma maior aproximação entre o Brasil e a China porque existiam “[...] brechas por meio das quais foi possível alterar-se a tradicional relação de poder positivo das grandes potências e a configuração da ordem mundial”. (LAFER, 1982, p. 20).

---

<sup>18</sup> O detalhamento desse Programa encontra-se no Capítulo II: A vertente Científico-Tecnológica.

#### **4. O final da Guerra Fria e a redefinição da estratégia de inserção internacional**

Segundo Lafer (2001), ao término da Guerra Fria as polaridades definidas nas relações Leste-Oeste passaram a caracterizar-se por polaridades indefinidas. As descontinuidades sistêmicas significariam uma mudança de paradigma na ordem internacional, o que conseqüentemente geraria um vácuo de poder no sistema internacional, devido à ausência de uma nova ordem mundial.

Nesse sentido, destacamos também que:

Com a redução do sistema de confronto da Guerra Fria, estabeleceu-se um sistema político mais complexo, no qual as configurações de poder diversificaram-se, possibilitando manobras político-diplomáticas para os mais variados Estados. (OLIVEIRA, A., 2003, p.5).

O término do conflito bipolar possibilitou a clara expressão “[...] dos valores do liberalismo, entrelaçando democracia e mercado que tendiam à universalização”. (LAFER e FONSECA, 1997, p. 56).

Na visão de Huntington (1992, p. 19), o fim da Guerra Fria conservou apenas uma superpotência, os EUA, embora o mundo emergente talvez seja mais bem descrito como um mundo unimultipolar e, conseqüentemente, a nova ordem internacional convergiria para “[...] uma combinação intermediária de elementos de cooperação e de competição”.

O cenário internacional em redefinição favorecia maior aproximação entre os países em desenvolvimento devido à uma nova disposição de forças no jogo político

que criou novos espaços, possibilitando que o Brasil e a China pudessem atuar de acordo com suas prioridades e interesses, diferentemente do que a estrutura bipolar permitia.

Contudo, a queda do muro de Berlim trouxe incertezas políticas para a sociedade e para o Estado chineses. Em 1989, reivindicações sociais clamando por mais democracia e contra a corrupção no alto escalão do Partido Comunista chinês refletiam o novo cenário mundial em transformação, ocasionando o massacre da *Praça da Paz Celestial*.<sup>19</sup>

Para Oliveira, A. (2003), o país procurou evitar o fiasco político e a desintegração do comunismo, como de fato ocorrera na Europa Oriental. Para tanto, aprofundou as reformas iniciadas em 1978 e o ano de 1993 tornou-se emblemático, pois mostrou que o crescimento econômico havia se consolidado.

Embora, a década de 1990 tenha sido marcada pela concentração geográfica do investimento externo direto em países desenvolvidos, o dinamismo econômico chinês despontava o país como um forte receptor de investimentos externos, tornando-o, em 1994, o principal destino dos investimentos estrangeiros. (HIRST e THOMPSON, 1998).

Notamos que a China redefiniu sua estratégia de inserção internacional pós-Guerra Fria fortalecendo-se como ator econômico. Para Yong (2001), a ascensão econômica chinesa trouxe aos EUA a percepção de que o país seria um adversário estratégico em potencial àquele país.

Kristof (1994, p.14), afirma ainda que: “[...] se a China for capaz de sustentar seu milagre econômico, o reajustamento da balança será uma das tarefas mais importantes e talvez mais perigosas das relações internacionais nas próximas décadas.”

---

<sup>19</sup> O movimento questionava o partido único chinês e permeava diversos segmentos sociais. A pressão da mídia internacional direcionou os estudantes a ampliarem suas demandas, exigindo a democracia liberal. Acreditava-se na fragmentação da China, porém o movimento foi duramente reprimido pelo Partido Comunista chinês.

Portanto, a China buscou o fortalecimento e o prestígio de sua imagem internacional, a fim de criar condições favoráveis de atuação nos âmbitos global e regional, pois “[...] o objetivo principal da política externa chinesa é manter um ambiente pacífico para o desenvolvimento econômico e sua estratégia internacional é alcançar esse objetivo.” (YAQUIN, 1996, p. 33).

Do ponto de vista da inserção internacional do Brasil pós-Guerra Fria, observamos que a política externa apresentava-se “[...] muito mais como uma continuidade daquela desenvolvida no período da política externa independente e consolidada na época do pragmatismo responsável do que como uma nova política, decorrente das alterações mundiais e mesmo das domésticas”. (OLIVEIRA, H., 1996, p. 1).

Contudo, o país continuou ser um defensor da institucionalização de um regime de comércio multilateral e procurou avançar as relações com seus pares continentais, sobretudo com a China na “[...] crença de que similaridades do Brasil com estes países os converteriam em parceiros privilegiados em uma economia globalizada”. (HIRST e PINHEIRO, 1995, p. 20).

## **CAPÍTULO II**

### **A CONSTRUÇÃO DE UMA PARCERIA ESTRATÉGICA**

Neste capítulo é apresentada uma discussão acerca da construção de uma parceria estratégica no âmbito das relações sino-brasileiras.

O escopo desse estudo não é definir o conceito de parceria estratégica, *grosso modo*, mas sobretudo apresentar uma compreensão para o termo, suas origens, as visões brasileiras e chinesas, bem como agregar a contribuição de autores anglo-saxões e latino-americanos da literatura das Relações Internacionais na temática.

Cabe salientar que o termo apresenta controvérsias em função da diversidade de abordagens teóricas e do discurso político. Assim sendo, a perspectiva desse estudo é predominantemente brasileira e através dela procurar-se-á apresentar diversas matizes que possam oferecer sentido ao termo.

Posteriormente, serão apresentadas as vertentes que caracterizam a parceria estratégica, bem como sua contextualização na agenda internacional, os desafios e oportunidades inerentes ao processo de construção dessa parceria e as tendências prospectivas para o relacionamento sino-brasileiro.

## **1. A origem do termo: parceria estratégica**

O termo parceria estratégica foi inicialmente utilizado pelo Primeiro Ministro chinês, Zhou Ronji<sup>20</sup>, em Maio de 1993, a fim de designar genericamente a relação sino-brasileira como: “[...] uma relação sinérgica entre o maior país em desenvolvimento do hemisfério oriental com o maior país em desenvolvimento do hemisfério ocidental.” (FUJITA, 2003, p. 64)

---

<sup>20</sup> Por ocasião de sua visita ao Brasil visando orientar as tratativas que antecederam a visita do Presidente Jiang Zemin ao país, ocorrida em Novembro de 1993.



De acordo com Meza (2002, p.40), a termo *parceria* pode ser entendido como: “[...] aproximações específicas (eleitas como opção) que permitem alcançar objetivos comuns com potências regionais semelhantes, tirar proveito de oportunidades e enfrentar desafios.”

O autor considera também que a construção de parcerias ocorreu entre os países em desenvolvimento como consequência da identificação de posições políticas comuns em foros internacionais, direcionadas a formação de um contraponto frente ao liberalismo econômico vigente na década de 1990.<sup>21</sup>

Cervo (2002, p. 21) amplia essa idéia, referindo-se à ação externa brasileira que estaria voltada para: “[...] uma política exterior assertiva do ciclo desenvolvimentista que manipulava a relação bilateral e a construção de parcerias estratégicas como uma linha de força da política externa”.

Concisamente, a construção de parcerias pode ser considerada como um instrumento para o estabelecimento e a viabilização no plano externo de interesses relacionados a sócios preferenciais, não desconsiderando outros aliados ou parceiros potenciais.<sup>22</sup>

Com relação à semântica do termo *estratégia*, cabe resgatar sua origem grega pelo latim *strategus* e está relacionada à aptidão para coordenar a ação das forças militares.

Na concepção de Aron (2002, p. 72), tanto a estratégia como a diplomacia estariam subordinadas à política: “[...] chamemos de estratégia o comportamento

---

<sup>21</sup> Nesse sentido, o autor avança na discussão salientando que a construção de parcerias estratégicas tem sido fundamental enquanto instrumento para a formulação de objetivos que visam atender o interesse dos Estados, tais como: ampliação do acesso a mercados, tecnologias, investimentos e aumentar a cooperação bilateral para uma melhor participação dos países no processo decisório do sistema internacional. (MEZA, 2002, p. 56).

<sup>22</sup> Encontrei referências sobre outras parcerias estratégicas formadas pelo Brasil e pela China. No caso brasileiro em: LAFER, Celso. *Relações Brasil - Argentina: Alcance e Significado de uma Parceria Estratégica*, Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 19, n°2, jul/dez, 1997, p. 249-265. Em relação à China, há documentos oficiais do *Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China* que apontam a formação de parcerias entre China-França e China-Rússia. Documentos não publicados e disponíveis no site: <http://www.fmprc.gov.cn>, acesso: 15/11/2004.

relacionado com o conjunto das operações militares, e de diplomacia a condução do intercâmbio com outras unidades políticas.”

Entretanto, observamos que o emprego do termo ocorre de múltiplas formas no âmbito da retórica e nos discursos políticos. Na visão de Lafer (1992, p. 44), houve a politização desse termo que passou também a orientar os interesses dos Estados: “[...] estratégia ajustou-se, também, àquilo que se pode chamar de realismo político, que considera os fins da política internacional”.

Portanto, o termo *estratégia* transcende a esfera militar e pode ser também entendido como:

Temas políticos e as questões sociais, econômicas, tecnológicas e culturais, incluem também a consideração das interações dos temas externos e internos; e a articulação de visões prospectivas. [...] Estratégia passou a ser no Brasil a disciplina que estuda essas diferentes interfaces, sob a ótica de seu desdobramento de longo prazo. (SARDENBERG, 1998, p. 217).

Com base nas abordagens acima, o termo *estratégia* pode ser empregado no sentido de formulação de planos de ações encadeados em diversas esferas, a fim de atingir interesses de longo prazo, ou seja, a interpretação do termo contempla o elemento temporal, através do qual a relação entre os atores envolvidos evolui gradativamente ao longo do tempo.

Assim sendo, o termo *parceria estratégica* pode ser entendido de forma abrangente como: *aproximações entre os Estados que se consideram sócios preferenciais e visam superar desafios, bem como aproveitar oportunidades e interesses comuns de longo prazo.*

Contudo, para apreendermos o processo de construção de uma parceria estratégica sino-brasileira, cabe destacar a interpretação das visões brasileiras e chinesas sobre a temática.

## 2. O sentido da construção de uma parceria estratégica: as visões brasileiras e chinesas

A revisão bibliográfica permitiu extrair diversas visões brasileiras e chinesas quanto ao sentido da construção de uma parceria estratégica:

<b>Visões brasileiras</b>	
<i>ABDENUR (1997:41)</i>	<i>Jiang Zemin, Chefe de Estado e Secretário-Geral do PCC, referiu-se à formação de uma parceria estratégica com o Brasil, no sentido de que há um imenso leque de projetos de cooperação a serem explorados, em especial nos campos econômico e de ciência e tecnologia. As autoridades chinesas, em outras palavras, analisam o Brasil a partir de uma perspectiva promissora, de mais longo prazo, que vai além da visão de conjuntura que se limita às dificuldades econômicas e sociais que ainda prevalecem.</i>
<i>CABRAL (2002)</i>	<i>Este conceito desenvolveu-se tendo como base a concepção de Deng Xiaoping, que numa conversa em dezembro de 1988, com o primeiro ministro Rajiv Ghandi sobre a responsabilidade comum da China e da Índia no estabelecimento de uma nova ordem internacional e evocava o papel do Brasil na construção de um futuro século da América Latina. Nessa construção estratégica para futuro do mundo no século XXI, o Brasil e a China, como os dois maiores países em desenvolvimento teriam o potencial para agregarem esforços e alicerçarem o fundamento de uma nova ordem internacional. Uma ordem que venha a ser baseada no progresso das nações e na limitação da política de força na solução dos contenciosos entre os Estados.</i>
<i>CERVO (2002: 21-23)</i>	<i>As relações entre China e Brasil foram qualificadas de parceria estratégica nos anos noventa, denotando a alta prioridade que lhes conferia. [...] As grandes possibilidades de cooperação entre os dois maiores países em desenvolvimento do mundo foram percebidas pelos dirigentes também no setor de energia, da política internacional, da indústria pesada e dos serviços de engenharia.</i>

<i>DUARTE (1999:112-113)</i>	<i>Não há dúvida de que a parceria estratégica a que se referiu o Primeiro Ministro chinês tem todas as condições para transformar-se em uma realidade objetiva, com o esforço e a participação construtiva dos governos e sociedades chinesa e brasileira. Pois a prioridade de ambos, no limiar do novo milênio, continua sendo vencer o subdesenvolvimento, elevar o nível de vida de suas populações, reduzir o grau de dependência de turbulências externas, aumentar a participação e a capacidade de influir nas grandes decisões globais que afetam diretamente seus destinos.</i>
<i>FUJITA (2003: 58-70)</i>	<i>Durante suas conversações com autoridades brasileiras em 1993, Zhou Ronji, já o então o principal encarregado das reformas econômicas chinesas, prognosticou o relacionamento sino-brasileiro como uma parceria estratégica, significando haver uma relação sinérgica entre o maior país em desenvolvimento do hemisfério oriental com o maior país em desenvolvimento do hemisfério ocidental (alusão reiterada constantemente nas interlocuções de autoridades chinesas com suas contrapartes brasileiras).</i>
<i>FUJITA (2003: Anexo - Entrevista 1)</i>	<i>Esse conceito envolve exatamente essa visão que o Brasil e a China têm um do outro e a posição que cada um se vê no sistema internacional, como dois países em desenvolvimento, mas com potencialidades ascendentes. O Brasil e a China viram que era necessário formar parcerias e se posicionarem de forma conjunta para ter mais força, para ter uma repercussão maior de suas posições nas grandes questões da agenda internacional.[...] Esses dois parceiros tendem naturalmente a firmar posições conjuntas, posições de reforço nas suas respectivas posições e, dentro dessa idéia de parceria, foram identificados campos muito importantes onde a cooperação seria frutífera, não apenas no diálogo político, mas também no campo econômico, comercial, muito importante no campo modelar (que é o campo de ciência e tecnologia) e mesmo no campo cultural.[...] A parceria estratégica é exatamente a união de esforços nos mais diversos campos, para justamente esses países poderem ter uma voz, um papel ativo na moldagem da agenda internacional.</i>
<i>HIRST E PINHEIRO (1995:18)</i>	<i>As relações entre o Brasil e a China tiveram um expressivo incremento com vistas à formação do que se denominou parceria estratégica em setores de infraestrutura, comércio bilateral e cooperação tecnológica.</i>
<i>LAFER (2002)</i>	<i>Os números demonstram que a parceria estratégica com a China constitui uma realidade que se expressa em múltiplos contatos políticos, nos intercâmbios comercial e cultural, na cooperação nas áreas de ciência e tecnologia, saúde, no combate ao tráfico de drogas e outros ilícitos transnacionais.</i>

<i>LAMPREIA (1999, p.144-145)</i>	<i>O Brasil e a China, embora estejam cada qual de um lado do planeta, são as maiores nações do mundo em desenvolvimento e, daí, portanto, o valor de atuarmos de forma coordenada. Essa coordenação, para ganhar peso, deve ter uma base sólida no relacionamento bilateral. [...] E é a busca desse aprofundamento de cooperação que deve ser o motor da nossa agenda bilateral. Por isso, é muito verdadeira a expressão parceria estratégica.</i>
<i>OLIVEIRA, H.(2004)</i>	<i>A parceria estratégica ganha um contorno mais definido na área de cooperação técnica e científico-tecnológica, com o trabalho conjunto para o desenvolvimento de satélites de sensoriamento remoto (CBERS), tendo sido lançado, em 1999, o primeiro satélite. [...] Pode-se apontar como um fator favorável à maior presença brasileira no mercado chinês a construção anterior de um clima de confiança mútua e delineando, através de uma ação conjunta no plano internacional, o que se convencionou denominar de uma parceria estratégica.</i>
<i>VIZENTINI (1999)</i>	<i>O Brasil demonstrará interesse nos países mais relevantes para sua inserção internacional, como a China e a Índia, em relação aos quais cogitará o estabelecimento de parcerias estratégicas.</i>

<b>Visões chinesas</b>	
<i>BAOYU (1999:116-117)</i>	<i>Os diálogos políticos demonstram uma reciprocidade de interesses e posições semelhantes sobre problemas internacionais. Além disso, nossos dois países apresentam uma complementariedade na geopolítica mundial. Por isso, tanto o Brasil quanto a China caracterizam suas relações bilaterais como uma parceria estratégica. [...] O significado estratégico entre os dois maiores países em vias de desenvolvimento no mundo atual pode ser atestado a partir de uma série de posições comuns, no âmbito internacional, tais como o reajuste no sistema de comércio exterior e a preservação do meio ambiente.</i>
<i>HENGMIN (1999)</i>	<i>Os líderes da China e do Brasil chegaram a um consenso sobre o estabelecimento da parceria estratégica entre ambos os países, a qual se trata de uma relação permanente, estável e de benefício mútuo que vai para além do presente século. [...] Zhou Ronji apresentou formalmente a proposta de criação das relações da parceria estratégica entre a China e o Brasil e o Brasil tornou-se o primeiro país em desenvolvimento no mundo com o qual a China estabelece uma relação desse tipo, o que mostra plenamente que as duas partes estão a desenvolver as relações bilaterais dum alto ponto de vista estratégico e a partir do maior interesse dos seus povos, tendo como objetivo fundamental a defesa da paz, da estabilidade e do desenvolvimento do mundo.</i>
<i>QIN (2004: Anexo - Entrevista 2)</i>	<i>A parceria estratégica existente na relação China - Brasil não passa pelos interesses temporários, não passa pelos desejos comuns de curto prazo. Eu acho que é melhor que isso: a base das relações em todos os níveis entre os dois países é uma visão de longo prazo com profundos interesses.[...] O aspecto "estratégico" da relação não existe em uma só área, ou seja, não é só comércio ou investimentos, temos em todos os sentidos a aceleração desse aspecto entre os dois países: comércio, econômico, cooperação internacional, cooperação científico - tecnológica - inclusive a cooperação cultural e esportiva - e todas essas cooperações são muito completas.</i>

<p><i>RUIHUAN (1995)</i></p>	<p><i>A América Latina representa uma das regiões mais dinâmicas do planeta no que se refere ao desenvolvimento econômico. No plano político, a região, em particular o Brasil, ocupa importante localização estratégica no mundo. O Brasil é o maior país em desenvolvimento no cenário latino-americano e a China é o maior país em desenvolvimento no mundo. Entre os dois países existem muitos pontos de identidade: ambos estão empenhados em conseguir desenvolvimento econômico e em melhorar as condições de vida de suas populações. Portanto, a cooperação carrega um significado muito relevante para os dois países, já que entre nós não existem choques de interesses fundamentais. O que existe, sim, são dois países que se complementam. Portanto, vejo horizontes muito promissores para as relações entre os nossos países, especialmente no campo econômico.</i></p>
<p><i>SHANG (1999, tradução nossa)</i></p>	<p><i>O reconhecimento mútuo da parceria estratégica bilateral simbolizou o começo de um novo tipo de aproximação nas relações entre China e Brasil. Tal parceria estratégica está contribuindo para a realização de metas de ambos os países de longo prazo. A forma embrionária dessa parceria estratégica pode ser constatada a partir da cooperação política, econômica e científico - tecnológica bilateral.</i></p>
<p><i>SHIXUE (1999, tradução nossa)</i></p>	<p><i>Promover continuamente as relações econômicas e comerciais entre as duas nações a fim de promover a prosperidade mútua e estabelecer um bom exemplo para a Cooperação Sul-Sul. [...] Fortalecer discussões, a coordenação e o apoio mútuo nas organizações a fim de proteger os direitos dos países em desenvolvimento e estabelecer uma ordem política internacional pacífica, estável, justa e razoável.</i></p>
<p><i>YINCHUN (1999:141-142)</i></p>	<p><i>No palco internacional, a China e o Brasil são partidários dos princípios de soberania e independência, respeito à soberania nacional e à integridade territorial. Os dois países defendem a adoção de resoluções pacíficas para os conflitos internacionais, posicionando-se contra a hegemonia e insistem no estabelecimento de uma nova ordem econômica mundial na qual prevaleçam a democracia, a justiça e o desenvolvimento. As posturas semelhantes adotadas por ambos, na esfera internacional, permite alicerçar uma base sólida para o desenvolvimento das relações bilaterais, tanto no campo político, quanto no econômico e comercial.</i></p>

<i>ZEMIN (2002:504)</i>	<i>No atual contexto mundial caracterizado por evolução contínua de multipolarização e de globalização econômica, terá ainda maior importância quando nós, os dois maiores países em desenvolvimento, respectivamente da Ásia e da América Latina, tratarmos com uma visão estratégica e de longo alcance a cooperação estratégica entre os nossos dois países. [...] Desejamo-nos esforçar junto com a parte brasileira para impulsionar a parceria estratégica sino-brasileira a um novo patamar.</i>
<i>ZHIQUAN (1999)</i>	<i>Há uma base sólida entre a China e o Brasil para o desenvolvimento de cooperação bilateral comercial e econômica. Os dois países nunca tiveram hostilidade histórica nem conflitos básicos de interesses entre si.</i>

**Fonte:** Elaborada pela autora, de acordo com a síntese bibliográfica.

Analisando-se as visões brasileiras e chinesas quanto ao sentido da construção de uma parceria estratégica, constatamos convergências de idéias no que se refere à cooperação bilateral focada nas seguintes vertentes: política, científico-tecnológica e econômico-comercial.

Em relação à vertente da política, de forma geral, as visões brasileiras apontaram a perspectiva de uma ação conjunta, enquanto países em desenvolvimento, destacando que através de uma parceria esses países poderiam obter maior voz em importantes decisões da agenda internacional.

As visões de Baoyu (1999), Qin (2004: Anexo – Entrevista 2), Ruihuan (1995), Yinchun (1999), Shang (1999), Shixue (1999) e Zhiquan (1999) demonstraram com maior profundidade que a cooperação política sino-brasileira apresenta interesses, princípios e posições comuns nos foros internacionais, sobretudo tendo em vista a construção de uma nova ordem política que seja mais justa aos países em desenvolvimento.



No que se refere à vertente científico-tecnológica, as visões de Abdenur (1997), Cervo (2002), Fujita (2003:Anexo–Entrevista 1), Hirst e Pinheiro (1995), Lafer (2002) e Oliveira, H. (2004) ressaltaram a importância dessa vertente para a construção de uma parceria estratégica sino-brasileira devido às potencialidades existentes em diversos setores econômicos a serem exploradas mutuamente.

As visões chinesas apresentaram menor ênfase quanto a essa vertente. Entretanto, Qin (2004: Anexo – Entrevista 2) e Shang (1999) consideram a cooperação científico-tecnológica como um elemento complementar ao entendimento do processo de construção de uma parceria estratégica.

Do ponto de vista da vertente econômico-comercial, as visões de Abdenur (1997), Cervo (2002), Duarte (1999), Fujita (2003:Anexo-Entrevista 1), Hirst e Pinheiro (1995) e Lafer (2002) demonstraram que a cooperação econômico-comercial apresenta expressivas potencialidades, principalmente em termos de comércio bilateral, pois tanto o Brasil quanto a China consideram que o desenvolvimento econômico possa ser promovido mutuamente por meio de uma maior troca comercial num mundo globalizado.

Nessa vertente, constatamos que as visões de Baoyu (1999), Qin (2004: Anexo – Entrevista 2), Ruihuan (1995), Yinchun (1999), Shang (1999), Shixue (1999) e Zhiquan (1999) indicaram convergências em relação às visões brasileiras, sobretudo no que se refere ao comércio internacional.

As visões chinesas demonstraram também que a cooperação econômico-comercial com o Brasil poderá contribuir no estabelecimento de uma nova ordem econômica mundial. Nesse sentido, tanto o foco chinês quanto o brasileiro sinalizam que essa vertente poderá nortear a linha de ação externa de ambos os países contribuindo para a intensificação de uma diplomacia comercial mútua.

Consideramos ainda que as visões de Hengmin (1999), Qin (2004:Anexo-Entrevista 2), Shang (1999), Shixue (1999) e Zemin (2002) enfatizaram que uma parceria estratégica sino-brasileira contemplaria metas que somente poderão ser alcançadas a longo prazo e por meio de uma relação estável que evolua gradativamente.

Assim sendo, adotamos uma síntese das visões brasileiras e chinesas que expressa o *sentido* da construção da parceria estratégica como:

*A ação conjunta de longo prazo no plano internacional dos dois maiores países em desenvolvimento, direcionada por interesses comuns e caracterizada pela cooperação política, econômico-comercial e científico-tecnológica.*

Dessa forma, identificamos *a priori* matizes das vertentes intrínsecas ao processo de construção de uma parceria estratégica sino-brasileira, as quais serão caracterizadas a seguir.

### **3. A caracterização de uma parceria estratégica**

#### **3.1 - A vertente política**

Ao término da Guerra Fria, profundas transformações ocorridas no sistema internacional influenciaram as relações sino-brasileiras. Diante da fragmentação dos conflitos ideológicos vigentes até então e da perspectiva de uma nova ordem mundial que redefiniria a configuração do sistema internacional, os países em desenvolvimento

tiveram a percepção de que era necessário refazer seus discursos de inserção externa, pois a agenda internacional tornou-se complexa e trouxe inúmeros desafios a esses países.

Nesse contexto, o Brasil e a China buscaram a superação dos constrangimentos externos, tendo em vista que o cenário internacional sinalizava a possibilidade de uma maior participação de novos atores que até então estavam à margem da arquitetura bipolar do poder.<sup>23</sup>

É exatamente em função dessa perspectiva que se baseia a presente análise, adotando a premissa de que a montagem de uma parceria estratégica sino-brasileira terá como elemento fundamental a vertente política.

Segundo Oliveira, H. (2004), a busca por parcerias estaria relacionada à distribuição do poder no sistema internacional. Nesse sentido, adotamos o pressuposto que a vertente política é a base da construção de uma parceria estratégica sino-brasileira porque é através dela que: os interesses nacionais serão coordenados, as posições comuns em temas da agenda global poderão ser adotadas e, precipuamente, as forças mútuas poderão ser agregadas para favorecer a atuação conjunta desses atores num sistema internacional que, embora em processo de transformação, ainda se sustenta por uma geometria de poder hierarquizada.

Em outros termos, encontra-se na vertente política o interesse mútuo pela busca de um sistema internacional multipolar e pluralista, no qual a participação desses atores nas principais questões internacionais seja mais democrática, favorecendo assim, uma distribuição mais equitativa do poder.

Ainda que estejamos considerando que a construção de uma parceria estratégica sino-brasileira objetivasse a mútua inserção internacional, não estamos afirmando que

---

<sup>23</sup> As visões chinesas e brasileiras apresentadas constataam esse raciocínio, sobretudo diante da perspectiva de inserção internacional do Brasil e da China, enquanto países em desenvolvimento.

essa aproximação política excluiria a formação de outras parcerias, sobretudo aquelas que envolvessem os interesses de ambos os países com os países desenvolvidos.

No início da década de 1990, apesar da indefinição quanto ao reordenamento internacional, a cooperação político-diplomática entre os dois países foi promovida por meio de esforços comuns.

No governo Itamar Franco, de acordo com Oliveira, H. (2004), “[...] a Ásia foi definida como uma das prioridades da diplomacia brasileira em função de seu potencial cooperativo nos campos científico e tecnológico, bem como enquanto mercado para exportação e importação.”

Nessa perspectiva, a retomada da política externa neodesenvolvimentista e a reafirmação da liderança regional do Brasil como potência média levou a uma maior aproximação política do país com a China.

Segundo Hengmin (1999), ao longo dessa década, visitas de alto nível<sup>24</sup> entre os dois países tornaram-se conspícuas e trouxeram inúmeros benefícios mútuos, tais como: o fortalecimento dos laços políticos, a promoção de um maior conhecimento e a celebração de importantes acordos.<sup>25</sup>

A visita do Presidente Jiang Zemin ao Brasil, ocorrida em Novembro de 1993, é considerada por muitos autores como fato emblemático nas relações bilaterais: o marco de uma parceria estratégica sino-brasileira. Durante a visita do Presidente chinês foram apresentados contornos mais definidos quanto à idéia de parceria estratégica, lançada por Zhou Ronji, quando da sua visita ao Brasil.

Segundo Shang (1999) e Shixue (1999), os dois países chegaram a um consenso sobre uma parceria estratégica a partir de um plano proposto pelo Presidente Jiang

---

<sup>24</sup> Visitas recíprocas de Ministros, Chefes de Estado e de governo, bem como visitas de lideranças políticas, entre as quais se destacaram: a visita ao Brasil do Presidente Jiang Zemin (1993 e 2001) e a do Presidente Fernando Henrique Cardoso à China, em 1995.

<sup>25</sup> Anexo - *Acordos, atos e documentos firmados entre o Brasil e China.*

Zemin que contemplava quatro pontos:

- Fortalecer contatos através do intercâmbio cultural, educacional, acadêmico e esportivo;
- Promover continuamente as relações econômicas e comerciais entre as duas nações, a fim de promover a prosperidade mútua e estabelecer um bom exemplo para a Cooperação Sul-Sul;
- Fazer uso do mecanismo existente de consultas políticas em todos os níveis e em todas áreas para aumentar o entendimento e a confiança mútua, e trabalhar em conjunto para desenvolver uma amizade de longo prazo e mutuamente benéfica;
- Fortalecer discussões, a coordenação e o apoio mútuo nas organizações, a fim de proteger os direitos dos países em desenvolvimento e estabelecer uma ordem política internacional pacífica, estável, justa e razoável.

Para a melhor compreensão desses aspectos, Baoyu (1999), Cabral (2002), Fujita (2003), Hengmin (1999), Shang (1999) e Shixue (1999), afirmam que a cooperação política desses países apresenta um importante papel em termos de manutenção da paz e da estabilidade em suas respectivas regiões, bem como em outras áreas do globo.

Por meio do fortalecimento dos laços econômico-comerciais, culturais e vínculos políticos promover-se-iam a unidade entre o Brasil e a China, contribuindo para o estabelecimento de uma nova ordem política e econômica mais justa.

A partir dos quatro pontos apresentados pelo Presidente Jiang Zemin, a percepção de que a parceria estratégica sino-brasileira seria uma variável de caráter temporal é reforçada, pois o processo de construção dessa parceria dar-se-ia fundamentalmente através do entendimento mútuo de longo prazo.

Evidentemente, estamos considerando que o discurso político é um dado que reflete invariavelmente forma e conteúdo simbólicos e, por esse motivo, acreditamos que tal fonte impõe limites à pesquisa por não aparentar ser *a priori* factível e requerer ações futuras para a concretização de suas proposições.

Embora estejamos no âmbito da retórica, observamos que os quatro pontos apontados para a construção da parceria estratégica demonstram o propósito de fortalecer a defesa dos interesses comuns no concerto das nações, avançando na perspectiva de atuação conjunta desses atores na esfera mundial.

Do ponto de vista político-diplomático, o consenso apresentado por ambos os atores no que diz respeito a uma maior inserção internacional dos países em desenvolvimento, remete-nos ao seguinte questionamento: a parceria estratégica sino-brasileira poderia instrumentalizar uma nova distribuição de poder no sistema internacional, permitindo maior inserção dos países em desenvolvimento ou estaria voltada apenas aos interesses de ambos os países?

Diversos autores consideram que a parceria estratégica sino-brasileira estaria fundamentada na construção de consensos em torno de interesses comuns, não excluindo, a possibilidade de aprofundamento de longo prazo da cooperação política com os demais países em desenvolvimento em questões relevantes da agenda internacional.<sup>26</sup>

Nesse sentido, Hengmin (1999) afirma que “[...] o Brasil tornou-se o primeiro país em desenvolvimento no mundo com o qual a China estabelece uma relação desse tipo”.

---

<sup>26</sup> Esse tópico é abordado no Capítulo II: *A Parceria Estratégica e o aprofundamento da agenda internacional*.

Tal fato confirma o real interesse chinês pelo Brasil e por isso, entendemos que:

Os chineses tendem a ver o Brasil, por análoga extensão territorial, populacional e potencialidades de vários tipos, como possível e desejável aliado preferencial na América do Sul, desconsiderando aproximações como o México, localizado na área de influência direta dos EUA. (CHACON, 1999).

Segundo Lima (1996), o Brasil direcionou sua política externa para o fortalecimento de alguns princípios orientados à obtenção de maior autonomia nas decisões internacionais. Diante da necessidade do país em reduzir sua dependência externa, buscou-se a universalização e a ampliação de suas opções internacionais por meio da diversificação de parcerias.

Conseqüentemente, ao longo da década de 1990, notamos a participação pró-ativa do Brasil nos foros multilaterais, principalmente na ONU e na OMC (Organização Mundial do Comércio), consolidando assim, sua presença no processo decisório internacional. O país assumiu o papel de ator político, apresentou uma imagem de liderança entre os países em desenvolvimento e direcionou seus interesses pela via negociadora, obtendo assim, ganhos políticos com outros Estados.

A visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à China, ocorrida em 1995, teve como objetivo acelerar o desenvolvimento de uma parceria estratégica sino-brasileira. Observamos que o primeiro país asiático a ser visitado pelo Presidente brasileiro foi a China e não o Japão, país que fora considerado parceiro tradicional do Brasil na Ásia.<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> Shang (1999) ressalta que, em 1993, quando Fernando Henrique Cardoso ocupava o cargo de Ministro das Relações Exteriores, foi adotada uma linha de ação diplomática chamada de “Estratégia Asiática”, cujo foco era voltado à promoção das relações com a China, o Japão, a Índia e os países do sudeste asiático.

Em 2001, o Presidente Jiang Zemin retorna ao Brasil e o Presidente Fernando Henrique Cardoso declara que a notável troca de visitas de alto nível entre os dois países fora decisiva para tornar realidade a parceria estratégica sino-brasileira.<sup>28</sup>

De fato, ao término dos dois governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o processo de construção de uma parceria estratégica sino-brasileira apresentou avanços significativos. À título de ilustração, podemos citar: a coordenação política e o apoio do Brasil quanto à entrada da China na OMC, o fortalecimento da vertente científico-tecnológica a partir do lançamento do primeiro satélite sino-brasileiro e sobretudo o crescimento do fluxo de comércio bilateral que alcançou recordes históricos, tornando a China o terceiro parceiro comercial do Brasil.<sup>29</sup>

Ao assumir o governo, em 2003, em seu discurso de posse, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva apontou a continuidade da política externa brasileira, através da qual procurar-se-ia: instrumentalizar o desenvolvimento econômico e social do país e buscar a democratização do sistema internacional, tendo em vista a necessidade de redução do hiato entre nações ricas e pobres.<sup>30</sup>

Assim sendo, a política externa seria o elemento catalisador e transformador dos interesses nacionais em pontos da agenda internacional, sobretudo a partir das negociações comerciais, a fim de obter um tratamento mais justo para o país em relação às barreiras e subsídios que distorcem os termos de troca no comércio mundial.

Constatamos o cunho universalista e multilateral da atual política externa brasileira, conforme as palavras do Chanceler Celso Amorim:

---

<sup>28</sup> Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, proferido por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da República Popular da China, Senhor Jiang Zemin. Brasília, 11 de Abril de 2001. Disponível no site: <http://www.mre.gov.br/discursos>.

<sup>29</sup> Esses tópicos estão abordados no Capítulo II: *A Vertente Científico-Tecnológica e A Vertente Econômico-Comercial*.

<sup>30</sup> Discurso proferido pelo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão de Posse, no Congresso Nacional. Brasília, 01/01/2003. Documento disponível no site: <http://www.mre.gov.br>, acesso: 16/12/2004.



Nossa política externa não pode estar confinada a uma única região, nem pode ficar restrita a uma única dimensão. O Brasil pode e deve contribuir para a construção de uma ordem mundial pacífica e solidária, fundada no Direito e nos princípios do multilateralismo.<sup>31</sup>

Nesse sentido, o Chanceler apontou ainda que o Brasil formaria alianças com importantes países em desenvolvimento, tais como: a China, a Rússia, a Índia, o México, a África do Sul, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e países do Oriente Médio.

Em relação à região asiática, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarou que esta seria prioritária para a política externa brasileira e, assim como seu antecessor, o Presidente elegeu especificamente a China como o primeiro destino de sua visita à Ásia.

Ocorrida em Maio de 2004, a visita foi considerada por diversos segmentos da sociedade brasileira como emblemática para as relações bilaterais. Inclusive, a mídia destacou amplamente o fato, sendo considerado por analistas internacionais como um evento indicativo de que a parceria sino-brasileira poderia representar o início de um novo bloco de poder.<sup>32</sup>

Ações efetivas se concretizaram durante a visita presidencial, transcendendo os discursos e gestos retóricos que naturalmente envolvem as visitas dos Chefes de Estado.

Acordos em diversos setores econômicos foram firmados pela comitiva formada por centenas de empresários brasileiros.<sup>33</sup> Além disso, o Presidente brasileiro teve uma expressiva atuação em conferências ocorridas na China.<sup>34</sup>

---

<sup>31</sup> Discurso proferido pelo Chanceler por Celso Luiz Nunes Amorim, por ocasião da transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Brasília, 01/01/2003. Documento disponível no site: <http://www.mre.gov.br>, acesso: 16/02/2003.

<sup>32</sup> LAPPER, Richard. *Ligação Brasil-China representa desafio geopolítico para EUA*. Financial Times, Londres, 22/05/2004.

<sup>33</sup> Anexo – *Acordos comerciais firmados em Pequim*.

<sup>34</sup> Discursos proferidos pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em vista à China: *Seminário Brasil - China: Comércio e Investimentos, Perspectivas para o Século XXI*, Pequim, 24 de Maio de 2004; *Seminário Brasil-China: uma Parceria de Sucesso*, Xangai, 26 de Maio de 2004; *Conferência do Banco Mundial sobre Combate à Pobreza*, Xangai, 26 de Maio de 2004. Todos documentos disponíveis no site: <http://www.mre.gov.br/discursos>, acesso: 27 de Maio de 2004.

Em termos retóricos, o Presidente brasileiro demonstrou o propósito de construir uma nova geografia econômica com o apoio chinês. Para tanto, afirmou que a parceria estratégica sino-brasileira teria um papel fundamental, pois esta representaria o paradigma de cooperação entre os países em desenvolvimento e como tal sinalizaria os primeiros contornos do desenho de uma nova ordem econômica mundial.<sup>35</sup>

Para completar o raciocínio que envolve o processo de construção de uma parceria estratégica sino-brasileira, há que se considerar que o *Comunicado Conjunto*<sup>36</sup> - assinado por ambos os países durante a visita do Presidente brasileiro à China – expressou os seguintes compromissos recíprocos:

- Intercâmbio das sociedades civis que seria fundamental para aprofundar o conhecimento mútuo;
- Aumento do intercâmbio econômico-comercial com benefícios recíprocos;
- Promoção da cooperação internacional com ênfase na coordenação de negociações na ONU e na OMC;
- Confiança mútua com base num diálogo equitativo, independentemente dos contrastes políticos e econômicos.

De acordo com essas concepções, verificamos que os resultados da viagem do Presidente brasileiro à China sinalizavam uma maior vontade política para a construção de uma parceria estratégica, através da declaração de princípios que salientou confiança e o diálogo em iniciativas conjuntas no plano internacional.

---

<sup>35</sup> Vellozo (2004) afirma que na percepção dos formuladores da política externa brasileira, a China seria o país que mais se assemelharia ao Brasil pelo fato de ambos representarem potencialidades em suas respectivas regiões. Além disso, a China poderia ser um parceiro estratégico que agregaria força política para transformar a ordem econômica internacional.<sup>44</sup>

<sup>36</sup> Anexo – *Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China*.

Em Novembro do mesmo ano, Presidente Hu Jintao visitou a América Latina e o Brasil foi o primeiro país escolhido para a visita. Além dos diversos acordos comerciais e científico-tecnológicos que foram firmados<sup>37</sup>, a visita do Presidente chinês teve por objetivo estabelecer posições políticas comuns com o Brasil.<sup>38</sup>

Além da sinalização de oportunidades econômicas futuras e a viabilização dos acordos comerciais firmados, o Brasil recebeu a manifestação chinesa favorável quanto à participação do país como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, bem como o apoio chinês em questões de interesse comum junto à OMC.

Em discurso, o Presidente brasileiro demonstrou confiança quanto às promessas feitas pela delegação chinesa e destacou a importância da parceria estratégica sino-brasileira ao afirmar que:

Os protocolos e os acordos que assinamos hoje definem de forma muito objetiva a parceria estratégica entre China e Brasil, na perspectiva de que juntos consigamos construir uma nova geografia comercial no mundo, uma nova geografia política e uma nova geografia cultural.<sup>39</sup>

O Presidente chinês, por sua vez, declarou que a intensificação da cooperação bilateral representaria a promoção de uma “[...] nova ordem política internacional que irá favorecer os países em desenvolvimento.”(ZEMIN, 2004).

Reiteramos que ao nível do discurso cabe uma análise crítica, pois acreditamos que tal fonte pode apresentar concepções imprecisas, apesar disso, salientamos que autores como Hengmin (1999) e Fujita (2003) apontam a convergência de interesses entre o Brasil e a China em temas da agenda global.

---

<sup>37</sup> Anexo - *Atos Celebrados entre os Governos Brasileiro e Chinês, por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da República Popular da China, Senhor Hu Jintao.*

<sup>38</sup> O reconhecimento pelo Governo brasileiro de que a China seria uma economia de mercado gerou controvérsias no meio empresarial que não aceitou que o país estaria praticando as regras de livre mercado. Diante das reformas implementadas, a economia chinesa estaria ainda em fase de transição: de uma economia planificada e regulamentada pelo Estado para a economia de livre mercado.(GREEN, 2003).

<sup>39</sup> Discurso proferido pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento do Encontro Empresarial Brasil – China, Palácio Itamaraty, 12 de novembro de 2004. Documento não publicado e disponível no site: <http://www.planalto.gov.br> da Presidência da República, Secretaria de Imprensa e Divulgação, acesso: 12/11/2004.

Apesar do provável viés apresentado nos discursos, a percepção é que ambos os países compartilham o anseio por um sistema internacional multipolar que ofereça espaços alternativos para uma maior inserção dos países em desenvolvimento.

Cabe ressaltar que as declarações de apoio mútuo em foros internacionais-especificamente em questões de interesse comum - são destacadas por muitos autores. A atuação conjunta Brasil-China na ONU apresenta significativas coincidências de votos:

A participação das duas nações na ONU foi, igualmente, bastante semelhante, sobretudo no tocante aos temas da ordem mundial e da luta contra os constrangimentos econômicos e diplomáticos que limitavam as possibilidades de pleno desenvolvimento e inserção internacional de países periféricos de grande porte, como era o caso do Brasil e da China.(VIZENTINI, 1999).

Demonstrando o mesmo raciocínio, Duarte (1999) afirma que ambos os países apresentam votação idêntica; Hengmin (1999) considera que a unanimidade nas votações é mais de 90 % e Qin (2004: Anexo - Entrevista 2) afirma que há coincidências entre os dois países em 98% ou 99% das votações na ONU.

Adicionalmente, consideramos que a vertente política de uma parceria estratégica sino-brasileira apresenta alguns princípios de política externa comuns. De acordo com as visões de Cabral (1999), Duarte (1999), Shang (1999), Vizentini (1999), Yinchun (1999), Fujita (2003) e Oliveira, H. (2004), os princípios comuns que merecem destaque especial são: a autodeterminação dos povos, o respeito à soberania nacional e à integridade territorial, a não aceitação da interferência externa nos assuntos internos<sup>40</sup>, a resolução pacífica dos conflitos internacionais e os princípios do livre comércio.

---

<sup>40</sup> Segundo Hengmin (1999), tanto o Brasil como a China consideram que as questões de Direitos Humanos referem-se à política doméstica de cada país e opõem-se à diplomacia intervencionista dos EUA nessa questão.

De acordo com Waltz (1979), em termos da *Realpolitik*, o cálculo político dos Estados é fundamentado em interesses concretos e pragmáticos que, em última instância, determinam essência da política de poder.

Nesse sentido, constatamos que interesses concretos fundamentam a vertente política de uma parceria estratégica sino-brasileira, entre os quais podemos inferir que: a concessão por parte do governo brasileiro do *status* de economia de mercado à China estaria atrelada a possíveis vantagens econômico-comerciais para o Brasil e, a China agregaria mais um aliado para ser reconhecida como um país que respeita as regras de mercado; a perspectiva da China de que ocorra aumento das trocas comerciais com o Brasil poderá direcioná-la a ocupar um lugar mais expressivo junto ao Mercosul <sup>41</sup>, por outro lado, a China apresentar-se-ia como um mercado consumidor para o Brasil, bem como a porta de entrada aos produtos brasileiros para outros mercados asiáticos; o reconhecimento por parte do governo brasileiro de uma só China e a manutenção de sua integridade territorial poderia ser determinante para a viabilização do interesse do Brasil em obter o apoio da China quanto ao ingresso do país como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU <sup>42</sup>; e, finalmente existiria a perspectiva de ampliação da cooperação bilateral através de posições comuns junto à OMC contra o protecionismo praticado pelos países desenvolvidos.

---

<sup>41</sup> Shixue (1999) aponta que a China poderia instrumentalizar uma maior inserção junto ao Mercosul através da aproximação política com o Brasil.

<sup>42</sup> Essa questão foi detalhadamente analisada por Vizentini (1999) e Shang (1999).

### 3.2 - A vertente científico-tecnológica

Desde o estabelecimento das relações diplomáticas, diversos acordos de cooperação científico-tecnológica foram firmados entre o Brasil e a China.

Os primeiros foram o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, em 1982, e o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, em 1994, entre o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil e a Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia da China.<sup>43</sup>

Os setores mais beneficiados pela celebração desses acordos foram: geociências, exploração de petróleo, aeronáutica e aeroespacial, transportes, medicina e saúde, fontes de energia, tecnologia da informação, recursos hídricos, indústria química, novos materiais, biotecnologia, energia nuclear e agropecuário.

Diversos autores apontam que a relevância da cooperação científico-tecnológica sino-brasileira está em seu crescente potencial de intercâmbio e nos aspectos complementares existentes entre os setores envolvidos pelos acordos firmados.

Do ponto de vista brasileiro, Oliveira, A. (1993) considera que tais acordos têm contribuído para a modernização tecnológica no Brasil, tendo em vista a escassez de recursos para a pesquisa e desenvolvimento (P&D) no país. Do ponto de vista chinês, conforme Zemin (2002), a cooperação científico-tecnológica será o instrumento para viabilizar o desenvolvimento das forças produtivas na China, promovendo a continuidade do seu vigoroso crescimento econômico constatado nas últimas décadas, fundamentalmente através de esforços em setores estratégicos, tais como: agrícola, infraestrutura e energético.

Assim sendo, analisaremos os desdobramentos dessa vertente através de um menu de opções para a cooperação nas seguintes áreas: Tecnologia da Informação,

---

<sup>43</sup> Durante período de 1985 a 1995, constatamos um aumento significativo de acordos bilaterais.

Fontes de Energia Renováveis, Gás Natural, Petróleo e Petroquímica e a Tecnologia Espacial.

### **3.2.1 - Cooperação na área de Tecnologia da Informação**

Li (1999) aponta que tanto o Brasil como a China são países que apresentam condições favoráveis para a troca de Tecnologias da Informação e desenvolvimento da indústria de software. Segundo o autor, comparando-se a China com o Brasil, observa-se que as companhias de softwares daquele país começaram seus investimentos com relativo atraso tecnológico, porém as empresas brasileiras do setor apresentam experiência sistêmica, especificamente no gerenciamento da qualidade, exportação de softwares e internet.

Segundo Araújo e Garcia (1999), a criação do Programa SOFTEX 2000 (Sociedade para a Promoção da Excelência do Software Brasileiro) - coordenado pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPQ) - e sua promoção através da criação de um escritório em Beijing possibilitaram a inserção do software brasileiro na China, por meio de uma parceria com o Institute of Scientific and Technology Information of China.

Nessa perspectiva, empresas brasileiras de software de pequeno e médio porte teriam ainda oportunidades significativas de inserção no mercado chinês, pois estas apresentam: “1 - corporações mais abertas que as praticadas pelas empresas americanas e japonesas junto às parcerias locais; 2 - o estabelecimento de parceria de competências para a solução de problemas locais e exploração de novos nichos de mercado.” (ARAÚJO e GARCIA, 1999, p. 136).

Assim sendo, há aspectos que complementam os dois países porque a China apresenta dificuldades em sua indústria de softwares, especificamente em nichos de onde o Brasil é competitivo.

Li (1999) aponta também que a cooperação na indústria de softwares entre o Brasil e a China tem apresentado resultados significativos através de ações como: Workshops em Qualidade ISO 9000 e intercâmbio de softwares através de empresas brasileiras e chinesas.

Além disso, em Abril de 2004, foi inaugurado o Centro de Internacionalização do Software Sino-Brasileiro, o TecOut Center, em Campina Grande (Paraíba). A viabilização dessa instituição envolveu o Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil, a SOFTEX e o Ministério de Ciência e Tecnologia da China, com o patrocínio do Bureau da Indústria da Informação de Zhaoqing.<sup>44</sup>

O TecOut Center visa aproximar empresas chinesas e brasileiras de Tecnologia da Informação, estabelecer um maior intercâmbio tecnológico e promover as exportações de softwares brasileiros para o mercado oriental. A tarefa do TecOut Center é buscar oportunidades de negócios através da cooperação tecnológica entre empresas de ambos os países, disponibilizando serviços para realização de estudos de mercado, produtos e capacitação de pessoal.

---

<sup>44</sup> *Brasil e China ampliam parceria tecnológica.* Câmara de Comércio e Indústria Brasil China. Documento disponível no site: [http\\: www.ccibc.com.br](http://www.ccibc.com.br), acesso: 18/05/2004.



### 3.2.2 - Cooperação na área de Fontes de Energia Renováveis

Devido ao seu pungente crescimento econômico nas últimas décadas, a China tem procurado viabilizar uma política de auto-suficiência energética, a fim de reduzir a dependência externa de fontes de energia<sup>45</sup>

Nessa perspectiva, para Lohbauer (2003, p. 54), “[...] o aumento e diversificação da produção de energia doméstica na China tornou-se uma questão vital para o país.” Na visão do autor, o país tem procurado evitar a dependência de países do Oriente Médio, buscando mercados alternativos de energia em regiões como América Latina, África e Rússia.<sup>46</sup>

Dessa forma, o país tem buscado alternativas para solucionar seus problemas de oferta de energia, através de fontes renováveis, tais como: o gás natural, usinas hidroelétricas e o carvão.<sup>47</sup>

Hengmin (1999) destaca que a cooperação sino-brasileira na área de energia hidroelétrica tem grande potencial de crescimento, pois ambos os países possuem abundantes recursos hídricos. Nesse sentido, em 1995, foi celebrado o acordo bilateral sobre Cooperação Econômica, Científica e Tecnológica em Pequenas Centrais Hidrelétricas visando atender a demanda crescente do mercado chinês por energia hidroelétrica, cuja geração dar-se-ia especificamente através da construção de usinas de médio porte.

Ainda nessa perspectiva, ambos os países mantiveram conversações entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Comitê para Construção do Projeto Três Gargantas do Conselho de Estado da China para ampliar a cooperação científico-

---

<sup>45</sup> Atualmente, a China é um dos maiores importadores de petróleo, o que torna o país vulnerável às oscilações de preço do produto no mercado internacional.

<sup>46</sup> Tanto a China como os EUA são grandes importadores de petróleo e gás natural. No entanto, acredita-se que a China buscaria outras regiões do globo com potencial energético, nas quais os EUA teriam menor interesse.

<sup>47</sup> Nesse âmbito, o Brasil e China firmaram o Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério de Energia Elétrica da China sobre Cooperação Tecnológica em Combustão de Carvão Mineral em Leito Fluidizado, em Setembro de 1994.

tecnológica no projeto, pois na visão dos chineses o Brasil possuía o *know how* para a construção de usinas hidroelétricas.

Zhiquan (1999) aponta que empresas brasileiras ganharam a licitação para a segunda etapa do projeto da usina de Três Gargantas, umas das maiores e mais complexas hidroelétricas do mundo e, além disso, especialistas brasileiros obtiveram êxito ao completar os serviços de consultoria que prestaram para a represa da estação hidrelétrica da Ponte Guizhou Tiansheng.

Yanchang (1999) afirma também que o Brasil e a China possuem abundantes recursos hidroelétricos a serem explorados mutuamente, pois ambos os países apresentam vastos territórios nos quais há grande potencial de desenvolvimento de sistemas de transmissão de alta voltagem a longa distância.

Por ocasião da visita do Presidente Hu Jintao ao Brasil foi firmado um acordo de cooperação tecnológica para a formação de um grupo de trabalho que irá estudar o etanol como fonte de energia a ser utilizada na China. O etanol apresenta-se como uma fonte de energia alternativa para melhorar os problemas ambientais do país e criar condições para que seu crescimento econômico seja sustentável.

Diante da perspectiva de continuidade do crescimento econômico chinês e do aumento da renda média da sua população, supostamente, nas próximas décadas ocorrerá uma significativa expansão da indústria automobilística do país para atender ao mercado interno e, assim sendo, o etanol poderá ser utilizado em carros e equipamentos bicompostíveis.

Caso o governo chinês opte por investir nessa fonte de energia, o imenso mercado daquele país poderá ser aberto à importação do álcool que é produzido e transformado em etanol em larga escala por meio da tecnologia brasileira.

### 3.2.3 - Cooperação na área de Gás Natural

Diversos autores apontam que o gás natural será uma fonte de energia com demanda crescente e, futuramente terá uma participação significativa na composição da matriz energética de ambos os países.

Apesar de apresentarem perfis energéticos tão distintos, os dois países têm programas para a implantação e desenvolvimento da indústria do gás natural e apresentam diversas semelhanças, a começar pela participação atual do gás natural, nas respectivas matrizes de energia, na China de apenas dois por cento (2%) e no Brasil de, praticamente, três por cento (2,8%). (MORAIS,1999)

Por essas razões, há um grande espaço a ser ocupado pelo gás natural no mercado de energia brasileiro, devido ao crescimento da demanda dos últimos anos. A China também apresenta uma demanda crescente pelo gás natural, principalmente nas empresas de infra-estrutura que procuram acompanhar o rápido crescimento econômico e populacional do país.

Atualmente, o Brasil tem estabelecido suas próprias políticas e metas em todos os campos da indústria do gás natural. Por isso, a CNPC (China National Petroleum Corporation) gostaria de ampliar sua participação nas companhias brasileiras de petróleo e gás através de uma maior cooperação. (HAIYUAN, 1999, tradução nossa).

Para a Petrobras, a expectativa é que ocorra o incremento da participação do gás natural brasileiro na matriz energética da China, tendo em vista que esse país tem procurado diversificar fontes de energia para atender sua gigantesca necessidade de abastecimento energético. Conseqüentemente, o Brasil teria a oportunidade de utilizar suas reservas de gás natural, a partir das recentes descobertas na Bacia de Santos e poderia ampliar dessa forma, o mercado consumidor do gás natural brasileiro na China.<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> In: *China y Brasil: Alianza Histórica*. Petrobrás Magazine, Publicación Internacional Trimestral de Petrobrás. Rio de Janeiro: edición 41, 2004, p. 16-17.

### 3.2.4 - Cooperação na área de Petróleo e Petroquímica

De acordo com Figueira (1999), os antecedentes da cooperação tecnológica sino-brasileira na área de petróleo e derivados ocorreram no final da década de 1970, após o início das reformas chinesas e a abertura do mar territorial daquele país para os investimentos estrangeiros.

Naquela época, a Petrobras participou de um levantamento com outras empresas internacionais visando mensurar o potencial petrolífero da plataforma continental do Mar do Sul da China. Estudos foram realizados pela companhia brasileira por meio de *joint ventures*, mas os projetos não se viabilizaram porque a Petrobras não dispunha das tecnologias necessárias para implementá-los.

No entanto, a prospecção do mercado chinês trouxe benefícios:

Ao longo dos trabalhos exploratórios foram realizadas importantes atividades relacionadas à transferência de tecnologia e treinamento nas áreas de geologia, geofísica e engenharia de petróleo para técnicos chineses, como parte das obrigações contratuais. (FIGUEIRA, 1999).

A fim de ampliar a cooperação tecnológica na exploração de petróleo *offshore*, em Julho de 1985, foi assinado um Acordo de Cooperação Técnica sobre a Exploração de Petróleo no Mar entre o Ministério de Geologia e Minas da China e o Ministério de Minas e Energia do Brasil. Apesar disso, durante a década de 1990, não houve avanços significativos na cooperação tecnológica petrolífera.<sup>49</sup>

---

<sup>49</sup> Manifestação no sentido de promover uma maior cooperação na área ocorreu por parte do Diretor de Administração da SINOPEC (empresa chinesa de petróleo e derivados) durante o *Seminário Brasil-China*, organizado pelo IPRI e realizado em Novembro de 1999 no Rio de Janeiro. Paper apresentado por GANSHENG, Li. *Sinopec: Energetic and Integrated Enterprise*. Documento não publicado e disponível no site <http://www.relnet.com.br>.

Em Maio de 2004, durante a visita do Presidente brasileiro à China foi inaugurado um escritório de representação da Petrobras em Beijing e assinado um acordo entre a Petrobras e a Sinopec para exploração conjunta de petróleo em águas profundas de terceiros países.

Segundo a Petrobras, a partir da implementação do acordo firmado, estão previstos os seguintes planos de ação: desenvolvimento de um projeto logístico para o transporte de carga por mar e a construção de um terminal de exploração de petróleo no litoral chinês. Nos próximos cinco anos, a estimativa da companhia quanto às vendas anuais de petróleo, petróleo combustível e produtos petroquímicos para o mercado chinês é de US\$ 1,0 bilhão e as projeções apontam que até 2010, a China poderá ter um déficit de três milhões de barris de petróleo por dia e parte desse déficit poderá ser atendido pela Petrobras.<sup>50</sup>

Dessa forma, podemos apreender nitidamente a existência de interesses mútuos direcionados à ampliação de projetos em áreas de compra e venda de petróleo e derivados. Observamos ainda que a cooperação tecnológica sino-brasileira nessa área sinaliza diretrizes para a produção e a exploração conjunta em outras partes do mundo, com investimentos binacionais e transferências tecnológicas recíprocas.

---

<sup>50</sup> Essa previsão baseia-se no fato de que a China manterá seu crescimento econômico acelerado e necessitará de grandes volumes do produto para operar suas indústrias. In: *China y Brasil: Alianza Histórica*. Petrobrás Magazine, Publicación International Trimestral de Petrobrás. Rio de Janeiro: edición 41, 2004, p.16-17.

### **3.2.5 - A Cooperação Tecnológica Espacial: O Programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellites – Satélites Sino-brasileiros de Recursos Terrestres)**

A relevância da cooperação tecnológica espacial sino-brasileira é amplamente destacada por autoridades governamentais, acadêmicos e cientistas de ambos os países.

Notamos que nessa área a cooperação é particularmente estratégica porque possibilita: trocas de alto nível entre países em desenvolvimento, capacitação conjunta de recursos humanos e o desenvolvimento compartilhado de tecnologias avançadas para ao monitoramento e exploração de recursos naturais via satélite.

Segundo o relatório *China's Space Activities* do *Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China*, o programa espacial chinês começou na década de 1950 e, em 1964, foi lançado o primeiro satélite de longa marcha.<sup>51</sup>

Entretanto, a cooperação espacial chinesa começou somente em meados da década de 1970, a partir da implementação das reformas e da abertura econômica. Atualmente, o país adota diretrizes para o setor espacial em diversos âmbitos e estabelece cooperações bilaterais, multilaterais e regionais (Ásia-Pacífico), bem como a comercialização de serviços e a cooperação civil.

De acordo com relatório, desde 1985, a China tem ampliado a cooperação espacial por meio de acordos bilaterais de longo prazo, os quais foram celebrados com seguintes países: EUA, Itália, Alemanha, Grã Bretanha, França, Japão, Suíça, Argentina, Rússia, Ucrânia, Chile e Brasil.

Desde o advento da tecnologia espacial, o Brasil sempre foi dependente de dados de satélites estrangeiros, no entanto, no final da década de 1970, governo

---

<sup>51</sup> Documento disponível no site: <http://www.fmprc.gov.cn>, acesso: 09/07/2004.

brasileiro decidiu dotar o país com competências para a produção e o lançamento de satélites.<sup>52</sup>

A cooperação internacional possibilitou ao programa brasileiro ter acesso operacional aos dados desses novos sistemas, denominados satélites de aplicação. Até então, as informações coletadas por satélites estrangeiros de cunho científico, chegavam ao país de forma esporádica e quase sempre na base do relacionamento pessoal entre cientistas brasileiros e seus parceiros no exterior. (BARBOSA, M., 1999, p. 118).

O Programa Espacial Sino-brasileiro foi criado em 1988, durante a visita do Presidente Sarney à China, a partir da celebração do acordo de Pesquisa e Produção Conjunta do Satélite Sino-Brasileiro de Sensoriamento Remoto e do Protocolo sobre Pesquisa e Produção de Satélite de Recursos da Terra.<sup>53</sup>

Os acordos representaram uma nova fase para o programa espacial brasileiro, no sentido de ampliar e diversificar parcerias no âmbito científico-tecnológico:

O CBERS foi a primeira ação concreta, na área de cooperação entre os dois países. O programa foi elaborado por uma equipe conjunta dos dois países, designando o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), pelo lado brasileiro, e a Academia Chinesa de Espaço e Tecnologia (CAST), pelo lado chinês, como agentes executores do programa conjunto, cabendo-lhes poderes para celebrar todos os atos necessários à implementação do acordo. (COELHO, 1999, p. 124).

Podemos citar algumas motivações que levaram à iniciativa conjunta para a criação do Programa CBERS: a China estabelecia diretrizes para impulsionar sua indústria e realizava investimentos em tecnologias avançadas; o Brasil tentava equacionar o atraso da Missão Espacial Completa Brasileira (MECB), oriundo das restrições orçamentárias vigentes e, enquanto a China possuía considerável envergadura

---

<sup>52</sup> Segundo Barbosa, M. (1999), o primeiro programa espacial brasileiro foi criado em 1979, com a Missão Espacial Completa Brasileira (MECB), que envolvia recursos na ordem de US\$ 1,0 bilhão a serem investidos ao longo de dez anos.

<sup>53</sup> Posteriormente, outros atos foram firmados, sinalizando a continuidade do Programa Espacial Sino-brasileiro, tais como: o Protocolo entre o Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil e a Administração de Espaço da China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior, em Novembro de 1993, e o Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior entre o governo do Brasil e o governo da China, em Novembro de 1994.

na construção de satélites, o Brasil dispunha de tradição na área eletrônica e de quadros treinados em países desenvolvidos.

Adicionalmente, ambos os países apresentavam semelhanças geográficas como a grande extensão territorial e as áreas despovoadas que viabilizariam o monitoramento ambiental, sobretudo em termos de utilização do solo para agricultura, o desenvolvimento das economias agrícolas regionais, bem como o desenvolvimento de estudos diversos através de imagens com aplicações em meteorologia, hidrologia, geologia, florestas e planejamento urbano.

Além da divisão dos custos financeiros, os dois países teriam ainda outras razões para a iniciativa em conjunto:

A cooperação entre os dois países apresentava-se como um esforço autenticamente bilateral no sentido de romper o bloqueio erigido pelas nações desenvolvidas à transferência de tecnologias avançadas, consideradas ou simplesmente classificadas e denominadas sensíveis. Experimentavam também a prática de um modelo inédito de cooperação entre dois países em desenvolvimento. (SANTANA e COELHO, 1999, p. 191).

Embora o Programa Espacial sino-brasileiro tenha passado por dificuldades políticas, técnicas e orçamentárias, desde a sua concepção houve a troca de capacitações, experiências e conhecimentos.<sup>54</sup>

Conseqüentemente, em Outubro de 1999, foi lançado o primeiro satélite sino-brasileiro (CBERS-1) e, em Outubro de 2003, foi lançado o segundo satélite (CBERS-2). Ambos os satélites foram lançados tendo em vista a geração de receitas para o Brasil e para a China através da exploração comercial da venda de imagens.

A mídia destacou a importância geopolítica do CBERS, sobretudo para o Brasil que teria a oportunidade de acesso a tecnologias avançadas, normalmente restritas aos países desenvolvidos.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> O projeto foi originalmente orçado em US\$ 150 milhões, dos quais caberia o investimento de 30 % por parte do Brasil e 70% pela China.

<sup>55</sup> GAZETA MERCANTIL. *Brasil mantém autonomia no uso de satélites*. São Paulo, 23/10/2003.



Na visão de Liangrui (1999), o Programa Espacial sino-brasileiro possibilitará o desenvolvimento da cooperação tecnológica em outros campos, tais como: geração de novos satélites de sensoriamento terrestre cuja base tecnológica será incorporada dos CBERS-1 e CBERS-2; desenvolvimento de satélites com aplicações em monitoramento oceânico, meteorológico, em áreas de comunicações; desenvolvimento de satélites de médio e grande portes, semelhantes aos ônibus espaciais e o intercâmbio tecnológico em aplicações no sensoriamento remoto de solos.

Em Julho de 2004, o Brasil assumiu o controle e o rastreamento do CBERS-2 e a Agência Espacial Brasileira (AEB) informou que esse satélite entrava em operação num momento estratégico, pois contemplaria atividades que até então eram realizadas por satélites norte-americanos. Adicionalmente, a AEB informou que a continuidade do Programa Espacial sino-brasileiro possibilitará ao país assumir a tarefa de lançamento de satélites em sua base em Alcântara, no Maranhão.<sup>56</sup>

Durante a viagem do Presidente Hu Jintao ao Brasil foi firmado um acordo que sinalizou a continuidade do Programa Espacial e o desenvolvimento do CBERS-2B, sendo anunciados também o desenvolvimento do CBERS-3 e CBERS-4 com tecnologias mais avançadas, a serem lançados em 2008 e 2010, respectivamente.<sup>57</sup>

Além disso, houve entendimentos quanto à comercialização dos dados e a venda de imagens para países da América Latina, Ásia e África. De acordo com o Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil, inicialmente, o valor estimado da receita das vendas é de US\$ 250 mil ao ano, montante a ser revertido ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

---

<sup>56</sup> GAZETA MERCANTIL. *Brasil assume rastreamento e controle do satélite CBERS-2*. São Paulo, 27/03/2004.

<sup>57</sup> Anexo: *Atos celebrados entre os Governos brasileiro e chinês, por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da China, Senhor Hu Jintao*.

### 3.2.6. Perspectivas de ampliação da cooperação científico-tecnológica

Embora a cooperação científico-tecnológica sino-brasileira tenha proporcionado benefícios mútuos, a perspectiva é que o potencial de cooperação seja ampliado.

Durante a viagem do Presidente brasileiro à China, o governo daquele país manifestou o interesse em formar uma parceria com o Brasil na área de energia nuclear. O ministro da Ciência e Tecnologia que integrava a comitiva brasileira informou que haveria o interesse chinês em investir em usinas nucleares no Brasil, especificamente no âmbito da tecnologia de centrifugação e enriquecimento do urânio.

Entretanto, o governo brasileiro declarou que o país não poderia firmar um acordo nuclear para exportar urânio para a China, por ser importador desse produto e não possuir a tecnologia necessária para o seu enriquecimento. Apesar disso, os chineses demonstraram interesse também pelo urânio bruto<sup>58</sup> e colocaram o assunto referente à energia nuclear na agenda de cooperação tecnológica com o Brasil porque ambos os países já mantinham entendimentos em assuntos de interesse comum nessa área.<sup>59</sup> Apesar da indefinição sobre o tema, há possibilidades de aplicação da energia nuclear para fins pacíficos nas áreas: médica, agrícola e segurança em instalações nucleares.

Além disso, há indícios que apontam também para a ampliação da cooperação bilateral nas seguintes áreas: nanotecnologia, medicamentos para AIDS, agricultura, medicina e saúde, eletrônica, biotecnologia. (FUJITA, 2003, p. 67).

---

<sup>58</sup> Até o momento, o urânio é considerado um produto de defesa nacional e depende da aprovação de projeto de lei no Congresso Nacional para definir um novo programa nuclear brasileiro para a regulamentação da exploração do produto.

<sup>59</sup> Conforme os documentos: Memorando de Entendimento sobre Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear (1984), Memorando de Entendimento sobre Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear (1987) e Ajuste ao Acordo de Cooperação para a Utilização Pacífica da Energia Nuclear (1989).

### **3.2.7 - A Cooperação Espacial como paradigma da Cooperação Sul-Sul**

A cooperação espacial entre o Brasil e a China é considerada emblemática por diversos autores por tratar-se de uma cooperação que consolidou um programa de alto nível tecnológico entre países em desenvolvimento e, esse fato os credenciou à participação num seletivo grupo que atualmente explora em nível global o mercado de sensoriamento remoto.

O CBERS é considerado um símbolo da Cooperação Sul-Sul e expressa relativo prestígio às relações sino-brasileiras, devido aos seguintes aspectos: contribui para a indústria espacial de ambos os países; possibilita o engajamento de outros setores em projetos de cooperação; detém tecnologia de ponta para a geração de imagens de satélites de sensoriamento remoto e apresenta-se sobremaneira como um programa que insere ambos os países no bloco dos detentores da tecnologia de ponta para a geração de imagens de satélites, sendo esse formado em sua maioria por países desenvolvidos.

Por isso, na visão de Fujita (2003), a cooperação sino-brasileira no campo espacial ocorre por meio de virtualidades e através de um processo de transferência de tecnologias compartilhadas. Além disso, tal fato apresenta-se como emblemático, pois ocorre num sistema internacional oligopolista, demonstrando ser um paradigma de cooperação que estabelece uma nova moldagem entre os países em desenvolvimento.

Em mensagem de congratulação ao Presidente do Brasil pelo bem-sucedido lançamento do primeiro satélite sino-brasileiro, demonstramos que a percepção chinesa é similar à de Fujita (2003): “[...] trata-se de um grande evento na área de ciência e tecnologia de ponta entre os dois países e de um modelo para a Cooperação Sul-Sul.” (ZEMIN, 2002, p. 349).

De acordo com essas visões, a cooperação sino-brasileira na área espacial é vista também como um paradigma, pois nela se insere um modelo que poderá ser ampliado para outras áreas de cooperação:

Se seguirmos em outras esferas de cooperação tecnológica e científica esse exemplo dos satélites, teremos resultados muito bons porque os ministérios e as instituições governamentais devem abrir sua visão para buscar outras áreas de cooperação. QIN (2003: ANEXO - ENTREVISTA 1)

Em síntese, para apreendemos o sentido da cooperação espacial sino-brasileira como um paradigma da Cooperação Sul-Sul, entendemos que:

O paradigma dessa cooperação é que, primeiro, essa cooperação é reconhecida não apenas pelo Brasil, mas também pela própria China que já mencionou este programa como sendo um dos dez programas mais importantes desenvolvidos na década passada. O fato de (tal cooperação) ser entre dois países em desenvolvimento, com estágios parecidos de sofisticação tecnológica, faz com que essa cooperação seja muito mais desinibida.[...] Então o paradigma tem o caráter de complementariedade de tecnologias, de conhecimentos científicos e, ao mesmo tempo, o aspecto da igualdade de atitudes: um não tem complexo do outro e este é um relacionamento bastante desinibido em ambos os lados. FUJITA (2003: ANEXO - ENTREVISTA 2)

### 3.3 - A Vertente econômico-comercial

A vertente econômico-comercial do relacionamento sino-brasileiro evoluiu de forma gradativa, à medida que a vertente política se aprofundava. Por isso entendemos que: “[...] desenvolvimento econômico está muito atrasado em comparação com os diálogos políticos.” (BAOYU, 1999, p. 117).

Entretanto, as constantes visitas de alto nível e a coordenação de posições comuns entre os dois países possibilitaram o fortalecimento da base política do relacionamento e a criação das condições para a cooperação econômico-comercial.<sup>60</sup>

O primeiro acordo comercial foi firmado entre os dois países em 1978, quatro anos após o estabelecimento das relações diplomáticas e na mesma época em que se iniciavam as reformas econômicas chinesas. Em 1984, o Protocolo Complementar ao Acordo Comercial de 1978 foi assinado, acelerando o fluxo bilateral de comércio que ainda se mantinha em níveis muito baixos.

Ao término dos constrangimentos políticos impostos pela Guerra Fria e à medida que o processo de globalização se aprofundava, a economia chinesa apresentava nitidamente sinais de pujança em função dos capitais oriundos dos países desenvolvidos, especialmente de empresas norte-americanas, japonesas e européias. Durante a década de 1990, devido à plenitude da implementação das reformas da Era Deng, a China alcançou o auge do seu crescimento econômico, impulsionando a economia de todo o bloco asiático.<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> Para Shixue (1999), na região do Leste Asiático, o Brasil estabeleceu inicialmente laços econômico-comerciais com o Japão. Após o estabelecimento das relações diplomáticas com a China, os vínculos econômico-comerciais com o país foram se fortalecendo.

<sup>61</sup> Segundo Grenn (2003), o crescimento econômico chinês ainda apresenta enorme impacto na região asiática. O Japão e a Coreia do Sul estão se beneficiando em grande medida com suas economias relativamente avançadas, pois suas plantas industriais estão sendo realocadas para a China continental, usufruindo das vantagens dos custos baixos da mão-de-obra local.

Para Story (2004, p. 117), o vigoroso crescimento econômico chinês nas últimas décadas apresentou resultados notáveis, pois possibilitou que: “[...] 200 milhões de pessoas fossem retiradas da pobreza e a China tornou-se a segunda maior economia do mundo, sobrepujando o Japão, pelo menos quando medido em termos de paridade de poder de compra”.

Conforme os dados do World Bank (2003), o Brasil não apresentou na década de 1990 o mesmo dinamismo que a economia chinesa, contudo o país exibiu um potencial de crescimento significativo, pois apesar de a China ser considerada “[...] o país em desenvolvimento mais importante, léguas à frente da Rússia, da Índia e da Indonésia espelhava condições de igualdade com o Brasil.” (STORY, 2004, p. 349).

De acordo com o *Relatório de Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas*<sup>62</sup>, a diversidade na performance econômica dos países em desenvolvimento reflete diferenças notáveis em suas condições domésticas. Em relação aos contrastes existentes entre o pungente crescimento econômico dos países do Leste Asiático, especialmente a China, e fraco crescimento dos países da América Latina, o relatório aponta que as estruturas produtivas, instituições e políticas domésticas da América Latina não apresentam a flexibilidade e o poder de recuperação necessários para responder a choques externos como apresentam os países do Leste Asiático.<sup>63</sup>

Ao longo da década de 1990, a fim de reduzir sua vulnerabilidade externa, o Brasil orientou suas estratégias econômicas para a abertura comercial e buscou a geração de superávits para obter um maior equilíbrio em seu balanço de pagamentos.

---

<sup>62</sup> United Nations Conference on Trade and Development. *Trade and Development Report, 2003*. Documento disponível no site: <http://www.un.org>, acesso: 03/02/2005.

<sup>63</sup> Entende-se por choques externos: recessão industrial e ajustes nas condições financeiras internacionais.

À medida que o país consolidava a abertura comercial, este passou a ser considerado um *global trader*, por apresentar:

[...] Elevado grau de diversificação nos fluxos geográficos de comércio, tanto na origem de suas importações, com destino de suas exportações; sua pauta comercial (exportações mais importações) foi diversificada, abrangendo um grande número de setores produtivos. (BARBOSA e CÉSAR, 1997, p. 307).

Na segunda metade da década de 1990, o Brasil e a China começaram a se tornar parceiros também no campo econômico-comercial. Até então, o Brasil apresentava maiores vínculos econômico-comerciais na região asiática com o Japão, mas a partir de 1995, devido ao ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Econômica Sino-brasileira, a corrente de comércio entre os dois países passou a ter maior expressão.<sup>64</sup>

Segundo Vizentini (1999), no momento em que a economia da China crescia a taxas extraordinárias ocorreu, em 1997, a primeira crise financeira japonesa. Posteriormente, a crise contagiou também os países chamados “Tigre Asiáticos”<sup>65</sup>, causando assim, fuga generalizada de capitais da Ásia.

Apesar disso, em plena crise a economia chinesa continuou crescendo a taxas expressivas, o país manteve sua moeda estável e superou a crise devido às suas reservas cambiais: “[...] ao não desvalorizar o *renminbi* e ao declarar que não o faz como uma contribuição para a segurança regional, candidata-se a ocupar um espaço político que naturalmente seria do Japão.”(OLIVEIRA, H., 2001b, p. 40).

---

<sup>64</sup> Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, a corrente de comércio do Brasil com a China supera a do Japão em 2003, quando então esta alcança US\$ 6,68 bilhões e a corrente Brasil-Japão o montante de US\$ 4,83 bilhões.

<sup>65</sup> São considerados “Tigres Asiáticos”: Tailândia, Indonésia e Coréia do Sul.

Segundo Shixue (1999), após a crise financeira asiática, o Japão vivenciou uma prolongada recessão. Adicionalmente, as barreiras tarifárias e as medidas fitossanitárias aplicadas aos produtos brasileiros (soja, açúcar e frutas tropicais) ocasionaram a redução do fluxo comercial bilateral. Dessa forma, a China potencializou sua parceria comercial com o Brasil, embora o Japão continuasse a manter os níveis de seus investimentos superiores aos níveis chineses no país.

Em 1998, a fim de aprofundar as relações comerciais bilaterais foi firmado o ajuste complementar ao Acordo Governamental de Cooperação Econômica para garantir a qualidade da mercadoria importada e exportada entre os dois países.

Entretanto, em 1999, a crise cambial e financeira atingiu o Brasil que necessitou desvalorizar sua moeda e, conseqüentemente, houve a elevação dos preços dos produtos chineses, agravando a balança comercial brasileira em relação à China que passou a apresentar déficits nesse período.

Em 2001, o ingresso da China na OMC representou o rompimento definitivo da política de isolamento do país com o resto do mundo. Tal fato foi considerado um marco da histórica econômica chinesa, pois:

[...] foi fundamental para a consolidação da China enquanto um grande poder regional e internacional. Em termos pragmáticos, seu acesso amplia a possibilidade de participação na definição da ordem internacional não só no plano de segurança internacional, via ONU e Conselho de Segurança, mas também agora das regras do comércio internacional e sua relação com os investimentos e fluxos financeiros. (OLIVEIRA, H., 2001a).

Além disso, ao ingressar na OMC a China o fez sob condições favoráveis, sem perder o *status* de “nação mais favorecida”, concedido às exportações dos países em desenvolvimento.<sup>66</sup>

---

<sup>66</sup> De acordo com Oliveira, C. (1999), para conquistar o apoio dos EUA em relação ao seu ingresso na OMC, a China anunciou que liberaria as importações de trigo e laranjas provenientes daquele país, propiciando a criação de empregos em sete estados norte-americanos.



Nessa perspectiva entendemos que:

A entrada da China na Organização Mundial do Comércio é talvez o principal acontecimento da economia internacional na última década. Pelas dimensões de sua economia — é o sétimo maior exportador mundial (3,9% do total) e o oitavo importador (3,4%), com um PIB de 1,024 trilhão de dólares (ou 853 dólares *per capita*) e 1,239 bilhão de habitantes (em 2000) que já representam um grande mercado consumidor —, a China tem um papel decisivo na economia mundial. Previsões do Banco Mundial indicam que a China deverá dobrar sua participação no mercado internacional em 2005. (SERRA, 2003, p. 39).

Ainda de acordo com Story (2004, p. 124), a entrada da China na OMC promoveu o comércio exterior do país, pois: “[...] as exportações cresceram em mais de 10% e a estrutura das exportações mudou, visto que em 1980 sua metade era constituída de bens primários e agora 90% são de bens manufaturados.”

Após a entrada da China na OMC, houve um significativo incremento do fluxo comercial com o Brasil<sup>67</sup> e, conseqüentemente, a vertente econômico-comercial começava a apresentar uma dinâmica mais expressiva no processo de construção de uma parceria estratégica entre os dois países.

Em Maio de 2004, a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China possibilitou que diversos acordos comerciais fossem firmados em setores como mineração, petróleo, telefonia e transporte aéreo.<sup>68</sup>

De acordo com o BrazilTradeNet, o Presidente brasileiro foi acompanhado ao longo de sua visita à China por uma missão formada por cerca de quatrocentos empresários que representavam cerca de duzentos setores empresariais.<sup>69</sup>

---

<sup>67</sup> O item 3.3.2.1 apresenta o detalhamento do fluxo de comércio bilateral.

<sup>68</sup> Anexo - *Acordos Comerciais Firmados em Pequim (24.05.2004)*.

<sup>69</sup> Os dados referentes à visita Presidencial encontram-se no Portal de Comércio Exterior do Ministério das Relações Exteriores. Documentos disponíveis no site: <http://www.braziltradenet.gov.br>, acesso: 24/05/2004.

Entendemos que a criação do Conselho Empresarial Brasil-China, durante a visita Presidencial, foi relevante para o fortalecimento da vertente econômico-comercial:

Não deixa de ser um fato extremamente positivo no relacionamento bilateral ao possibilitar um tratamento mais coordenado e profissional no plano comercial, mas igualmente político ao propiciar a satisfação mútua dos respectivos interesses nacionais. (OLIVEIRA, H., 2004).

Em Novembro do mesmo ano, durante a visita do Presidente Hu Jintao ao Brasil foram celebrados diversos atos que propiciaram a regulamentação de novos setores de exportação brasileira para a China e possibilitaram entendimentos para a realização de investimentos chineses no Brasil.<sup>70</sup>

O Presidente chinês demonstrou o interesse em reforçar os laços econômicos com o Brasil e a América Latina e, em discurso no Congresso Nacional brasileiro, Hu Jintao afirmou que: “[...] quando houver condições maduras, poderá ser criada zona de livre comércio entre a China e a América Latina.”<sup>71</sup>

---

<sup>70</sup> Anexo - *Acordos, atos e documentos firmados entre o Brasil e China.*

<sup>71</sup> Folha de São Paulo. *Hu Jintao prevê vigoroso crescimento nas relações.* São Paulo, 13/11/2004, B6.

### 3.3.1 - INVESTIMENTOS

Ao longo da década de 1990, o Brasil e a China se destacaram como pólos de atração dos fluxos de capitais direcionados aos países em desenvolvimento.

Entretanto, entendemos que:

Em ambas as sociedades a entrada maciça de investimentos diretos e de empréstimos externos serviu para impulsionar uma vigorosa onda de incorporação de progresso técnico. No entanto, ao contrário do que se as eventuais semelhanças entre estes processos de atração de capitais externos poderiam sugerir, eles refletem estratégias antípodas de participação na economia mundial, com efeitos opostos sobre o desenvolvimento nacional. (SAMPAIO, 1999).

Para Sampaio (1999), a participação do capital internacional na China visava a redução da dependência financeira e tecnológica do país e buscava incorporar o progresso técnico em sua estrutura produtiva. O Brasil, por sua vez, dependia integralmente da entrada do capital externo não apenas para cobrir seu déficit no balanço de pagamentos, mas também para viabilizar seu déficit fiscal que seria ajustado através de um programa de privatização de empresas estatais e da desnacionalização da economia nacional.

Do ponto de vista dos investimentos diretos externos, ambos os países apresentam interesses comuns, pois dependem do ingresso de investimentos para o desenvolvimento das respectivas potencialidades econômicas.

Para Shixue (1999), os seguintes aspectos deverão ser observados para que os investidores brasileiros possam aproveitar as oportunidades da economia chinesa:

- Projetos envolvendo tecnologia agrícola e matérias-primas;
- Projetos com tecnologias avançadas em desenvolvimento e conservação de energia;

- Projetos relacionados a novas tecnologias e equipamentos para o uso extensivo de recursos renováveis e a prevenção e controle da poluição ambiental;
- Projetos que possam ajudar a explorar as vantagens dos recursos humanos e naturais nas regiões central e ocidental da China e que atendam as exigências das políticas industriais do Estado.

De acordo com a SOBEET<sup>72</sup>, em relação à distribuição setorial dos investimentos chineses no Brasil, dados de 2000 mostravam que a alocação desse capital se concentrava em três setores que respondiam por 62,5% do estoque do investimento chinês no Brasil: comércio, na fabricação de produtos de madeira e serviços prestados às empresas. Contudo, o ano de 2003 mostrou diferenças em relação ao ano 2000 quanto à alocação dos investimentos chineses no Brasil: a fabricação de produtos de madeira, o comércio e os serviços prestados às empresas perdem espaço para a fabricação de máquinas, equipamentos e produtos alimentícios.<sup>73</sup>

De acordo com o *Relatório Estratégico: Potencial de Comércio e Investimentos Brasil – China*, apesar de os números estarem muito aquém do potencial de investimentos bilaterais, as perspectivas quanto ao investimento direto chinês no Brasil apresentam-se de forma emblemática. Os setores mais atrativos aos investidores chineses são: o setor de plantio e processamento de alimentos e o de infra-estrutura em transportes, sobretudo no que se refere à recuperação da malha ferroviária brasileira estimada em cerca de US\$ 3 bilhões.<sup>74</sup>

---

<sup>72</sup> Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (SOBEET). *O Investimento Direto Estrangeiro Chinês no Brasil*. Boletim nº. 23, ano II, Fevereiro de 2004.

<sup>73</sup> De acordo com a SOBET, em 2003, o valor do investimento direto externo chinês no Brasil chegou a US\$ 17,3 milhões ante US\$ 16,7 milhões em 2002, representando 0,1% e 0,2% do total de investimento direto externo recebido pelo Brasil em 2002 e 2003, respectivamente.

<sup>74</sup> *Relatório Estratégico: Potencial de Comércio e Investimentos Brasil-China*. Revista Gazeta Mercantil Internacional Edition. São Paulo: Maio de 2004, p. 3.

O mesmo relatório aponta para a perspectiva de expansão de investimentos chineses no Brasil na área de *agribusiness*, pois nas últimas décadas o setor tem apresentado avanços significativos em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias que resultaram no aumento de produtividade e na melhoria da qualidade dos produtos brasileiros, principalmente em setores como: grãos, laticínios, carnes e frutas. Adicionalmente, o setor de fármacos e medicamentos genéricos brasileiros também apresenta atratividade aos investidores chineses.

Conforme Tabela 2, podemos constatar os investimentos mútuos firmados em empresas de ambos os países:

**Tabela 2 - Investimentos Brasil – China**

<b>Empresa</b>	<b>Negócio</b>	<b>Valor estimado do Investimento</b>	<b>Posição atual</b>
Companhia Vale do Rio Doce/ BAOSTEEL (1)	Minério de ferro	US\$ 2,5 bilhões	Em execução
Cimec International (2)	Termoelétrica	US\$ 750 milhões	A realizar
Minmetal (2)	Siderurgia	US\$ 2,0 bilhões	A realizar
Bolsa de Mercadorias & Futuros / Bolsa de Xangai (1)	Comercialização de <i>commodities</i> agropecuárias no mercado futuro	Não disponível	Em execução
BrasilInvest/ China International/ Trust & Investment Corporation (1)	Negócios financeiros e investimentos industriais	US\$ 5,0 bilhões	A realizar
Embraer/ AVIC II (1)	Aeronaves	US\$ 2,0 bilhões	Em execução
ZTE (2)	Telecomunicações	US\$ 3,0 bilhões	Em execução
Embraco/ Snowflake (1)	Compressores	Não disponível	Em execução
Banco do Brasil (3)	Serviços financeiros	Não disponível	Em execução
Varig/ Air China (1)	Aviação	Não disponível	A realizar
China Brasil Investment, Development and Trade / COMEXPORT (1)	<i>Commodities</i>	Não disponível	A realizar
Petrobrás/ SINOPEC (1)	Exploração de petróleo	Não disponível	Em execução

**Fonte:** Relatório Estratégico: Potencial de Comércio e Investimentos Brasil-China. Revista Gazeta Mercantil Internacional Edition. São Paulo: Maio de 2004.

**Notas:**

(1) Esses investimentos correspondem a *joint ventures*, ou seja, os investimentos foram realizados com capital misto.

(2) Capital chinês

(3) Capital brasileiro

Do ponto de vista dos investimentos na infra-estrutura brasileira, haveria o interesse chinês em associar a melhoria do processo de logística e de distribuição à exportação de soja brasileira àquele país.

Shang (1999) aponta que empresas chinesas e brasileiras estudam a construção de uma passagem conectando o Oceano Pacífico ao Oceano Atlântico pelo Peru. Nesse sentido, Amayo Zevallos (1993) destaca que a interligação do Brasil ao Oceano Pacífico, através de uma estrada na costa do Peru, poderá contribuir para o desenvolvimento sustentável regional.

Conforme matéria publicada pela Gazeta Mercantil, a rota que ligaria o Brasil ao Oceano Pacífico possibilitaria uma economia de US\$ 50 por tonelada de soja exportada pelo Brasil à China. Supostamente, essa rota estimularia ainda mais o *agribusiness* da soja cultivada na região centro-oeste do país e promoveria a integração do comércio brasileiro com os países andinos e asiáticos.<sup>75</sup>

---

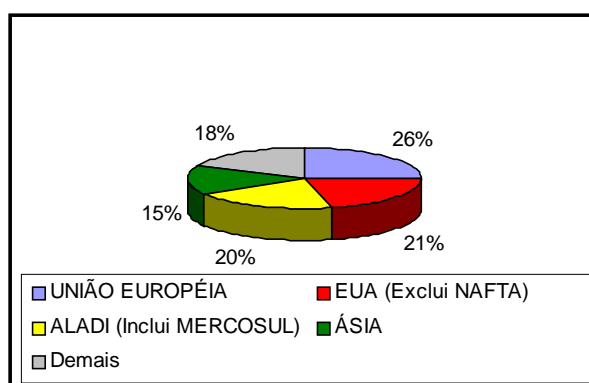
<sup>75</sup> GAZETA MERCANTIL. *Uma saída para encurtar a rota para o Oriente*. São Paulo, 24/11/2003.

### 3.3.2 - Comércio Bilateral

Conforme os dados do China Council for the Promotion of International Trade<sup>76</sup>, os principais parceiros comerciais da China, em termos de corrente de comércio, são: primeiramente a União Européia, recentemente superando o Japão que ocupa o segundo lugar e os EUA. Entretanto, considerando-se o destino das exportações, os EUA são o principal parceiro da China participando com cerca de 20 % do total das exportações chinesas.

Em relação ao de destino das exportações brasileiras por blocos econômicos, temos:

**Gráfico 1 - Destino das exportações do Brasil – 2004**



**Fonte:** Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.  
*Balança Comercial Brasileira: Brasília, Dezembro de 2004.*

**Notas:**

- UNIÃO EUROPÉIA: Inclui os dez novos países que passaram a integrar o bloco: Chipre, República Eslovaca, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e República Tcheca.
- ALADI (Inclui MERCOSUL): criada em 1980 e sucedeu a Associação Latino - Americana de Livre Comércio (ALALC), criada em 1960. Países - membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.
- MERCOSUL: Mercado Comum do Sul. Entrou em vigor em 1991. Países - membros: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, tendo também como membros associados o Chile e a Bolívia. (SEITENFUS, 1997, p. 201-245).

<sup>76</sup> Último dado disponível do China Council for the Promotion of International Trade: Setembro de 2004. Documentos não publicados e disponíveis no site: [http:// www.ccpit.org](http://www.ccpit.org), acesso: 25/01/2005.



Conforme Tabelas 3 e 4, temos o detalhamento dos dados de 2004, referentes ao destino das exportações brasileiras:

**Tabela 3 - Destino das exportações brasileiras por país**

<b>País de Destino</b>	<b>Exportações (em US\$ Bilhões FOB)</b>	<b>% das Exportações Brasileiras</b>
EUA	20,30	21,04%
Argentina	7,40	7,67%
Países Baixos	5,90	6,12%
<b>China</b>	<b>5,40</b>	<b>5,60%</b>

**Fonte:** Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.  
*Balança Comercial Brasileira: Brasília, Dezembro de 2004.*

**Tabela 4 - Participação dos países nas exportações brasileiras  
por blocos econômicos**

<b>Bloco / País</b>	<b>Participação (%)</b>
ALADI (Inclui MERCOSUL)	20,00
MERCOSUL	9,20
Argentina	7,67
ÁSIA	15,10
China	5,60

**Fonte:** Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.  
*Balança Comercial Brasileira: Brasília, Dezembro de 2004.*

Porém, para se apreender a questão do destino das exportações, torna-se imprescindível a análise de algumas barreiras de acesso aos produtos brasileiros nos mercados internacionais.

Em relação aos principais destinos das exportações brasileiras, os dados referentes às barreiras comerciais extraídos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior<sup>77</sup> apontam que:

- o Brasil tem atuado energeticamente junto à OMC por ser um dos países mais prejudicados pelas medidas de defesa comercial dos EUA, apesar deste país ser o principal parceiro comercial brasileiro<sup>78</sup>;
- as barreiras aos produtos brasileiros impostas pelo bloco da União Européia têm sua origem na Política Agrícola Comum da Comunidade Européia<sup>79</sup>;
- o maior parceiro comercial do Brasil na ALADI (inclui o Mercosul) é a Argentina que tem vivenciado diversas crises econômicas, as quais têm trazido constrangimentos à dinâmica comercial do bloco.

Diante das limitações expostas, a vertente comercial entre o Brasil e a China é fundamental para a construção de uma parceria estratégica, pois a China é atualmente o quarto país de destino das exportações brasileiras.

Podemos observar o comportamento do fluxo do comércio sino-brasileiro, em 2004, conforme Tabela 5 :

---

<sup>77</sup> Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil. Secretaria de Comércio Exterior. Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior. *Barreiras às exportações brasileiras*. Brasília, 2001.

<sup>78</sup> As barreiras de acesso a produtos brasileiros no mercado dos EUA são: barreiras tarifárias, subsídios, medidas fitossanitárias / sanitárias e direitos compensatórios.

<sup>79</sup> A Política Comum foi estabelecida pelas Organizações Comuns de Mercado que implementam políticas setoriais específicas financiadas pelo Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola. Os produtos brasileiros mais afetados por tal política são: suco de laranja, soja, café e carne de frango.

**Tabela 5 – Fluxo Comercial Brasil – China (2004)****Intercâmbio Comercial**

<b>Em US\$ bilhões FOB</b>	<b>Importações (A)</b>	<b>Exportações (B)</b>	<b>Intercâmbio Comercial (A + B)</b>
Brasil	62,78	96,48	159,25
China	558,00	508,10	1.066,10

**Corrente de Comércio Brasil - China**

<b>Em US\$ bilhões FOB</b>	<b>Importações (A)</b>	<b>Exportações (B)</b>	<b>Corrente de Comércio Brasil-China (A + B)</b>
Brasil	3,70	5,40	9,10

**Participação do Brasil no Comércio Exterior da China**

No total de importações da China	0,97 %
No total das exportações da China	0,73%

**Participação da China no Comércio Exterior do Brasil**

No total de importações do Brasil	5,89%
No total das exportações do Brasil	5,60%

**Participação da Corrente de Comércio Brasil-China  
(Importações + Exportações)**

No total do intercâmbio comercial do Brasil	5,71%
No total do intercâmbio comercial da China	0,85%

**Fontes:**

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

*Balança Comercial Brasileira: Brasília, Dezembro de 2004.*

China Council for the Promotion of International Trade. Último dado disponível: Setembro de 2004.

Documento no site: <http://www.ccpit.org>, acesso:25/01/2005.

A análise dos dados apresentados demonstrou os seguintes aspectos:

- **Exportações:** a China representa 5,60 % do total do destino das exportações brasileiras, ao passo que o Brasil representa apenas 0,73 % das exportações chinesas;
- **Importações:** o Brasil representa apenas 0,97 % das importações da China, que por sua vez, representa 5,89 % das importações brasileiras;
- **Corrente de Comércio e intercâmbio comercial:** a corrente de comércio Brasil-China em relação ao total do intercâmbio comercial chinês é de apenas 0,85%, enquanto que o mesmo dado representa 5,71 % do total do intercâmbio comercial brasileiro.

Portanto, constatamos que a China tem maior importância em termos comerciais para o Brasil do que oposto e, pelo menos até o momento, podemos inferir que o Brasil apresenta-se ainda como um parceiro marginal àquele país.

## 3.3.2.1 - Fluxo de Comércio Bilateral

**Tabela 6 - Intercâmbio Comercial Brasil – China  
(em US\$ bilhões FOB)**

Ano	Exportações Brasileiras (A)	Importações Brasileiras (B)	Saldo (A - B)	Corrente de Comércio (A+B)
1974	0,0124	0,0101	0,0023	0,0224
1975	0,0674	0,0010	0,0664	0,0684
1976	0,0090	0,0003	0,0087	0,0093
1977	0,1629	0,0004	0,1624	0,1633
1978	0,1292	0,0040	0,1253	0,1332
1979	0,1183	0,0839	0,0345	0,2022
1980	0,0722	0,2441	-0,1719	0,3164
1981	0,1040	0,3498	-0,2458	0,4538
1982	0,0921	0,3122	-0,2201	0,4043
1983	0,2703	0,5055	-0,2351	0,7758
1984	0,4531	0,3653	0,0878	0,8184
1985	0,8176	0,4186	0,3990	1,2361
1986	0,5173	0,2890	0,2283	0,8063
1987	0,3615	0,2975	0,0640	0,6590
1988	0,7185	0,0829	0,6356	0,8014
1989	0,6283	0,1280	0,5003	0,7563
1990	0,3818	0,1688	0,2130	0,5506
1991	0,2264	0,1290	0,0974	0,3554
1992	0,4600	0,1168	0,3433	0,5768
1993	0,7794	0,3049	0,4745	1,0843
1994	0,8224	0,4635	0,3589	1,2859
1995	1,2038	1,0417	0,1620	2,2455
1996	1,1138	1,1329	-0,0191	2,2467
1997	1,0882	1,1664	-0,0782	2,2546
1998	0,9049	1,0338	-0,1289	1,9387
1999	0,6761	0,8652	-0,1890	1,5413
2000	1,0852	1,2221	-0,1369	2,3074
2001	1,9021	1,3284	0,5737	3,2305
2002	2,5205	1,5540	0,9664	4,0745
2003	4,5326	2,1476	2,3849	6,6802
2004	5,4000	3,7000	1,7000	9,1000

**Fonte:**

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria de Comércio Exterior, RT\_102 (15/12/2004).

Dados disponíveis no site: <http://www.mdic.gov.br>, acesso: 17/01/2005.

A partir da Tabela 6, observamos que a corrente de comércio Brasil – China desde o estabelecimento das relações diplomáticas até os dias atuais apresentou um crescimento gradativo.

Após a visita do Presidente Jiang Zemin ao Brasil e sua referência à constituição de uma parceria estratégica, a vertente comercial apresentou resultados expressivos e, em 1995, a corrente de comércio totalizou cerca de US\$ 2,24 bilhões, valor que significou um aumento de 107%, em relação a 1993.

Apesar de o fluxo comercial ter se mantido relativamente constante até 1999, a partir de 2000, a corrente de comércio evoluiu rapidamente, como reflexos dos seguintes fatores: aumento de demanda interna chinesa devido ao seu crescimento econômico; desvalorização da moeda brasileira, ocorrida em 1999; entrada da China na OMC e maior coordenação dos interesses econômicos entre os dois países.

As exportações brasileiras para a China entre os anos de 2000 a 2004 apresentaram um ritmo crescente, principalmente em 2003, quando estas mostraram um aumento de 79,83% em relação a 2002 e, as importações brasileiras em 2004 cresceram cerca de 72,28% em relação a 2003.

A corrente de comércio 2000-2004 apresentou um aumento médio de 43,20% ao ano, tendo maior destaque em 2003, quando esta apresentou crescimento de 63,95% em relação ao ano de 2002.

Diante do crescimento do intercâmbio comercial no ano de 2004, observamos que este se tornou um ano emblemático para as relações comerciais sino-brasileiras. Comparando-se os dados de 2004 em relação aos dados de 1993 – considerado como o marco da constituição de uma parceria estratégica sino-brasileira – constatamos u números expressivos, conforme abaixo:

**Tabela 7 – Crescimento do intercâmbio comercial Brasil – China  
(em bilhões FOB)**

<b>Ano</b>	<b>Exportações</b>	<b>Importações</b>	<b>Corrente de Comércio</b>
1993	0,7794	0,3049	1,0843
2004	5,4000	3,7000	9,1000
<b>Percentual de Crescimento</b>	<b>592,84%</b>	<b>1.113,51%</b>	<b>739,25%</b>

**Fonte:** Elaborada pela autora.

Ainda que o fluxo comercial aponte dados muito aquém do potencial existente entre os dois países, observamos pela evolução da série histórica que a vertente comercial tem se tornado relevante para o fortalecimento do relacionamento sino-brasileiro e sobretudo para a construção de uma parceria estratégica.

### 3.3.2.2 – Pauta Comercial

Conforme Tabelas 8 e 9, a pauta comercial entre o Brasil e a China apresenta a seguinte composição:

**Tabela 8 - Principais produtos importados da China**

1º	coques de hulha, de linhita ou de turfa
2º	dispositivos de cristais líquidos
3º	partes para aparelhos transmissores/receptores (rádios e televisores)
4º	partes para aparelhos receptores
5º	tecido de poliéster tintos
6º	acumuladores elétricos
7º	aparelhos receptores radiofônicos, som e pilhas para eletrônicos
8º	tecido de filamento de poliéster não texturizado
9º	mecanismos toca-discos, cambiador para aparelhos reprodutores
10º	circuito impresso

**Tabela 9 - Principais produtos exportados para China**

1º	grãos de soja triturados
2º	minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados
3º	óleo de soja em bruto
4º	minérios de ferro aglomerados e seus concentrados
5º	pasta química de madeira
6º	óleos brutos de petróleo
7º	outros produtos semimanufaturados ferro/aço
8º	outras madeiras serradas/cortadas em folhas
9º	laminados de ferro/aço
10º	alumina calcinada

**Fontes:**

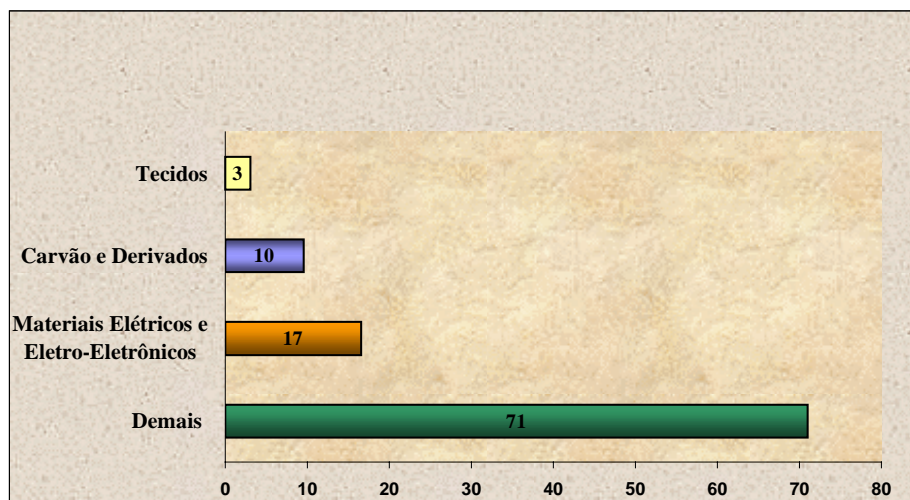
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria de Comércio Exterior, RT\_102 (15/12/2004).

Dados disponíveis no site: <http://www.mdic.gov.br>, acesso: 17/01/2005.



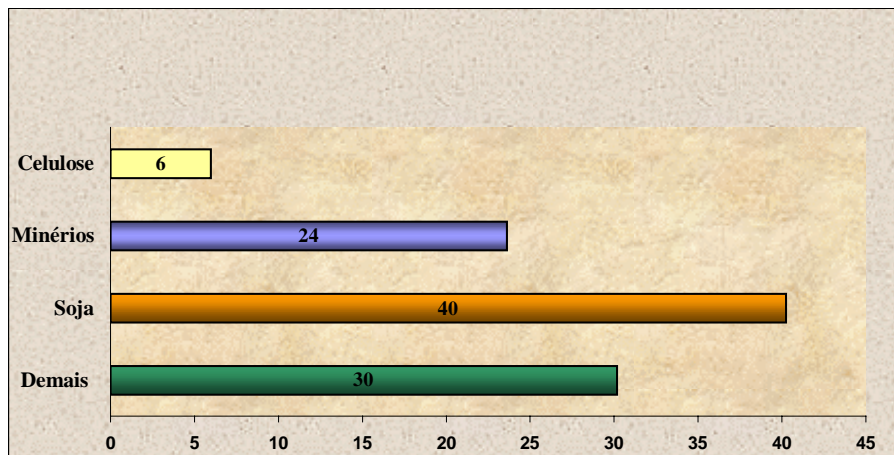
Os Gráficos 2 e 3 demonstram que a pauta comercial entre os dois países caracteriza-se da seguinte forma:

**Gráfico 2 -Produtos importados da China (%) - 2004**



**Fonte:** Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria de Comércio Exterior, RT\_102 (15/12/2004). Dados disponíveis no site: <http://www.mdic.gov.br>, acesso: 17/01/2005.

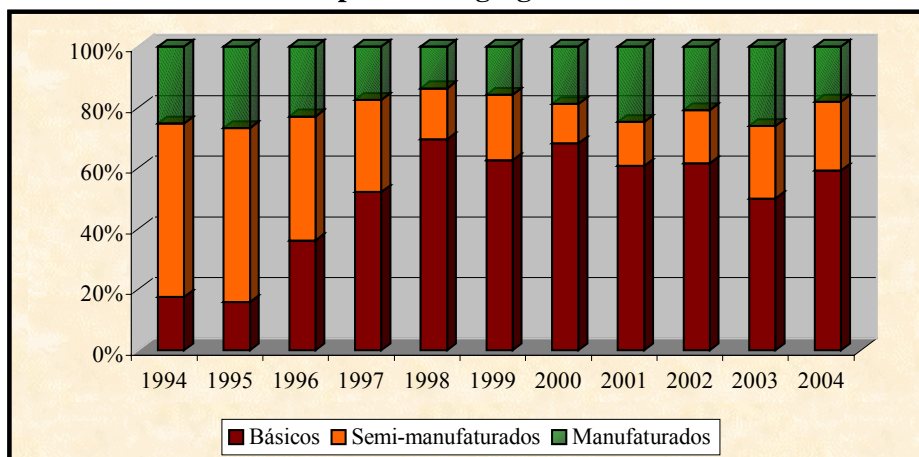
No Gráfico 2 observamos que cerca de 30% das importações brasileiras da China concentram-se em três grupos de produtos: materiais elétricos e eletro-eletrônicos, carvão e derivados e tecidos. As importações brasileiras da China estão concentradas nos materiais eletro-eletrônicos direcionados à estratégia de integração tecnológica internacional das empresas nacionais e estão também concentradas no carvão mineral que apresenta qualidade e preços competitivos. O restante da pauta de importações (70%) está fragmentado em diversos produtos tais como: calçados, brinquedos, bicicletas e têxteis.

**Gráfico 3 - Produtos exportados para China (%) – 2004**

**Fonte:** Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria de Comércio Exterior, RT\_102 (15/12/2004). Dados disponíveis no site: <http://www.mdic.gov.br>, acesso: 17/01/2005.

No Gráfico 3 temos que cerca de 70% das exportações brasileiras para a China concentram-se em apenas três grupos de produtos, todos de baixo valor agregado e intensivos em recursos naturais: soja, minérios e celulose. Os demais produtos da pauta de exportações (30%) estão voltados basicamente ao setor automotivo (tratores, veículos, motores e máquinas), petróleo, minérios, fumo, couro, peles e sucos congelados.

**Gráfico 4 – Pauta exportações brasileiras para China por fator agregado**



**Fonte:** Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria de Comércio Exterior, RT\_102 (15/12/2004). Dados disponíveis no site: <http://www.mdic.gov.br>, acesso: 17/01/2005.

Conforme Gráfico 4, observamos que na última década, a participação de produtos básicos nas exportações brasileiras para a China - especificamente no período de 1998-2001- variou entre 60% a 70%, sendo o restante da pauta composto por produtos semi-manufaturados e manufaturados.

De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a alta concentração na pauta das exportações brasileiras para a China pode ser apreendida a partir dos seguintes aspectos:

- cerca de 70% da pauta é composta por três grupos de produtos: soja, minério e celulose;
- cerca de 70% da pauta contempla apenas quatro estados brasileiros: Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul;
- cerca de 60% da pauta representa as vinte maiores empresas exportadoras.

Os dados apresentaram de forma objetiva que a vertente comercial está muito aquém do potencial existente entre os dois países. Além disso, os dados mostraram que a curto prazo não há uma tendência clara que o Brasil irá exportar produtos de maior valor agregado para a China.

No entanto, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior trabalha com o pressuposto de que há setores potenciais a serem explorados no mercado chinês.

A Tabela 10 sintetiza o estudo desenvolvido pelo mesmo Ministério, focalizando um cruzamento estatístico entre a demanda importadora da China e a oferta exportadora brasileira:

**Tabela 10 - Setores com Potencial Importador a ser explorado (PIE)**

<b>Setores</b>	<b>PIE US\$ mil</b>
Soja, mesmo triturada	2.712.132
Minérios de ferro e seus concentrados não aglomerados	1.904.439
Aviões e outros veículos aéreos, com peso entre 2.000 e 15.000 Kg, vazios	1.165.866
Aparelhos Transmissores paratelegrafia, telegrafia, radiodifusão ou TV	1.107.005
Automóveis de passageiros, cilindradas entre 1.500 e 3.000 cm <sup>3</sup>	827.781
Pastas químicas de madeira, de não coníferas	721.288
Óleos brutos de petróleo	681.025
Aviões e outros veículos aéreos, de peso superior a 15.000 kg, vazios	504.702
Pedaços e miudezas de galos/ galinhas, congelados	402.694
Outras partes e acessórios para veículos automóveis e tratores	398.004

**Fonte:** Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.  
Documento disponíveis no site: <http://www.mdic.gov.br>, acesso: 17/01/2005.

De acordo com o estudo, as exportações brasileiras do minério de ferro e da soja para a China apresentam ainda a perspectiva de crescimento. A demanda chinesa por *commodities* se expressa claramente na sua pauta comercial com o Brasil, conforme o Gráfico 3, tornando o país o maior importador do aço brasileiro.<sup>80</sup>

O Brasil é um país com abundantes recursos naturais dos quais a China necessita. Calcula-se, por exemplo, que as reservas de minério de ferro do Brasil cheguem a 50 bilhões de toneladas. A China, por sua vez, está desenvolvendo a sua indústria de aço, apresentando um amplo mercado para o minério de ferro brasileiro. Por outro lado, o Brasil necessita de carvão mineral de alta qualidade, recurso natural em abundância na China. BAOYU (1999, p. 119).

A forte demanda chinesa por minério de ferro pode ser explicada pelos vultosos investimentos que estão sendo realizados no país no setor de em infra-estrutura e pelo expressivo crescimento da produção de bens de capital e bens de consumo duráveis derivados do crescimento econômico.

A partir de 1993, a China passou a ocupar o primeiro lugar entre os países em desenvolvimento em termos de atração do investimento estrangeiro [...]. A absorção e a utilização do investimento estrangeiro aceleraram o passo do desenvolvimento econômico do país. Conseqüentemente, o crescimento econômico proporcionou o aumento da demanda por *commodities* como grãos e minérios. ZHIQUAN (1999, tradução nossa).

Em relação à demanda da soja brasileira pela China, observa-se que o país adota uma forte política de segurança alimentar, sobretudo por conta do crescimento da renda do seu contingente populacional. Nesse sentido, o Brasil poderia atender às necessidades chinesas:

[... ] estudiosos dos problemas alimentares no mundo têm comentado a possibilidade de que o Brasil, por sua extensão territorial aproveitável para agricultura, ainda relativamente pouco utilizada, poderia vir a tornar-se fornecedor de grãos básicos à China, cuja superfície cultivável é de apenas 7% do total e cuja população, ao elevar o seu padrão de vida, passará a necessitar de mais e melhores alimentos. DUARTE (1999, p. 110).

---

<sup>80</sup> Segundo *Relatório Estratégico: Potencial de Comércio e Investimentos Brasil – China* da Gazeta Mercantil, em 2004, a expansão da demanda chinesa por aço elevou sobremaneira o preço do produto no mercado mundial.

Complementando essa idéia entendemos que:

Diante da situação atual do comércio sino-brasileiro, os esforços de ambas as partes deveriam ser direcionados para a promoção das relações bilaterais, priorizando o desenvolvimento agrícola, a troca de produtos e a integração de seus mercados. O Brasil, com uma população menor que a chinesa e com uma abundância de terras cultiváveis, deveria aproveitar esta situação para ampliar a sua cooperação com a China, um país com excesso populacional e poucas terras férteis. YINCHUN (1999, p.144).

O setor de *agribusiness* tem aprimorado a aplicação de novas tecnologias, aumentando a produtividade do setor e tornando a soja brasileira competitiva no mercado internacional. Apesar de enfrentar desafios quanto à infra-estrutura de transportes para o escoamento das safras, o complexo da soja brasileira (grão, farelo e óleo) desponta como principal produto de exportação para a China.<sup>81</sup>

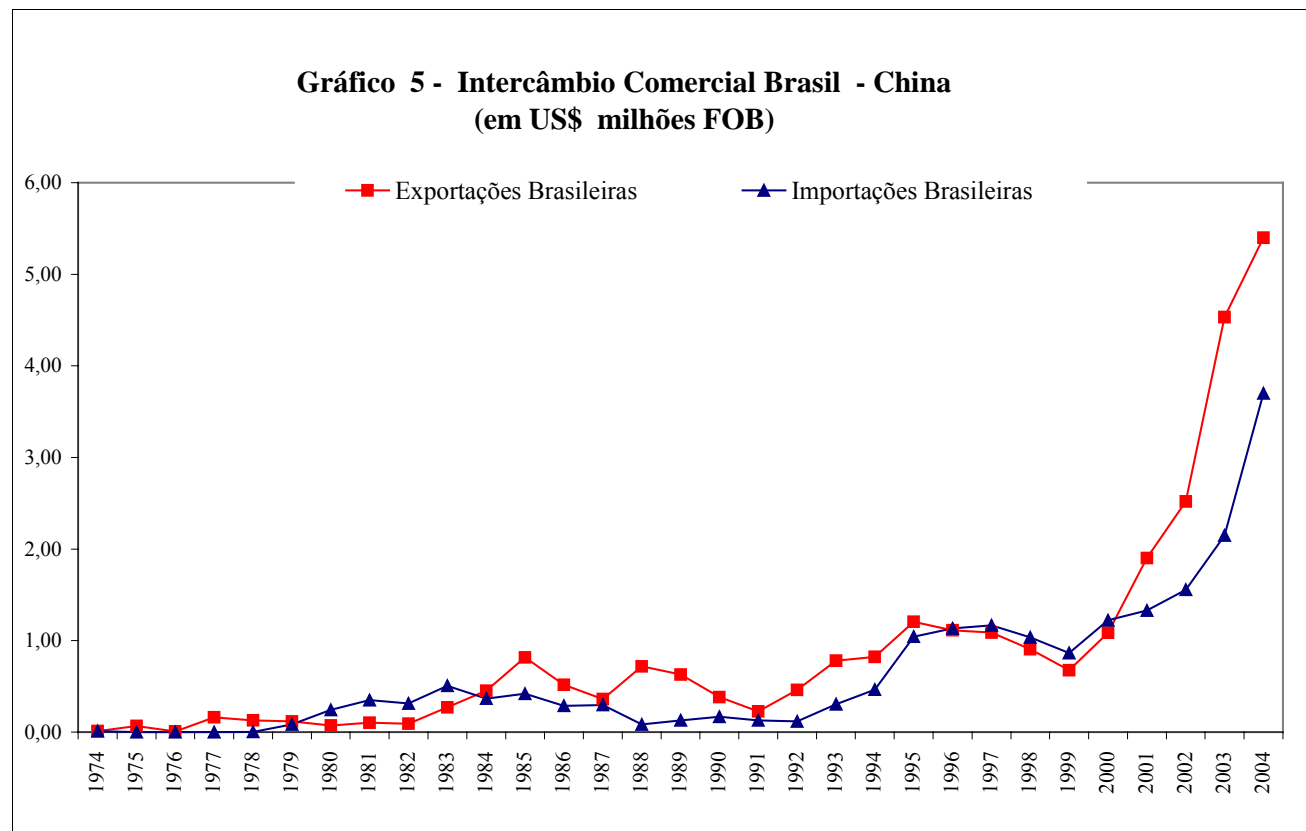
Assim sendo, constatamos que há aspectos complementares nas economias chinesa e brasileira que, ao serem exploradas mutuamente, poderão proporcionar ganhos recíprocos.

### **3.3.2.3 – Intercâmbio comercial**

No Gráfico 5 observamos a evolução do intercâmbio comercial entre o Brasil e a China e o crescimento sustentável das exportações brasileiras a partir da década de 1990.

---

<sup>81</sup> De acordo com o *Relatório Estratégico: Potencial de Comércio e Investimentos Brasil – China da Gazeta Mercantil*, devido à entrada da China na Organização Mundial do Comércio, até 2006, o país deverá eliminar o óleo de soja do regime de quotas de importação e deverá também reduzir suas tarifas para 9%, ampliando-se assim, as perspectivas de incremento no comércio agrícola entre os dois países.



**Fonte:** Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria de Comércio Exterior, RT\_102 (15/12/2004).

### 3.3.2.4 – Balança comercial

No Gráfico 6, observamos que os saldos da balança comercial Brasil – China (exportações brasileiras - importações brasileiras), ao longo dos trinta anos de relações diplomáticas, favoreceram predominantemente o Brasil, exceto em dois períodos: de 1980 – 1983 e 1996 – 2000.

Durante a década de 1980, a aguda crise econômica ocorrida nos países em desenvolvimento provocada sobretudo pela ruptura dos financiamentos internacionais se refletiu no Brasil. O país repassou elevadas transferências líquidas de capitais para o pagamento das dívidas aos credores internacionais, enfrentou a deterioração dos termos de troca e aumentou significativamente os déficits comerciais com o mundo.<sup>82</sup>

Nos período 1994-1995, o Brasil aumentou suas exportações para a China e apresentou superávits, principalmente em função do aumento da venda do minério de ferro para aquele país. Segundo Hengmin (1999), o acordo bilateral de intenção sobre o comércio e promoção de exploração do minério de ferro, firmado em 1993, promoveu o aumento das exportações do minério para a China, a fim de atender ao desenvolvimento da sua indústria siderúrgica e metalúrgica que apresentava demandas crescentes.

No período de 1996 – 2000, os déficits crescentes na balança comercial brasileira em relação à China refletiam a abertura econômica que resultou num fluxo crescente de importações, sobretudo após a renegociação da dívida externa que levou ao ingresso de capitais de curto prazo no país.<sup>83</sup>

---

<sup>82</sup> Medeiros (1999) aponta que a crise de endividamento brasileiro refletiu o cenário internacional cujo foco era a restrição do crédito frente à moratória mexicana ocorrida em 1982.

<sup>83</sup> Medeiros (1999) considera ainda que, ao contrário da China que praticou uma moderada liberalização na balança de transações correntes com uma taxa de câmbio desvalorizada, o Brasil ampliou sua liberalização comercial e a partir de 1994 até fevereiro de 1999 valorizou sua taxa de câmbio.



Em 1994, as importações brasileiras cresceram em progressão geométrica, gerando déficits comerciais crescentes com a China.<sup>84</sup> Contudo, após a desvalorização da moeda brasileira, ocorrida em 1999, e a flexibilização do regime cambial, ocorreu a reversão do ciclo de déficits comerciais com aquele país.

A partir de 2001, os superávits crescentes do Brasil em relação à China foram reflexos das políticas cambial e comercial adotadas, porém, em 2004, o superávit brasileiro em relação à China (US\$ 1,70 bilhões) apresentou o significativo decréscimo de aproximadamente 29% em relação ao superávit de 2003. Se essa tendência se confirmar, o saldo comercial positivo para o Brasil em relação à China poderá reverter-se nos próximos anos.

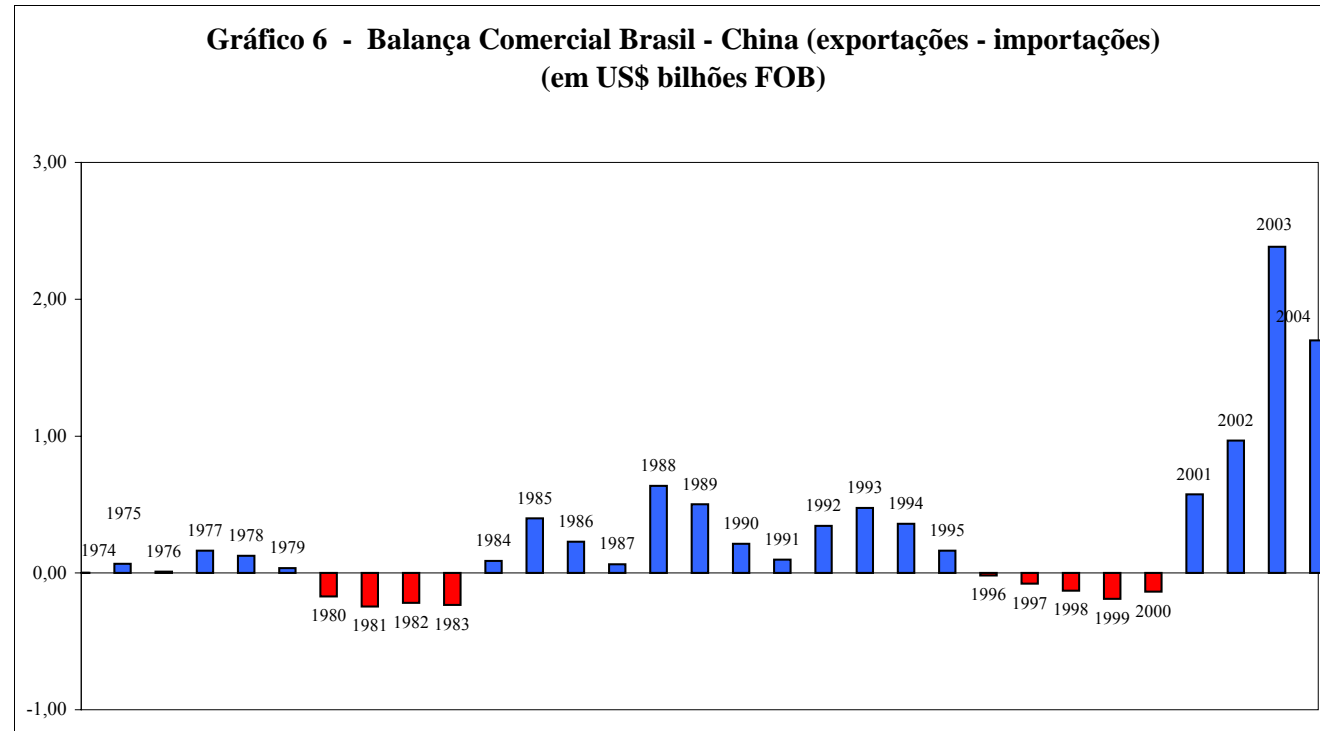
Nesse sentido, algumas ações de promoção comercial poderiam ampliar as exportações para a China, tais como: ajustes cambiais, a redução dos custos ou desoneração das exportações (financiamentos, infra-estrutura e logística, burocracia e impostos) e a intensificação das missões empresariais.

A preocupação brasileira ainda é diversificar suas exportações ao mercado chinês, uma vez que o Brasil tem se mostrado fundamentalmente fornecedor de grãos de soja e minérios àquele país, enquanto os chineses participam no mercado brasileiro com produtos de maior conteúdo tecnológico.

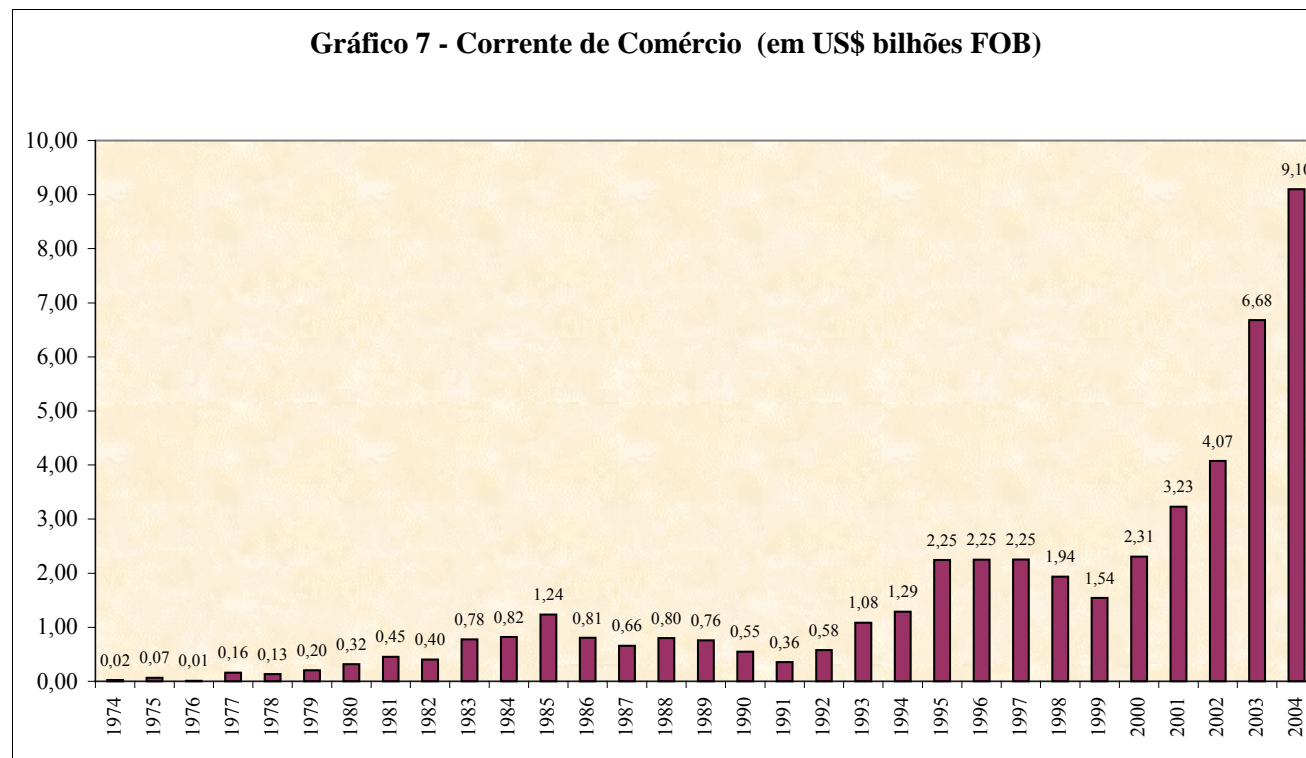
O Gráfico 7 demonstra que corrente de comércio bilateral tem apresentado uma tendência de crescimento sustentado, porém para que a vertente econômico-comercial se consolide, há que se expandir os investimentos e o fluxo de comércio bilateral.

---

<sup>84</sup> Neste ano foi implantado o Plano Real que adotava um modelo de estabilização da moeda focado na âncora cambial.



**Fonte:** Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria de Comércio Exterior, RT\_102 (15/12/2004).  
Dados disponíveis no site: <http://www.mdic.gov.br>, acesso: 17/01/2005.



**Fonte:** Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria de Comércio Exterior, RT\_102 (15/12/2004).  
Dados disponíveis no site: <http://www.mdic.gov.br>, acesso: 17/01/2005.

#### 4. A parceria estratégica e o aprofundamento da agenda internacional

A ampliação dos interesses apresentados nas vertentes política, científico-tecnológica e econômico-comercial aponta para o aprofundamento da agenda internacional comum, sobretudo nos foros multilaterais nos quais os dois países têm procurado defender os interesses dos países em desenvolvimento.

Nesse sentido, a diplomacia brasileira desde a década de 1960 tem empreendido esforços voltados ao estabelecimento de uma ordem internacional mais justa aos países em desenvolvimento, o que se convencionou chamar de Cooperação Sul-Sul.<sup>85</sup>

De acordo com a praxe diplomática, o termo Sul-Sul para Neves (1992, p. 87) “[...] não se refere a posição hemisférica, mas tem o sentido de *ao sul de* para designar a situação geográfica de países que o acaso histórico pôs *ao Sul* de países mais avançados”.

Para Viotti e Kauppi (1999), o termo Norte-Sul nas Relações Internacionais refere-se aos Estados industrializados do hemisfério Norte e aos Estados pobres do hemisfério Sul.

O termo Sul-Sul apresenta também uma analogia em relação aos chamados países do Terceiro Mundo:

A Teoria dos Três Mundos contrapunha-se ao conceito de Zonas Intermediárias, na qual o mundo estaria dividido em três zonas, sendo a primeira composta pelos países capitalistas, a segunda pelos países socialistas e a terceira pelos países em desenvolvimento e pelos pequenos países capitalistas. Já a Teoria dos Três Mundos contrapunha-se à divisão do mundo na perspectiva ideológica Leste-Oeste, considerando a divisão em termos de níveis de desenvolvimento. (OLIVEIRA, H., 2004)

---

<sup>85</sup> Em 1964, o Brasil liderou a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) cujo propósito era obter auxílio econômico dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento.

Hirst e Thompson (1998), restringem a definição para os países desenvolvidos do Norte, considerando-os como parte da tríade: Europa Ocidental, Japão e América do Norte.

Em suma, o debate sobre a questão Norte-Sul envolve sobretudo o *gap* econômico entre os países, sendo que tal desigualdade poderia ser solucionada se os países do Norte cooperassem com o desenvolvimento dos países do Sul.

Contudo, a clivagem Norte-Sul é considerada atualmente por muitos autores como anacrônica, pois haveria uma crise de identidade nos países em desenvolvimento:

[... ] sem lugar para o Sul, o mundo perdeu qualquer visão que abarcasse não somente alguns, mas todos os países, toda a comunidade internacional. Aceitava-se, não com fatalismo, pior, com indiferença, a duradoura, dualística, divisão entre o Norte e o Sul, entre ricos e pobres, fracos e fortes, bons e maus, entre os *have* e os *have not*. (NEVES, 1992, p. 78).

Nesse sentido, entendemos que:

Em adequação ao atual momento conjuntural das Relações Internacionais, o que se busca é a formação de uma frente, entendida como um processo de Cooperação Sul-Sul, para discussão e defesa conjunta de interesses relativamente mútuos entre esses países frente aos desenvolvidos. (OLIVEIRA, H., 2004).

Na visão de Hengmin (1999), o processo de redefinição do sistema internacional pós Guerra Fria aponta duas tendências: a multipolarização e a retomada da Cooperação Sul-Sul. Nesse sentido, para o autor, os entendimentos buscados pelo Brasil e pela China em importantes questões da agenda internacional - precipuamente no que se refere à construção de uma nova ordem político-econômica - têm refletido uma atitude mútua no sentido de promover a Cooperação Sul-Sul.

O Ministério das Relações Exteriores da China expressa claramente a condição do país como em vias de desenvolvimento e prioriza a Cooperação Sul-Sul como diretriz da sua política externa. As formas de cooperação bilateral e multilateral são

estabelecidas por meio da coordenação política com países africanos, latino-americanos e do sudeste asiático, conforme demonstra o documento *China's Stand on South-South Cooperation*.<sup>86</sup>

Na visão dos formuladores da política externa chinesa há propósito de se estabelecer regras no plano econômico, através de reformas no sistema financeiro e no comércio internacional como meio de promover o desenvolvimento baseado em princípios de igualdade e benefícios mútuos entre os países.<sup>87</sup>

Shixue (1999), Shang (1999) e Zemin (2002) argumentam que no atual contexto da política internacional, a China se posiciona favoravelmente à Cooperação Sul-Sul, precipuamente através de uma maior aproximação com o Brasil e a perspectiva brasileira também converge com a chinesa:

O comércio Sul-Sul deve seu dinamismo, em grande parte, ao reconhecimento dessa força: os países em desenvolvimento vêm concluindo entre si um número crescente de acordos bilaterais ou regionais de comércio.<sup>88</sup>

Na percepção dos atuais formuladores da política externa brasileira, a retomada do diálogo Sul-Sul levaria a uma maior aproximação do país com a China, pois essa seria a oportunidade para o país suprir seu atraso econômico e tecnológico através de uma aproximação com aquele país, eleito como um “[...] potencial parceiro preferencial na tão aclamada interação entre os países do sul.” (VELLOZO, 2004).

---

<sup>86</sup> *China's Stand on South-South Cooperation*. Documento não publicado e disponível no site: Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, <http://www.fmprc.gov.cn>, acesso: 09/02/2005.

<sup>87</sup> Nathan e Gilley (2003) ressaltam que os líderes chineses reconhecem a necessidade de mudanças no cenário econômico internacional, porém estas deverão refletir no plano interno com a manutenção do autoritarismo pós-ideológico, enfatizando sobretudo o desenvolvimento econômico.

<sup>88</sup> Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva: *A nova geografia do comércio: Cooperação Sul-Sul em um mundo cada vez mais interdependente*. Proferido em 14 de Junho de 2004, na sessão de debate da XI UNCTAD, São Paulo. Documento não publicado e disponível no site: <http://www.mre.gov.br/discursos>.

Nesse sentido, Oliveira, H. (2004) afirma também que a China: “[...] foi o único país da Ásia com o qual o Brasil conseguiu estabelecer alguns laços significativos no contexto da Cooperação Sul-Sul.”

Shang (1999, tradução nossa) complementa essa idéia, argumentando que a percepção da ação conjunta Brasil-China poderá: “[...] proporcionar uma voz maior no campo das negociações com os países desenvolvidos e aumentar o poder dos países em desenvolvimento contra as hegemônias.”

Contudo, Cervo e Bueno (1992) consideram que as relações do Brasil com os países em desenvolvimento sempre apresentaram um caráter complementar e não excludente em relação aos países desenvolvidos. Assim sendo, entendemos que os países desenvolvidos continuarão sendo parceiros indispensáveis ao país, tendo em vista sua importância no que se refere ao destino das exportações brasileiras e à absorção de investimentos diretos e tecnologia de ponta.

Segundo estudo recente da *Goldman Sachs Economic Research*, nas próximas décadas, o Brasil, a Rússia, a Índia e a China – os chamados BRICs ou as quatro maiores economias em desenvolvimento – poderão se tornar uma das maiores forças da economia internacional. O estudo prevê que se esse grupo de países mantiver suas atuais taxas de crescimento econômico tornar-se-á maior que as seis maiores economias desenvolvidas, em patamares equiparados ao produto interno bruto do Japão e dos EUA.<sup>89</sup>

De acordo as entrevistas constatamos a perspectiva de um fortalecimento de ações conjuntas derivadas da formação de agrupamentos de países como o G3 (Brasil, África do Sul e Índia) e o G5 (Brasil, África do Sul, Índia, Rússia e China):

---

<sup>89</sup> Goldman Sachs Economic Research. *Dreaming with BRICs: The Path to 2050*. Global Economics Paper No. 99. Documento não publicado e disponível no site: <http://www.gs.com>, acesso: 17/02/2005.

### Entrevista 1: Embaixador Edmundo Sussumu Fujita

O grupo (G3) não é um grupo estruturado, é um grupo que está em desenvolvimento, não é um grupo fechado, não é um grupo voltado contra nenhum outro grupo.

O Brasil não convidou a China ou a Rússia a entrar (neste grupo). Enfim, se eles se interessarem certamente serão bem-vindos, mas é uma coisa natural, é um grupo que crescerá de forma natural, de acordo com sua dinâmica própria.

### Entrevista 2: Cônsul Geral da China, Senhor Sheng Qin

Atualmente, temos o G3, G5 ou G8, isso mostra que os grandes países em vias de desenvolvimento tais como o Brasil, a China, a Índia, a África do Sul, incluindo a Rússia (apesar de a Rússia pertencer ao G8 ou G9) têm a responsabilidade de trocar opiniões, observações e impressões para defender seus interesses comuns.

Eu acho que em três ou quatro anos, o grupo dirigido por grandes países em vias de desenvolvimento (apesar de muitos falarem que essa perspectiva poderá levar mais tempo) se unirá para definir seus próprios interesses nos foros internacionais.

Tais idéias sinalizam claramente uma tendência para a constituição de alinhamentos e demonstram que, embora que esses alinhamentos estejam em fase embrionária, há a possibilidade que a agenda externa comum entre o Brasil e a China se aprofunde. Adicionalmente, com o intuito de congregação política e economicamente os países em desenvolvimento da América Latina e da Ásia foi criado, em 1998, o Foro de Cooperação América Latina - Ásia do Leste (FOCALAL).<sup>90</sup>

---

<sup>90</sup> O Foro de Cooperação América Latina - Ásia do Leste (FOCALAL) reúne quinze países latino-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela) e quinze asiáticos (Austrália, Brunei Darussalam, Camboja, China, Cingapura, Coreia, Filipinas, Indonésia, Japão, Laos, Malásia, Mianmar, Nova Zelândia, Tailândia e Vietnã).



A aproximação política entre os países desse foro pode ser apreendida como:

[...] o adensamento das relações entre as diferentes regiões do mundo que tem por objetivo preencher lacuna no relacionamento entre as duas regiões. O propósito principal deste mecanismo de cooperação e diálogo multidisciplinar interregional é o de fomentar o diálogo político, o entendimento e cooperação. (FUJITA, 2001).

Oliveira, H. (2004) ressalta ainda que esse foro poderá aprofundar o relacionamento entre as duas regiões, sem a presença dos EUA, aumentando dessa forma as possibilidades de cooperação entre a Ásia e a América Latina.

Outro exemplo emblemático de agrupamento entre países foi criação do G20 junto à Conferência de Cancún, coordenada pela OMC.<sup>91</sup>

A presença do Brasil no G20 é considerada fundamental, pois: “[...] trata-se, sem dúvida da mais importante articulação dos países em desenvolvimento para a defesa de seus interesses na regulamentação do comércio internacional desde a criação da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento”. (FERNANDES, 2003).

Nesse contexto, ações comuns articuladas entre o Brasil e a China supostamente poderão ser direcionadas inclusive aos países em desenvolvimento, pois:

Os dois países poderiam prestar cooperação coordenada em países da África, Ásia e América Latina, no âmbito de uma iniciativa de se relançar uma Agenda para o Desenvolvimento Internacional com base em esforços principalmente Sul-Sul. (FUJITA, 2003, p. 69).

---

<sup>91</sup> Trata-se de uma aliança liderada pelo Brasil que agrupa os principais produtores agrícolas entre os países em desenvolvimento, inclusive a China. Inicialmente formado por dezesseis países, o G20 tem refletido uma ampliação progressiva de seus membros.

Ainda de acordo com Fujita (2003), a agenda internacional comum avança também para outros campos, tais como: nanotecnologia, o combate à fome e a pobreza, prevenção à AIDS, crime organizado, turismo, paz e segurança, meio ambiente, esporte, cultural e no campo acadêmico.

Outros autores apresentam consenso em torno da formação de uma frente mais ampla entre os países em desenvolvimento, a partir da consolidação de uma parceria estratégica sino-brasileira.

Cabral (2000) afirma que: “[...] a cooperação sino-brasileira poderá atuar como uma força de vanguarda na construção de uma nova ordem internacional.”

Liren (1999, tradução nossa) considera que: “[...] a cooperação entre os dois países no campo da cooperação tecnológica de ponta é um exemplo de Cooperação Sul-Sul.”

Zhiquan (1999, tradução nossa) aponta que: “[...] a cooperação econômica e comercial entre a China e o Brasil pode ser colocada como modelo de Cooperação Sul-Sul porque nela há princípios de igualdade e benefícios mútuos.”

Portanto, a percepção é que a prática da Cooperação Sul-Sul tem possibilitado o estreitamento dos vínculos entre os países em desenvolvimento. Além disso, tal prática tem instrumentado alinhamentos *ad hoc* - como a construção de uma parceria estratégica sino-brasileira – com o intuito de juntar forças políticas para defender os interesses desses países em melhores condições na cena internacional.

## **5. A parceria estratégica: desafios e oportunidades**

Ao avaliarmos a dinâmica da construção de uma parceria estratégica sino-brasileira, constatamos que nas vertentes abordadas existem limitações e sinergias. Contudo, os desafios existentes para a construção dessa parceria superam as oportunidades.

### **5.1 - Desafios para a parceria estratégica sino-brasileira**

Os desafios inerentes aos países em desenvolvimento como baixa renda, dependência tecnológica e barreiras de acesso aos mercados dos países desenvolvidos têm direcionado o Brasil e a China a adotarem posições convergentes em foros internacionais.

Entretanto, há desafios endógenos de cada país que se refletem no processo construção de uma parceria estratégica. Do ponto de vista econômico, a sustentabilidade das altas taxas de crescimento chinês e o aprofundamento das reformas da economia socialista de mercado são fundamentais para que ocorra a melhoria na renda do país e, conseqüentemente, a demanda interna possa crescer e intensificar as relações comerciais com o Brasil.

Huntington (1992) salienta ainda que a China é vista como a maior fonte de instabilidade política, econômica e social do Leste Asiático e, por esse motivo, poderá enfrentar constrangimentos por parte dos EUA, o que limitaria uma possível expansão econômica do país.

Similarmente, o Brasil necessita viabilizar o crescimento econômico sustentável de longo prazo para que o seu mercado interno possa também gerar uma maior demanda por produtos chineses.

Consideramos ainda os seguintes desafios a serem superados por ambos os países: o desconhecimento recíproco no que se refere a produtos, normas técnicas e a concretização dos potenciais de negócios por parte dos empresários brasileiros e chineses.

Outro desafio que visualizamos é o estabelecimento de estratégias comuns, visando a implementação dos acordos firmados junto aos agentes privados, sobretudo por meio da articulação e do consenso que poderão ser construídos pelo Conselho Empresarial Brasil – China.

A intensificação do fluxo de comércio depende também da redução dos atuais níveis tarifários. Nesse sentido, o Grupo Mercosul (órgão executivo dessa instituição) tem buscado entendimentos a longo prazo visando uma tarifa externa comum, bem como a viabilização de acordos de preferência tarifária e de livre comércio com a China, a fim de estabelecer um redutor linear de tarifas.

Independentemente da construção de uma parceria estratégica, consideramos também que o Brasil e a China têm interesses diferenciados, sobretudo no jogo de comércio internacional onde ambos os países poderão adotar posições opostas: o Brasil como exportador e a China como importadora de *commodities*.

Do ponto de vista político, podemos inferir que o Brasil e a China poderão conduzir o relacionamento bilateral por meio de uma visão mais pragmática da *Realpolitik* ou da política do poder, pautando as respectivas diretrizes de política externa não por princípios comuns, mas de acordo com interesses diferenciados e inerentes ao cálculo político.

Dessa forma, a construção de uma parceria estratégica poderá enfrentar contradições derivadas de interesses divergentes das agendas entre os dois países. Nesse sentido, Meza (2002, p. 41) afirma que: “[...] o desenvolvimento eventual de uma agenda de segurança, militar-estratégica, por parte da China, conforme a sua condição de potência nuclear, poderia discordar com aquelas agendas impelidas pelo Brasil”.

Podemos ainda destacar outros desafios para a construção de uma parceria estratégica, tais como: a distância geográfica; o desconhecimento mútuo nos diversos segmentos sociais como a elite política, a comunidade acadêmica e o meio empresarial; as barreiras culturais e lingüísticas e principalmente a carência de recursos humanos com fluência nos idiomas dos respectivos países.

## **5.2 - Oportunidades para a parceria estratégica sino-brasileira**

Conforme apontado por diversos autores, o Brasil e a China são atores que se apresentam como lideranças em suas respectivas regiões e a construção de uma parceria estratégica promoveria o fortalecimento dos vínculos políticos, econômico-comerciais, culturais e tecnológicos entre a Ásia e a América Latina.

A crescente integração do Brasil com o mercado chinês oferece oportunidades de ampliação das escalas de produção para bens exportáveis e possibilidades de aquisição de equipamentos e tecnologias que estejam acompanhando a renovação tecnológica no exterior.

A perspectiva é que ocorra um aumento da interdependência econômica: o Brasil necessita do capital chinês nos setores de infra-estrutura e *agribusiness* e a China necessita das *commodities* estratégicas brasileiras.

Além disso, a cooperação científico-tecnológica sobretudo na área espacial e energética sinaliza claramente potenciais de expansão para as próximas décadas.

## **6. Tendências prospectivas para o relacionamento sino-brasileiro**

As tendências prospectivas para o relacionamento sino-brasileiro estão vinculadas ao ambiente exógeno, ou seja, dependem de uma nova configuração do poder no cenário internacional por meio da acomodação das forças políticas. Contudo, o ambiente endógeno de cada país e a confluência dos interesses privados poderão influenciar também a ação externa comum.

As tendências para o Brasil apontam para uma linha de continuidade da política externa, enquanto instrumento da política nacional de desenvolvimento. Nesse sentido, o país deverá continuar a envidar esforços para a ampliação dos mercados de seus produtos e serviços com significativa competitividade, visando: o fortalecimento dos vínculos junto ao Mercosul<sup>92</sup>, maior acesso aos mercados dos países da União Européia e o entendimento com os EUA junto à anunciada Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).<sup>93</sup>

Em relação à China, constata-se que diante da pujança do crescimento econômico nas últimas décadas, o país tende a fortalecer-se como um ator político, bem

---

<sup>92</sup> Na visão de Meza (2002) o Mercosul é um projeto político através do qual o Brasil busca sua liderança regional e através do qual o país tenta defender seus interesses diante das assimetrias geoeconômicas impostas nas negociações internacionais, procurando disputar com os EUA a hegemonia no âmbito sulamericano.

<sup>93</sup> Em relação à formação da ALCA, Jaguaribe (2003) aponta que o Brasil poderá se converter num país “satelizável” dos EUA ou se manter autônomo, logrando um patamar de desenvolvimento econômico que lhe permita uma inserção internacional significativa.

como um ator econômico, possibilitando a abertura de uma ampla frente de cooperação econômico- comercial na região asiática.<sup>94</sup>

Cabe ainda destacar que as relações da China com os EUA são fundamentais, uma vez que o país é o primeiro destino das exportações chinesas. Entretanto, constata-se que a política externa chinesa tem procurado diversificar parcerias para reduzir sua dependência econômica em relação aos EUA, uma vez que o país também exerce pressões sobre diversas questões relacionadas à política interna da China, tais como: política cambial, direitos humanos e meio ambiente.

Conforme aponta Story (2004, p. 76): “[...] as opções de política externa da China tendem a favorecer uma acomodação com o poder dos EUA. As opções envolvem também uma resistência ansiosa aos EUA, cooperação condicional e alianças compensatórias.”

A percepção de que o país tem buscado alianças compensatórias aproximando-se dos países em desenvolvimento é nítida, conforme declarou o Presidente Hu Jintao, em visita à América Latina. Assim sendo, poder-se-ia pensar numa maior aproximação da China na região por meio do Mercosul, sobretudo se houver a consolidação de uma parceria estratégica com o Brasil.

---

<sup>94</sup> O país tem se destacado em foros como a APEC (Cooperação Econômico da Ásia – Pacífico) e a ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático) influenciando sobremaneira as importantes decisões no plano político, estratégico-militar e na segurança regional.

## **Considerações finais**

Buscou-se demonstrar neste trabalho o perfil do relacionamento sino-brasileiro ao longo de trinta anos relações de diplomáticas, bem como o entendimento da construção de uma parceria estratégica entre os dois países.

No primeiro capítulo foram discutidos os aspectos que caracterizaram a inserção de ambos os países no sistema internacional. Embora assimetrias políticas e sócio-econômicas tenham se evidenciado entre os dois países, constatou-se que tanto o Brasil quanto a China participaram de forma relativa na criação das regras vigentes no pós Segunda Guerra Mundial e, conseqüentemente, apresentaram uma problemática comum: a busca pelo desenvolvimento econômico e por uma maior voz nos foros internacionais.

Após a normalização das relações diplomáticas entre o Brasil e a China, ocorrida no contexto da Guerra Fria, os contatos políticos e as ações diplomáticas recíprocas foram exíguos até o final da década de 1980. Contudo, a estratégia diplomática chinesa orientada pela Política de Portas Abertas - implementada por Deng Xiaoping, em 1978, - impulsionou os vínculos político-econômicos do país com o mundo e tal fato estimulou a aproximação bilateral.

Durante a década de 1990, ambos os países foram influenciados pelas transformações econômicas mundiais provocadas pelo aprofundamento da globalização, pela interdependência financeira através da tecnologia, bem como pelas discontinuidades ocorridas no sistema internacional.

A China buscou o fortalecimento político por meio do aprofundamento das reformas econômicas para evitar a desintegração política e, no início da década de 1990, o socialismo de mercado chinês foi formalizado, possibilitando que o país capitalizasse



as mudanças ocorridas com a globalização e se tornasse um ator econômico importante na cena internacional. O Brasil, por sua vez, demonstrou continuidade em sua política externa orientada pela diplomacia econômica com o objetivo de obter uma maior inserção internacional e reduzir a vulnerabilidade externa do país.

O reordenamento do sistema internacional pós-Guerra Fria possibilitou um maior diálogo sino-brasileiro por meio de visitas recíprocas de alto nível e criou espaços para a discussão e o entendimento sobre a construção de uma parceria estratégica.

No segundo capítulo buscou-se o entendimento sobre a construção de uma parceria estratégica no âmbito das relações sino-brasileiras. Desde que foi cunhado - pelo então Primeiro Ministro Zhou Ronji, em 1993 - o termo *parceria estratégica* designou genericamente a relação sino-brasileira como uma relação sinérgica entre o maior país em desenvolvimento do hemisfério oriental com o maior país em desenvolvimento do hemisfério ocidental.

A síntese das visões brasileiras e chinesas apontou um sentido para a construção de uma parceria estratégica: a ação conjunta no longo prazo no plano internacional dos dois maiores países em desenvolvimento, direcionada por interesses comuns e caracterizada pela cooperação política, econômico-comercial e científico-tecnológica.

A vertente política demonstrou que a construção de uma parceria estratégica sino-brasileira está sendo moldada pelo entendimento diplomático focado em interesses comuns de longo prazo. A percepção é que os dirigentes de ambos os países têm pautado a construção de uma parceria estratégica através de princípios e ações convergentes no plano da política internacional, os quais estão direcionados em defesa de uma ordem internacional mais justa baseada na multipolaridade.

Pelo exposto nas visões brasileiras e chinesas, bem como nos discursos, inferiu-se que a vertente política dessa parceria estaria consolidada e através dela visualizar-se-

ia uma maior inserção dos países em desenvolvimento no sistema internacional. Porém, a análise dessa vertente apontou que os propósitos destacados nos discursos foram influenciados por gestos simbólicos e pelo viés retórico.

Contudo, a vertente política demonstrou estar se consolidando sobretudo como uma diretriz na formulação das políticas externas de ambos os países. Essa vertente tem proporcionado o fortalecimento dos interesses e das ações comuns em importantes questões que permeiam a agenda internacional, não excluindo, a possibilidade de que outras parcerias possam ser formadas com países desenvolvidos.

O estudo apontou que a construção de uma parceria estratégica sino-brasileira poderá aprofundar a agenda externa comum, pois ambos os países têm adotado posições similares em foros multilaterais como a ONU e a OMC.

Embora os contornos de um novo espaço político possam ser visualizados por agrupamentos de países - como o G3, o G5 e o G20-, a coesão de um grupo de atores regionais como Índia, Rússia e África do Sul agregaria um peso significativo à parceria estratégica sino-brasileira em importantes decisões da agenda internacional e poderia trazer desdobramentos expressivos para a Cooperação Sul-Sul. Assim sendo, tão somente a consolidação de uma parceria estratégica não seria suficiente para sinalizar o desenho de uma nova ordem econômica internacional favorável aos países em desenvolvimento.

A vertente científico-tecnológica demonstrou maiores evidências de que uma parceria estratégica modelar estaria consolidada a partir dos resultados obtidos com os acordos firmados em áreas como: geociências, transportes, medicina e saúde, tecnologia da informação, recursos hídricos, indústria química, novos materiais, biotecnologia, energia nuclear e agropecuário.

O aprofundamento da urbanização chinesa demonstrou que o país poderá ter sérios problemas de segurança energética (escassez de fontes de energia), bem como problemas ambientais devido à poluição crescente. Por isso, a preocupação chinesa é reduzir a emissão de gases na atmosfera, bem como buscar fontes renováveis de energia. Nessa perspectiva, comprovou-se que há potenciais expressivos de desenvolvimento de projetos comuns voltados ao setor energético, tais como: produção e exploração de petróleo, gás natural, energia hidroelétrica e aplicação da tecnologia brasileira de transformação do álcool em etanol para ser utilizado no mercado automobilístico chinês.

No que se refere à cooperação científico-tecnológica viabilizada através do Programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellites – Satélites Sino-brasileiros de Recursos Terrestres), as trocas de alto nível entre cientistas dos dois países possibilitaram que a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico fossem compartilhados. Além disso, os aspectos complementares dos conhecimentos científicos (o conhecimento brasileiro em lançamento de satélites aliado ao conhecimento chinês de observação espacial) tornaram essa cooperação um paradigma da Cooperação Sul-Sul.

Para ambos os países, a ausência de um programa como o CBERS implicaria a aquisição de serviços de alta tecnologia em satélites de terceiros países. Assim sendo, este programa credenciou a participação do Brasil e da China no seleto grupo de países que detêm a tecnologia para a exploração do mercado de sensoriamento remoto.

A perspectiva é que a cooperação científico-tecnológica nessa área seja ampliada, pois já foram lançados os satélites CBERS-1 e CBERS-2 em 1999 e 2003, respectivamente. Adicionalmente, a continuidade do Programa Espacial Sino-Brasileiro é constatada pelos acordos recentemente firmados, sinalizando o lançamento do CBERS-3 e CBERS-4 para 2008 e 2010, respectivamente.

A vertente econômico-comercial apresentou-se de forma embrionária no processo de construção de uma parceria estratégica sino-brasileira. Apesar dos acordos econômico-comerciais firmados em diversos setores e da existência de características complementares em ambas as economias, os dados referentes aos investimentos e ao intercâmbio comercial bilaterais mostraram-se aquém do potencial existente entre os dois países.

Contudo, destacam-se diversas oportunidades econômicas a serem exploradas pelo Brasil em relação à China, sobretudo porque este país absorveu os benefícios da economia global e, segundo a previsão do World Bank, poderá apresentar um crescimento econômico médio de 7% nos próximos anos. A perspectiva de expansão do PIB e da renda chineses mostrou-se factível para as próximas décadas, pois o país vem privilegiando a reforma de sua base econômica possibilitando que uma ampla camada social supere a linha de miséria.

Para os dirigentes chineses, a questão da segurança alimentar é premente porque o país enfrenta problemas de escassez de água e de terras cultiváveis. Nesse sentido, este trabalho evidenciou que o Brasil através do *agribusiness* poderá usufruir de vantagens comparativas como a abundância de terra, de água e clima favoráveis para atender as demandas alimentares do contingente populacional chinês.

Assim sendo, a diplomacia brasileira tem demonstrado que o fortalecimento dos vínculos econômico-comerciais com a China é prioritário, pois o incremento de negócios bilaterais perpassa pela mudança do padrão de consumo chinês que sinaliza uma maior demanda por alimentos e bens manufaturados.

Verificou-se que investimentos mútuos foram realizados em poucos setores através de *joint ventures* e necessitam do desenvolvimento de parcerias entre as empresas de ambos os países para incrementar ganhos recíprocos. O fluxo de produtos primários

apontou que o interesse chinês pelos recursos naturais brasileiros é crescente e sinalizou que poderão ser realizados investimentos chineses na infra-estrutura brasileira para o escoamento das exportações àquele país.

Constatou-se que há diversos investimentos em execução em setores como: mineração, madeireiro, siderúrgico, serviços financeiros e comerciais, energia elétrica, aeronáutica, telecomunicações e exploração de petróleo. Além disso, conforme acordos recentemente firmados, existe a perspectiva que os investimentos sejam ampliados nos seguintes setores: mineração (carvão, bauxita e alumina), aviação, transportes, turismo, termoelétricas, serviços e turismo.

Desde 1993, quando foi propalada a construção de uma parceria estratégica entre os dois países, a dimensão das trocas comerciais bilaterais apresentou o expressivo crescimento da corrente de comércio na ordem de 740 %. Os dados de 2004 mostraram que a China representou 5,71 % do intercâmbio comercial do Brasil, que por sua vez representou apenas 0,85 % do intercâmbio comercial chinês. Dessa forma, o volume do comércio bilateral alcançado é ainda insuficiente, tendo em vista o potencial de comércio existente em ambos os países.

A fim de diversificar sua pauta exportadora, o setor exportador brasileiro necessita conhecer e explorar novos nichos de mercado na China. Os dados mostraram que produtos de maior valor agregado como autopeças, automóveis e aviões são os mais promissores, porém não há perspectiva de mudança no curto prazo da atual pauta exportadora do Brasil para a China que se concentra em produtos de baixo valor agregado: celulose (madeira), minérios e soja. O desafio brasileiro é também tornar suas exportações mais competitivas no mercado chinês por meio da redução dos seus custos de produção, tais como: encargos sociais, logística, infra-estrutura, carga tributária e os altos juros que dificultam o financiamento das transações comerciais.

A entrada da China na OMC demonstrou que o país rompeu a política de isolamento em relação ao resto do mundo, aprofundou sua abertura comercial e adotou as regras da organização. Nesse sentido, a percepção é que deverá ocorrer uma maior sinergia nas relações comerciais bilaterais, visto que a China poderá diversificar sua pauta exportadora para o Brasil, atualmente concentrada em materiais eletro-eletrônicos, carvão e tecidos.

Embora a análise do intercâmbio comercial tenha demonstrado que no período 2001-2003 o superávit brasileiro em relação à China foi crescente - gerado exclusivamente pelas exportações de produtos primários e de menor valor agregado -, os dados recentes apontaram a tendência de reversão da balança comercial do Brasil em relação à China.

Apesar de a China ser aparentemente um concorrente do Brasil, pelo fato de o país ter apresentado nas últimas décadas condições econômicas mais atrativas em relação à captação de investimentos externos e ao fluxo de comércio internacional, os acordos econômico-comerciais firmados demonstraram que essa vertente manifesta uma maior tendência à cooperação que ao conflito.

Concretamente, a formação do Conselho Empresarial Brasil-China - composto por empresários de importantes corporações de ambos os países - manifestou a intenção de um maior conhecimento dos respectivos mercados. Por meio dessa congregação, ações de promoção comercial poderão desenvolver as respectivas bases exportadoras e criar oportunidades de investimentos por meio de parcerias em setores potenciais que poderão gerar novos negócios entre os dois países. Evidenciou-se também que o crescimento econômico sustentável chinês e brasileiro é fundamental para que as trocas econômico-comerciais se tornem mutuamente sinérgicas.

Com relação às entrevistas, as fontes apresentaram idéias uniformes no que se refere à convergência de interesses entre o Brasil e a China e destacaram que a construção de uma parceria estratégica sino-brasileira dar-se-á sobretudo no longo prazo, a partir da conjunção de esforços voltados à superação dos constrangimentos que limitam as possibilidades de inserção internacional desses atores, enquanto países em desenvolvimento.

Nessa perspectiva, Fujita (Entrevista 1) afirmou que o diálogo político será fundamental para que esses países possam obter maior voz nas importantes decisões que permeiam a agenda internacional. Qin (Entrevista 2) apontou que uma parceria estratégica manifestar-se-á à medida que os interesses comuns se aprofundarem nos diversos âmbitos da cooperação bilateral, conforme abordado nas vertentes política, científico-tecnológica e econômico-comercial.

Em termos de princípios genéricos em defesa dos interesses dos países em desenvolvimento, as fontes entrevistadas assinalaram que ambos os países buscam junto à OMC o aprimoramento das regras contra o protecionismo praticado pelos países desenvolvidos e a reversão dos termos de troca desfavoráveis aos países em desenvolvimento.

Embora até o momento não existam iniciativas concretas no sentido de se firmarem acordos de livre comércio e de preferência tarifária, ambas as fontes afirmaram que o comércio bilateral tende a crescer, principalmente devido às missões empresariais recíprocas.

Tendo em vista o interesse brasileiro em obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, as fontes entrevistadas afirmaram que não é evidente o apoio chinês ao Brasil, pois o organismo deverá passar por uma reforma que envolverá

um vagaroso processo negociador devido aos complexos interesses dos atores envolvidos na questão.

As fontes não relataram conflitos bilaterais, desconhecendo-os ou mesmo negando a existência de adversidades que resultariam de uma parceria estratégica sino-brasileira. Ambas as fontes foram unânimes ao afirmar que há maior convergência de interesses bilaterais do que o oposto. Supostamente, não foram apontadas considerações sobre conflitos de interesses por desconhecimento ou mesmo pelo caráter confidencial dessas informações.

Entretanto, o cônsul Sheng Qin destacou que restrições quanto ao visto de entrada no Brasil dificultariam o fluxo de negócios bilaterais e que a atual legislação trabalhista brasileira desfavorece as decisões de investimento por parte do empresariado chinês.

Em relação ao aprofundamento da agenda externa comum, as fontes relataram que agrupamentos entre países não estão estruturados, mas apontaram possibilidades de que uma parceria estratégica sino-brasileira poderia estreitar os vínculos com os países em desenvolvimento.

Em traços gerais, a pesquisa indicou que nas próximas décadas os novos dirigentes chineses tendem a manter as atuais condições políticas orientadas através do controle exercido pelo Partido Comunista, priorizando o desenvolvimento econômico do país. A análise da política externa chinesa apontou para a continuidade da diversificação de parcerias, inclusive com outros países em desenvolvimento.

A pesquisa mostrou também que o Brasil é o primeiro país em desenvolvimento com o qual a China declarou estabelecer uma relação de parceria estratégica. Nessa perspectiva, o Brasil será um provável parceiro estratégico para China na América do Sul e tal fato que será crucial e lucrativo para o país que tem como foco de sua política



externa o desenvolvimento econômico e também prioriza suas relações exteriores com a região asiática, especificamente o fortalecimento de suas relação com a China.

O processo de construção de uma parceria estratégica sino-brasileira apresentou diferentes matizes nas vertentes abordadas. A vertente científico-tecnológica apresentou resultados concretos, benefícios comuns e demonstrou com maior clareza a existência de uma parceria estratégica consolidada, sendo inclusive considerada um paradigma de Cooperação Sul-Sul. A vertente econômico-comercial demonstrou que há fortes sinergias, mas há ainda muitos desafios comuns a serem superados. Contudo, a vertente política mostrou que ambos os países têm apresentado a capacidade de construir consensos, pois interesses comuns permeiam a relação sino-brasileira.

A percepção é que a construção de uma parceria estratégica entre o Brasil e a China contemplaria princípios compartilhados, tais como: a autodeterminação dos povos, o respeito à soberania nacional e à integridade territorial, a não aceitação da interferência externa nos assuntos internos e a resolução pacífica dos conflitos internacionais.

A busca pelo diálogo, a confiança mútua e as iniciativas conjuntas no plano internacional demonstraram que a parceria estratégica sino-brasileira não tem necessariamente de ser um jogo de soma zero, como leva a pensar a teoria do poder, tornou-se possível concebê-la como um jogo de soma positiva, pois ambos os países têm empenhado esforços para estabelecer um jogo *win-win* pela via da negociação e da cooperação.

O processo de construção de uma parceria estratégica sino-brasileira manifestou-se sobretudo como uma proposição diplomática a ser implementada no longo prazo a partir de duas óticas: a superação dos limites apontados na vertente econômico-comercial

e a formação de uma aliança política com a função de defender seus respectivos interesses e os interesses dos países em desenvolvimento nos foros internacionais.

Considerando-se que o atual sistema internacional apresenta uma geometria do poder em definição, as próximas décadas serão fundamentais para projetar a construção de uma parceria estratégica sino-brasileira numa perspectiva mais ampla, através da qual os atores envolvidos possam atuar de forma concertada.

Portanto, a resposta para o problema da pesquisa é que a parceria estratégica é uma variável temporal e em construção no contexto das relações sino-brasileiras. A pesquisa demonstrou que o relacionamento bilateral está em evolução e à medida que se fortalece no âmbito político, aprofunda-se também nas vertentes científico-tecnológica e econômico-comercial.

A hipótese foi confirmada, pois a pesquisa demonstrou que a construção de uma parceria estratégica entre o Brasil e a China tem por objetivo juntar forças políticas, sobretudo porque ambos os países têm procurado viabilizar seus respectivos interesses nacionais por meio de uma ação conjunta e obter uma maior inserção internacional.

Á título de sugestões aos grupos de interesse, o trabalho procurou sinalizar ao empresariado brasileiro um rol de nichos de mercados a serem explorados na China, especificamente nos âmbitos do *agribusiness*, comércio e investimentos.

Do ponto de vista acadêmico, este trabalho proporciona inúmeras possibilidades para o desenvolvimento de pesquisas futuras, a partir do desdobramento das vertentes abordadas. A temática poderá ser aprofundada por meio do estudo da ação conjunta dos países, a partir da coleta e análise dos dados referentes às posições do Brasil e da China em foros internacionais como a ONU e a OMC. Além disso, poderão ser pesquisados os resultados advindos da implementação dos recentes acordos firmados entre os dois países. Finalmente, considerando que o foco do trabalho foi a cooperação bilateral,

estudos futuros poderão explorar também os contrapontos no relacionamento sino-brasileiro e a influência dos conflitos bilaterais no processo de construção de uma parceria estratégica.

Em síntese, o esforço deste trabalho foi no sentido de apresentar os traços gerais das relações sino-brasileiras desde o estabelecimento das relações diplomáticas até os dias atuais. Verificou-se um progresso crescente ao longo da história recente desse relacionamento e buscou-se identificar os principais elementos que têm norteado a construção de uma parceria estratégica entre os dois países.

Traçando-se uma visão prospectiva para o relacionamento bilateral, constatamos que ambos os países apresentam uma maior vontade política para amadurecer e consolidar uma parceria estratégica, pois neste século que se inicia o Brasil e a China têm um projeto comum que pode ser definido precisamente, conforme as palavras de Dantas (1963): “[...] desenvolver-se é sempre emancipar-se. Emancipar-se externamente pela extinção de vínculos de dependência a centros de decisão, políticos ou econômicos, localizados no exterior. “

## Referências Bibliográficas

ABDENUR, Roberto. *O Brasil e a nova realidade asiática: uma estratégia de aproximação*. In: *Política Externa*, 2 (3): 43-69, 1994.

\_\_\_\_\_. *A política externa brasileira e o sentimento de exclusão*. In: FONSECA Jr., Gelson e CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de (org.). *Temas de Política Externa Brasileira II*. São Paulo: Editora Paz e Terra, volume I, 1997, p. 31-46.

ABI-SAD, Sergio Caldas Mercador. *A Potência do Dragão: a estratégia diplomática da China*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996, p.77-80.

AMAYO ZEVALLOS, E. *Da Amazônia ao Pacífico cruzando os Andes. Interesses envolvidos na construção de uma estrada, especialmente dos Estados Unidos e Japão*. Estudos Avançados. Revista do Instituto de Estudos Avançados- USP, nº 17, Janeiro-Abril 1993, p.117-169.

ARAÚJO, Telmo e GARCIA, Francilene. *O software brasileiro da China*. In: *Revista Tempo Brasileiro*, nº 137, Abr-Jun, Rio de Janeiro, 1999, p.131-140.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as nações*. Brasília: IPRI, 2002, p. 72-75.

AYOOB, Mohammed. *Inequality and Theorizing in International Relations: The Case for Subaltern Realism*. *International Studies Review*, vol 4, nº 3, 2002, p. 27-48.

BAOYU, Zhang. *As perspectivas do desenvolvimento das relações sino-brasileiras*. In: *Revista Tempo Brasileiro*, nº 137, Abr-Jun, Rio de Janeiro, 1999, p. 115-122.

BARBOSA, Marcio Nogueira. *A Importância Estratégica da Cooperação Internacional na área do Espaço*. In: *Parcerias Estratégicas*, nº 7, Setembro, 1999, p. 117-122.

BARBOSA, Rubens Antonio Barbosa e CÉSAR, Luís Fernando Panelli. *Brasil como Global Trader*. In: FONSECA Jr., Gelson e CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de (org.). *Temas de Política Externa Brasileira I*. São Paulo: Editora Paz e Terra, volume I, 1997, p. 305-324.

CABRAL, Severino. *O Brasil e a China – aliança e cooperação para o novo milênio*. Paper apresentado no *Seminário Brasil-China*, organizado pelo IPRI e realizado em Novembro de 1999, no Rio de Janeiro. Documento não publicado e disponível no site: <http://www.relnet.com.br>.

\_\_\_\_\_. *Encontro entre Brasil e China: cooperação para o século XXI*. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, nº 1, ano 43, 2000.

\_\_\_\_\_. *O Brasil e a China - Relações de Cooperação no século XXI*. Documento não publicado e disponível no site: [www.militar.com.br/artigos2002](http://www.militar.com.br/artigos2002), acesso: 27/03/2002.

CAICHILOLO, Ricardo. *Relações Brasil-China: do período quente da Guerra Fria à abertura da China ao Ocidente (1949-1979)*. Rio de Janeiro: Sotese, 2003, p. 112-113.

CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA BRASIL CHINA. Documentos disponíveis no site: <http://www.ccibc.com.br>.

CARRILHO, Arnaldo. *O Brasil e a área econômica chinesa*. In: *Coleção Documentos, Série Assuntos Internacionais*, Instituto de Estudos Avançados/USP, vol. 37, 1995, p. 11.

CERVO, Amado Luiz. *Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso*. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, 45 (1): 4-35, 2002.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *A Política externa brasileira: 1822-1985*. São Paulo: Editora Ática, Série Princípios, 1986, p. 89.

\_\_\_\_\_. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1992, p. 403-410.

CHACON, Vamireh. *Política externa da China na virada do século XX ao XXI*. Paper apresentado no *Seminário Brasil-China*, organizado pelo IPRI e realizado em Novembro de 1999, no Rio de Janeiro. Documento não publicado e disponível no site: <http://www.relnet.com.br>.

CHINA. *Ministry of Commerce of the People's Republic of*. Documentos disponíveis no site: <http://www.mofcom.gov.cn>.

\_\_\_\_\_. *Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of*. Documentos disponíveis no site: <http://www.fmprc.gov.cn>.

\_\_\_\_\_. *Council for the Promotion of International Trade*. Documentos disponíveis no site: <http://www.ccpit.org>.

CHINA Y BRASIL: ALIANZA HISTÓRICA. Petrobrás Magazine, Publicación Internacional Trimestral de Petrobras. Rio de Janeiro: edición 41, 2004.

COELHO, José Raimundo. *O Programa CBERS de Satélites Sino-Brasileiros de Sensoriamento Remoto*. In: Revista Tempo Brasileiro, nº 137, Abr-Jun, Rio de Janeiro, 1999, p. 123-130.

CORRÊA, Luís Felipe de Seixas. *A Política Externa de José Sarney*. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). *Crescimento, Modernização e Política Externa*. São Paulo, Cultura Editores, 1996: 361-385.

DANTAS, Francisco Clementino San Tiago. *Discurso de paraninfo proferido em 10 de Dezembro de 1963, no Palácio do Itamaraty*. In: Revista Brasileira de Política Internacional. Ano VII, nº 27, set. 1964.

Discursos do Chanceler brasileiro, Antonio F. Azeredo da Silveira e do Vice-Ministro do Comércio Exterior da República Popular da China, Chen Chieh, quando da assinatura do Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento das Relações Diplomáticas entre o Brasil e a China, no Palácio do Itamaraty, em 15 de Agosto de 1974. In: Resenha de Política Exterior do Brasil, Ministério das Relações Exteriores, Brasília: ano I, nº II, Setembro de 1974, p. 21-22.

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, proferido por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da República Popular da China, Senhor Jiang Zemin. Brasília, 11 de Abril de 2001. Disponível em : <http://www.mre.gov.br/discursos>, acesso: 20/12/2004.

Discurso proferido pelo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão de Posse, no Congresso Nacional. Brasília, 01/01/2003. Documento disponível no site: <http://www.mre.gov.br>, acesso: 16/12/2004.

Discurso proferido pelo Chanceler Celso Luiz Nunes Amorim por ocasião da transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Brasília, 01/01/2003. Documento disponível no site: <http://www.mre.com.br/discursos>, acesso: 16/02/2003.

Discursos proferidos pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em vista à China: *Seminário Brasil - China: Comércio e Investimentos, Perspectivas para o Século XXI*, Pequim, 24 de Maio de 2004; *Seminário Brasil-China: uma Parceria de Sucesso*, Xangai, 26 de Maio de 2004; *Conferência do Banco Mundial sobre Combate à Pobreza*, Xangai, 26 de Maio de 2004. Todos documentos disponíveis no site: <http://www.mre.gov.br/discursos>, acesso: 27/04/2004.

Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva: *A nova geografia do comércio: Cooperação Sul-Sul em um mundo cada vez mais interdependente*. Proferido em 14 de Junho de 2004, na sessão de debate da XI UNCTAD, São Paulo. Documento não publicado e disponível no site: <http://www.mre.gov.br/discursos>.

Discurso proferido pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento do Encontro Empresarial Brasil – China, Palácio Itamaraty, 12 de novembro de 2004. Documento não publicado e disponível no site: <http://www.planalto.gov.br> da Presidência da República, Secretaria de Imprensa e Divulgação, acesso: 12/11/2004.

DUARTE, Sergio de Queiroz. *A China Contemporânea e seu relacionamento com o Brasil*. In: Revista Tempo Brasileiro, nº 137, Abr-Jun, Rio de Janeiro, 1999, p. 99-114.

DUQING, Chen. *Os 25 anos das relações sino-brasileiras*. In: Revista Tempo Brasileiro, nº 137, Abr-Jun, Rio de Janeiro, 1999, p. 9-30.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. *Os Importantes acordos e documentos bilaterais*. Documento não publicado e disponível no site: [www.embchina.org.br](http://www.embchina.org.br), acesso:10/02/2004.

FERNANDES, Luis. *A encruzilhada da OMC*. In: Revista Teoria e Debate, ano 16, nº55, Setembro-Novembro, 2003.

FIGUEIRA, João C. A. *Petróleo no Brasil e na China e Possibilidades de Cooperação*. Paper apresentado no *Seminário Brasil-China*, organizado pelo IPRI e realizado em Novembro de 1999 no Rio de Janeiro. Documento não publicado e disponível no site: <http://www.relnet.com.br>.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Hu Jintao prevê vigoroso crescimento nas relações*. São Paulo, 13/11/2004, B6.

FONSECA, Gelson. *Mundos diversos, argumentos afins: notas sobre aspectos doutrinários da política externa independente e do pragmatismo responsável*. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). *Crescimento, Modernização e Política Externa*. São Paulo, Cultura Editores, 1996: 299-336.

FUJITA, Edmundo Sussumu. *Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste. Primeira Reunião de Chanceleres (Santiago-Março de 2001)*. São Paulo, *Carta Internacional*, IX (98): 3, 2001.

\_\_\_\_\_. *O Brasil e a China - uma parceria estratégica modelar*. In: *Política Externa*, vol 11, nº4, Março-Abril-Maio, São Paulo, 2003.

GANSHENG, Li. *Sinopec: Energetic and Integrated Enterprise*. Paper apresentado no *Seminário Brasil-China*, organizado pelo IPRI e realizado em Novembro de 1999 no Rio de Janeiro. Documento não publicado e disponível no site: <http://www.relnet.com.br>.

GAZETA MERCANTIL. *Brasil mantém autonomia no uso de satélites*. São Paulo, 23/10/2003.

\_\_\_\_\_. *Uma saída para encurtar a rota para o Oriente*. São Paulo, 24/11/2003.

\_\_\_\_\_. *Brasil assume rastreamento e controle do satélite CBERS-2*. São Paulo, 27/03/2004.

\_\_\_\_\_. *Relatório Estratégico: Potencial de Comércio e Investimentos Brasil-China*. Revista Gazeta Mercantil International Edition. São Paulo: Maio de 2004.

GILPIN, Robert. *A Economia Política das Relações Internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

GREEN, Stephen. *Reforming China's Economy: a rough guide*. The Royal Institute of International Affairs, Asia Programme Report, University of Cambridge, London, January 2003.

GOLDMAN SACHS ECONOMIC RESEARCH. *Dreaming with BRICs: The Path to 2050*. Global Economics Paper No. 99. Documento não publicado e disponível no site: <http://www.gs.com>, acesso: 17/02/2005.

GUIMARÃES, Lytton. *A Ásia Contemporânea e sua inserção internacional*. In: GUIMARÃES, Lytton (org.) *Ásia, América Latina, Brasil: a construção de parcerias*. Brasília: Neásia/Ceam/Unb, 2003, p.313-320.

HAIYUAN, Li. *Strengthening International Relations is a Basic Tactics for China National Petroleum Corporation to Develop China's Natural Gas Industry*. Paper apresentado no *Seminário Brasil-China*, organizado pelo IPRI e realizado em Novembro de 1999 no Rio de Janeiro. Documento não publicado e disponível no site: <http://www.relnet.com.br>.



HANWU, Zhang. *China-Brasil: relações bilaterais no período de 1974 a 1990*. Dissertação de Mestrado. Brasília, 1991, p. 84-93.

HELLEINER, Eric. *From Bretton Woods to Global Finance: a world turned upside down*. In: *Political Economy and the Changing Global Order*. (Eds; Stubbs, Richard; Undershill, RD, St. Martins's Press), New York, 1994, p. 163-175.

HENGMIN, Yin. *Desenvolvimento do Relacionamento da Parceria Estratégica Sino – Brasileira Rumo ao Século XXI*. Paper apresentado no *Seminário Brasil-China*, organizado pelo IPRI e realizado em Novembro de 1999 no Rio de Janeiro. Documento não publicado e disponível no site: <http://www.relnet.com.br>.

HIRST, Monica e PINHEIRO, Leticia. *A política externa do Brasil em dois tempos*. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, 38 (1): 5-23, 1995.

HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p. 13-299.

HUI, Qin. *Diving the Big Family Assets*. In: *New Left Review*, nº 20, March-April, 2003.

HUNTINGTON, Samuel P. *A Mudança nos Interesses Estratégicos Americanos*. In: *Revista Política Externa*, vol. 1, nº 1, Junho, 1992.

JAGUARIBE, Hélio. *A reconfiguração da ordem mundial no início do século XXI*. In: REBELO, Aldo e FERNANDES Luis e CARDIM Carlos Henrique. *Seminário Política Externa do Brasil para o Século XXI*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicação, 2003, p.113-114.

KENNAN, G. F. *Around the Cragged Hill - A Personal and Political Philosophy*. New York, Norton, 1993 .

KEOHANE, Robert O. e NYE, Joseph S. *Power and Interdependence*. New York: Longman, 2001.

KRISTOF, Nicholas D. *A ascensão da China*. In: Política Externa, vol.2, n ° 4, Março 1994, p. 5-14.

LAFER, Celso. *Paradoxos e Possibilidades*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

\_\_\_\_\_. *Proposições para Futura Concepção Estratégica*. In: Anais do Seminário Estratégia para o Brasil do Século XXI, Cadernos Premissas, n°1, NEE-UNICAMP, 1992, p.44.

\_\_\_\_\_. *Relações Brasil - Argentina: Alcance e Significado de uma Parceria Estratégica*, Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 19, n°2, jul/dez, 1997, p.249-265.

\_\_\_\_\_. *A identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

\_\_\_\_\_. *Brasil e China em novos tempos*. Folha de São Paulo, 14/08/2002.

LAFER, Celso e FONSECA Jr., Gelson. *Questões para a Diplomacia no Contexto Internacional das Polariades Indefinidas*. In: FONSECA Jr., Gelson e CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de (org.). *Temas de Política Externa Brasileira II*. São Paulo: Editora Paz e Terra, volume I, 1997, p. 49-77

LAMPREIA, Luiz Felipe. *Diplomacia Brasileira: palavras, contextos e razões*. Rio de Janeiro: Lacerda Editora, 1999.

LAPPER, Richard. *Ligação Brasil-China representa desafio geopolítico para EUA*. Financial Times, Londres, 22/05/2004.

LEVITT, Theodore. *The Globalization of Markets*. In: Kantrow, M., *Sunrise Sunset: Challenging the Myth of Industrial Obsolescence*, New York: John Wiley e Sons; 1985.

LI, Mingshu. *Information Technology in China and Brazil: possibilities of cooperation*. Paper apresentado no *Seminário Brasil-China*, organizado pelo IPRI e realizado em Novembro de 1999 no Rio de Janeiro. Documento não publicado e disponível no site: <http://www.relnet.com.br>.

LIANGRUI, Zhang. *China's Space Achievements and Prospects for China-Brazilian Cooperation*. Paper apresentado no *Seminário Brasil-China*, organizado pelo IPRI e realizado em Novembro de 1999 no Rio de Janeiro. Documento não publicado e disponível no site: <http://www.relnet.com.br>.

LIMA, Maria Regina Soares. *Brazil's response to the 'new regionalism*. In: MACE, Gordon e THÉRIEN, Jean-Philippe. *Foreign Policy and Regionalism in the Americas*. Boulder, Colorado, Lynne Rienner Publishers, 1996: 137-158.

LIMA, Maria R. Soares e MOURA, Gerson. *A Trajetória do Pragmatismo – Uma Análise da Política externa brasileira*. In: Dados Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 25 (3): 349-362, 1982.

LIREN, Qian. *Towards a multi-polar world*. Paper apresentado no *Seminário Brasil-China*, organizado pelo IPRI e realizado em Novembro de 1999 no Rio de Janeiro. Documento não publicado e disponível no site: <http://www.relnet.com.br>.

LOHBAUER, Christian. *A dimensão energética da Ásia*. In: Revista Política Externa, vol.11, nº4, Março-Maio, 2003, p.49-58.

MARTINS, Luciano. *A condição de “país emergente” no contexto das transformações globais*. In: Política Externa, vol.7, nº 2, Setembro de 1998, p. 1-8.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de Medeiros. *Crescimento, Inserção Externa e Estratégias de Desenvolvimento no Brasil e na China*. Paper apresentado no *Seminário Brasil-China*, organizado pelo IPRI e realizado em Novembro de 1999 no Rio de Janeiro. Documento não publicado e disponível no site: <http://www.relnet.com.br>.

MEZA, Raul Bernal. *A política exterior do Brasil: 1990-2002*. In: Revista Brasileira de Política Internacional, 45 (1): 37-71, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL. Secretaria de Comércio Exterior. Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior. *Barreiras às exportações brasileiras*. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. *Balança Comercial Brasileira*: Brasília, Dezembro de 2004.

\_\_\_\_\_. *RT\_102*: Brasília, Dezembro de 2004.

MORAIS, Virgílio Vitória Xavier de. *Gás natural no Brasil e na China: possibilidades de cooperação*. Paper apresentado no *Seminário Brasil-China*, organizado pelo IPRI e realizado em Novembro de 1999 no Rio de Janeiro. Documento não publicado e disponível no site: <http://www.relnet.com.br>.

NATHAN, Andrew e GILLEY, Bruce. *Os novos dirigentes da China*, In: Revista Política Externa, vol 11, nº 4, Março-Maio, 2003, p. 49-58.

NEVES, Carlos Augusto Santos. *O Sul e a Nova Ordem Internacional*. In: Contexto Internacional, Rio de Janeiro, volume 14, nº1, jan-jun 1992, p. 75-89.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. *O Brasil e a Bacia do Pacífico*. Brasília: FUNAG, Caderno Especial do IPRI / Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 1993.  
 \_\_\_\_\_ . *O salto qualitativo de uma economia continental*. In: Revista Política Externa, vol.11, nº4, Março-Maio, 2003, p.5-13.

OLIVEIRA, Carlos Tavares de. *O Despertar da China*. São Paulo: Aduaneiras, 1990.  
 \_\_\_\_\_ . *O Comércio reabriu a China para o Mundo*. Paper apresentado no *Seminário Brasil-China* organizado pelo IPRI e realizado em Novembro de 1999 no Rio de Janeiro. Documento não publicado e disponível no site: <http://www.relnet.com.br>.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Melhorias na imagem do país e política externa*. Carta Internacional, São Paulo: USP - Política Internacional, nº 35, Janeiro de 1996.  
 \_\_\_\_\_ . *O Cenário Internacional e o Brasil no ano 2020*. In: Parcerias Estratégicas, nº 6, Março 1999, p. 196-212.  
 \_\_\_\_\_ . *A China na Organização Mundial do Comércio*. In: Carta Internacional, São Paulo: USP / FUNAG, nº 105, 2001a.  
 \_\_\_\_\_ . *A crise asiática e a China*. In: Coleção Documentos, Série Assuntos Internacionais, Instituto de Estudos Avançados/USP, Volume no. 38, Junho de 2001b.  
 \_\_\_\_\_ . *Brasil - China: trinta anos de uma parceria estratégica*. In: Revista Brasileira de Política Internacional, volume 47, Número 1, 2004. Documento disponível no site: <http://www.relnet.com.br>.

PARCEIRA BRASIL-CHINA. Revista da Câmara Brasil-China de Desenvolvimento Econômico. São Paulo: ano II, Número Especial, Agosto, 2004.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. *A China e o Sudeste Asiático*. Porto Alegre: Editora Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000, p. 69.

POMAR, Wladimir. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 150-155.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980, p. 13-113.

PRATES, Alcides G. R. *O Brasil e a coordenação entre os países de porte continental numa perspectiva atual*. In: Revista Brasileira de Política Internacional, 39(2), 1996, p. 33-50.

REISS, Stefanie. *Discovery of the Terra Incognita: Five Decades of Chinese Foreign Policy towards Latin America*. Institute of Political Science, University of Mainz, Germany, October 2000.

RICUPERO, Rubens. *O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular*. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). Crescimento, Modernização e Política Externa. São Paulo, Cultura Editores, 1996: 37-60.

RUIHUAN, Li. *Dirigente chinês quer aproximação com Brasil*. Folha de São Paulo, 17/06/1995.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. *Brasil e China – Estratégias antípodas de participação na globalização dos negócios*. Paper apresentado no *Seminário Brasil-China*, organizado pelo IPRI e realizado em Novembro de 1999 no Rio de Janeiro. Documento não publicado e disponível no site: <http://www.relnet.com.br>.

SANTANA, Carlos Eduardo e COELHO, José Raimundo Braga. *O Projeto CBERS de Satélites de Observação da Terra*. In: Parcerias Estratégicas, 7: 189-196, Setembro/1999.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. *Panorama Estratégico Brasileiro*. In: Parcerias Estratégicas, nº5, Setembro, 1998, p. 216-234.

SEITENFUS, Ricardo. *Manual das Organizações Internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1997.

SENNES, Ricardo. *As mudanças da política externa brasileira na década de 80: uma potência média recém – industrializada*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 1996.

SERRA, Eduardo Gonçalves. *Considerações sobre os impactos da entrada da China na OMC*. In: Revista Política Externa, vol 11, nº 4, Março-Maio, 2003, p. 39-49.

SHANG, Deliang. *Political Cooperation between China and Brazil Vs. Multi-polarization*. Paper apresentado no *Seminário Brasil-China*, organizado pelo IPRI e realizado em Novembro de 1999 no Rio de Janeiro. Documento não publicado e disponível no site: <http://www.relnet.com.br>.

SHIXUE, Jiang. *Investment Relations between Brazil and China Towards the 21st Century*. Paper apresentado no *Seminário Brasil-China*, organizado pelo IPRI e realizado em Novembro de 1999 no Rio de Janeiro. Documento não publicado e disponível no site: <http://www.relnet.com.br>.

SILVA, Ricardo Luís Pires Ribeiro da. *Relacionamento Brasil-China: uma dimensão histórica*. In: Ensaio de História Diplomática do Brasil, Cadernos do IPRI, nº 2, Brasília, 1989, p. 194-199.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS DE EMPRESAS TRANSNACIONAIS E DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA (SOBEET). *O Investimento Direto Estrangeiro Chinês no Brasil*. Boletim nº 23, ano II, Fevereiro de 2004.

SOUTO MAIOR, Luiz Augusto P. *O Pragmatismo Responsável*. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). Crescimento, Modernização e Política Externa. São Paulo: Cultura Editores, 1996, p. 337-360.

SPENCE, Jonathan D. *Em busca da China Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

STORY, Jonathan. *China: uma corrida para o mercado*. São Paulo: Futura, 2004.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. *Trade and Development Report, 2003*. Documento disponível no site: <http://www.un.org>, acesso: 03/02/2005.

VELASCO e CRUZ, Sebastião. *Democracia e Ordem Internacional. Reflexões a partir de um País Grande Semiperiférico*. IFCH/UNICAMP, Primeira Versão, nº 103, 2002.

VELLOZO, Joelson. *Qual o negócio da China ?* Documento não publicado e disponível no site: <http://www.odebatedouro.com.br>. Edição 48, 30/05/2004, p.2-5. (acesso: 21/09/2004).

VIOTTI, Paul e KAUPPI, Mark. *International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism and Beyond*. Boston: Longman Publishers, 1999.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *As Nações Unidas na Visão Brasileira e Chinesa: Políticas externas Comparadas (1945-2000)*. Paper apresentado no *Seminário Brasil-China*, organizado pelo IPRI e realizado em Novembro de 1999 no Rio de Janeiro. Documento não publicado e disponível no site: <http://www.relnet.com.br>.

WALTZ, Kenneth N. *Theory of International Politics*. New York: Newbery Award Records, 1979.

WORLD BANK. *China and Brazil at glance*. Development Data Group, 2003.

XINSHENG, Zhang e SHAOXIAN, Li. *O novo clima de cooperação entre a China e a América Latina*. In: GUIMARÃES, Lytton (org.) *Ásia, América Latina, Brasil: a construção de parcerias*. Brasília: Neásia/Ceam/Unb, 2003.

YANCHANG, Lu. *Development of China's Power Industry and Outlook of Sino-Brazilian Power Cooperation*. Paper apresentado no *Seminário Brasil-China*, organizado pelo IPRI e realizado em Novembro de 1999 no Rio de Janeiro. Documento não publicado e disponível no site: <http://www.relnet.com.br>

YAQUIN, Qin. *A China no pós-Guerra Fria*. In: ARAÚJO, Braz. *Reflexões sobre estratégias*. São Paulo, NAIPPE-USP, 1996. p. 21-33.

YINCHUN, Lii. *As relações econômico-comerciais entre a China e o Brasil: perspectivas para o século XXI*. In: *Revista Tempo Brasileiro*, nº 137, Abr-Jun, Rio de Janeiro, 1999, p. 141-144.

YONG, Deng. *Hegemon on the Offensive: Chinese Perspectives on U.S. Global Strategy*. In: *Political Science Quarterly*, Volume 116, Number 3, 2001.

ZEMIN, Jiang. *Reforma e Construção da China*. Rio de Janeiro: Record, 2002.  
\_\_\_\_\_. *Brasil e China: uma parceria promissora*. O Estado de São Paulo, 13 de Novembro de 2004, B3.

ZHIQUAN, Wang. *China's Trade Policy and Sino-Brazilian Trade Relations*. Paper apresentado no *Seminário Brasil-China*, organizado pelo IPRI e realizado em Novembro de 1999 no Rio de Janeiro. Documento não publicado e disponível no site: <http://www.relnet.com.br>.

**ANEXOS**

**ENTREVISTAS**

**ACORDOS**



**ENTREVISTAS**

**ENTREVISTA 1:**

**EMBAIXADOR EDMUNDO SUSSUMU FUJITA**

**ENTREVISTA 2:**

**CÔNSUL GERAL DA CHINA, SENHOR SHENG QIN**

### **Entrevista 1: Embaixador Edmundo Sussumu Fujita**

Local: Departamento de Ásia e Oceania do Ministério das Relações Exteriores - Brasília,DF. Data: 17 de Julho de 2003

Duração: 16h às 17h 30min.

⇒ No próximo ano, as relações diplomáticas entre Brasil e China completarão trinta anos. Como o Senhor avalia a trajetória dessa relação, tendo em vista os grandes desafios em relação à inserção desses países no sistema internacional ?

Eu vejo que as relações entre o Brasil e a China desde que foram normalizadas, em 1974, quando o Brasil começou a reconhecer Pequim como o governo legítimo da República Popular da China, a trajetória foi sempre ascendente. O relacionamento atravessou momentos de constante convergência e, particularmente, na última década, tenho a impressão que atingiu um patamar bastante sólido, bastante denso. O Brasil e a China sempre tiveram perfis e interesses muito convergentes, são dois países-continentes, são dois países de economias complexas e com grandes oportunidades, também grandes desafios, grandes problemas. Então, sempre vimos um ao outro como sempre como sendo um modelo estimulante para a troca de idéias, para a troca de experiências e acho que, particularmente, no processo de modernização da China, com a liderança de Deng Xiaoping, os chineses acentuaram esse tipo de interesse e de troca de experiências com o Brasil. Nos últimos 10, 15 anos, o número de missões de alto nível da China ao Brasil tem sido notável e a recíproca também é verdadeira. O Brasil também tem Presidentes, Ministros do Exterior e Ministros de outras áreas que têm ido constantemente à China buscar áreas de cooperação. No campo político internacional, tanto o Brasil quanto a China tem interesse num mundo multipolar, não num mundo dominado por uma ou duas potências hegemônicas e nisso acho que nós sempre convergimos. Não só no diálogo bilateral, mas também nas Nações Unidas e em outros fóruns multilaterais, o Brasil e a China têm muita convergência e acho que essa tendência tende a crescer. Agora então, com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC),

mais uma área muito importante devido ao o peso econômico da China na OMC.

Acho que a posição dos países em desenvolvimento como o Brasil e a China vão ter muito peso nas discussões desse fórum.

- ⇒ Em 1993, por ocasião da visita oficial do Presidente Zemin ao Brasil, o primeiro ministro Zhou Ronji estabeleceu o conceito de “parceria estratégica” para caracterizar os fundamentos da relação Brasil - China. Na sua visão qual o significado desse conceito?

Esse conceito envolve exatamente essa visão que o Brasil e a China têm um do outro e a posição que cada um se vê no sistema internacional, como dois países em desenvolvimento, mas com potencialidades ascendentes. O Brasil e a China viram que era necessário formar parcerias e se posicionarem de forma conjunta para ter mais força, para ter uma repercussão maior de suas posições nas grandes questões da agenda internacional. Então, a China e o Brasil, sendo grandes parceiros, daí vem esse termo “estratégico”. A China sempre dizia que o Brasil é o maior país em desenvolvimento do hemisfério ocidental e a China é o maior país em desenvolvimento do hemisfério oriental. Então, esses dois parceiros tendem naturalmente a firmar posições conjuntas, posições de reforço nas suas respectivas posições e, dentro dessa idéia de parceria, foram identificados campos muito importantes onde a cooperação seria frutífera, não apenas no diálogo político, mas também no campo econômico, comercial, muito importante no campo modelar (que é o campo de ciência e tecnologia) e mesmo no campo cultural. Hoje em dia, basta ver o grande sucesso que foi a exposição chinesa em São Paulo<sup>95</sup>, como as pessoas estão voltando os olhos para a China. E também do lado chinês, recentemente, a população chinesa está começando a se interessar pelo Brasil. Por exemplo, o futebol brasileiro é muito popular na China, na parte cultural também, como as novelas brasileiras. Então, todos esses campos mostravam e mostram, cada vez mais, que existe essa afinidade e que a soma de esforços contribui para que o Brasil e a China tenham uma posição mais importante no cenário internacional. Então, a parceria estratégica é exatamente a união de esforços nos mais diversos campos,

---

<sup>95</sup> Os guerreiros de Xi 'an / A China e os tesouros da Cidade Proibida.

para justamente esses países poderem ter uma voz, um papel ativo na moldagem da agenda internacional.

- ⇒ Do ponto de vista econômico, o Brasil é hoje o maior país em desenvolvimento no hemisfério ocidental e a China é o maior país em desenvolvimento no hemisfério oriental. Se somarmos o PIB do Brasil (cerca de US\$ 500 bilhões) ao PIB chinês (cerca de US\$ 1,2 trilhão), chegaremos a um montante equivalente ao PIB da Alemanha, terceira economia mundial. Diante desses fatos, o Senhor considera que a parceria estratégica Brasil-China visa a um projeto de desenvolvimento comum ?

Desenvolvimento comum eu não saberia dizer, mas que tem um projeto de desenvolvimento mutuamente sinérgico, isto é, o desenvolvimento de um estimula o do outro, isso é inegável. É um jogo de soma positiva, o que é chamado de *win-win*. Acho que só pensando em termos de PIB não mostra o retrato total. Isto porque o tamanho do mercado chinês, o tamanho do mercado brasileiro e a potencialidade de crescimento que cada um desses dois países ainda têm pela frente, comparados com países já mais maduros, como a Alemanha (que tem uma população muito menor e uma economia com capacidade de expansão bem mais limitada), assim como a economia japonesa que está mais devagar; então, ao contrário, a China e o Brasil são duas economias em expansão, e tendem a encontrar cada vez mais complementaridade. O crescimento da economia chinesa, por exemplo, vai elevar o padrão de vida da população chinesa, isso vai levar os chineses a buscarem mais matérias-primas, mais alimentos de alta qualidade, mais produtos mais sofisticados; do lado brasileiro, ocorrerá a mesma coisa. Então, temos dois mercados recíprocos, extremamente promissores.

- ⇒ No contexto da atual política externa brasileira, a imprensa (O Estado de São Paulo, 08/06/03) tem salientado a retomada do conceito de estreitamento das relações do Brasil com diversos países em desenvolvimento. Nesse sentido, o chanceler Celso Amorim anunciou a criação do Grupo dos Três (G3 - formado pelo Brasil, África do

Sul e Índia), com a perspectiva de transformar tal alinhamento no Grupo dos Cinco (G5), incluindo a China e a Rússia. Em que medida, o Senhor acredita que a relação Brasil-China, através um possível alinhamento político entre os membros do G5, poderia elevar o “status político” dos demais países em desenvolvimento no cenário internacional?

A idéia desse grupo G3 (Brasil, Índia e África do Sul) foi uma coisa espontânea, por assim dizer. A Índia é um país importante na sua região, a África do Sul é um país importante na sua região e o Brasil é um país importante na sua região e há muita complementariedade entre eles, em termos de perspectivas comerciais, econômicas, cooperação técnica, etc. O grupo não é um grupo estruturado, é um grupo que está em desenvolvimento, não é um grupo fechado, não é um grupo voltado contra nenhum outro grupo, não é uma oposição nem ao G8, nem ao G7 e nem ao G15. À medida em que tiverem outros países com perfis parecidos interessados em participar do grupo, a perspectiva é que esse grupo esteja totalmente em aberto. Não sei se a China e a Rússia desejarem entrar no grupo ou não, isso ainda não foi consultado. O Brasil não convidou a China ou a Rússia a entrar (neste grupo). Enfim, se eles se interessarem certamente serão bem-vindos, mas é uma coisa natural, é um grupo que crescerá de forma natural, de acordo com sua dinâmica própria. Certamente, se vier a ter uma cooperação, além dos três, a (participação) da China e da Rússia será significativa, sem dúvida nenhuma. Esse conceito de países-continentes ou países-baleia seria praticamente os maiores países continentais em desenvolvimento. O caso da Rússia é um pouco diferente, a Rússia tem um perfil próprio. Mas, certamente seriam grandes economias, grandes sociedades, grandes nações que teriam interesse em cooperar e ter posições convergentes, etc. Imagino que não teria nenhuma razão para ser “do contra”, como eu disse, esse grupo não é para ser contra nem ao G7, nem ao G8 (a Rússia faz parte do G8), mas seria um tipo de cooperação que reforçaria o perfil de cada um no cenário internacional. Certamente, em encontros multilaterais, em negociações, em diálogo político com outros países, seria uma coisa bastante interessante. Agora, quando isso vai se

implementar ninguém sabe. Isso ainda está em processo, mas creio que há potencialidades nesse sentido.

- ⇒ Recentemente, o Presidente Lula manifestou o interesse do Brasil em pleitear um assento no Conselho de Segurança da ONU como membro permanente. Qual sua análise quanto à posição da China (enquanto membro permanente de tal Organização) em relação ao interesse do Brasil nessa questão?

O Brasil sempre se manifestou disposto a assumir os encargos, os deveres como membro permanente, desde que houvesse, digamos assim, o desejo da comunidade internacional nesse sentido. A própria Nações Unidas é que vai decidir se vai haver novos membros permanentes e quais deverão ser. O Brasil se colocou à disposição disso, caso seja interesse da comunidade, assim como a Índia também se colocou nessa posição e essa é uma posição que não é agora. É uma posição que já vem do Conselho das Nações Unidas desde 1990, 1995 e nesta época já se falava neste assunto. O Brasil é visto com muita simpatia por uma boa parte da comunidade internacional, pelos membros das Nações Unidas e por uma boa parte dos membros permanentes atuais que são muito importantes na ratificação desse processo, porque (esse processo) tem que ter a aprovação de não só de 2/3 de todos os membros da organização, mas também pelos cinco membros permanentes. Então, um deles pode vetar. E a China sempre demonstrou simpatia pela posição brasileira e, em havendo esse tipo de expansão, o Brasil está claramente credenciado a ser parte desse grupo. Agora, o processo negociador ainda está indo muito lentamente, está muito devagar. O Brasil, no momento, já recebeu várias manifestações de simpatia e apoio da Rússia, Tony Blair (Grã Bretanha) e da França. O único país que nunca quis comentar abertamente isso foram os Estados Unidos. Eles são extremamente cautelosos com relação à ampliação do Conselho de Segurança porque eles temem que quanto maior o Conselho, mais difícil vai ser para eles administrarem tal Conselho.

⇒ Com relação às votações nos Organismos Internacionais, Brasil e China têm apresentado grande similaridade. Além disso, o Brasil sempre considerou que o acesso da China ao GATT/OMC deveria possibilitar uma ação conjunta na defesa dos interesses mútuos, enquanto países em desenvolvimento. No entanto, hoje, a China demonstra um forte pragmatismo na defesa de seus interesses econômicos. Se

por um lado, a China é um país importador de produtos agrícolas, por outro, o Brasil é um país exportador. Assim sendo, seria possível uma parceria voltada a princípios genéricos em termos de defesa dos interesses dos países em desenvolvimento ou o Senhor acredita que a China pautará sua agenda exclusivamente em função de seus interesses?

Acho que as duas coisas porque tanto a China quanto o Brasil vão ter uma postura muito semelhante na OMC. De um lado, o Brasil também defende posições de princípios gerais que devem reger o comércio internacional de forma não discriminatória e, ao mesmo tempo, tem interesses concretos de abrir mercados, ir contra as barreiras e a China tem também a mesma posição. Então, eu acho que o Brasil e a China podem cooperar muito bem, assim como a Índia, na defesa de princípios na OMC, em defesa da não-discriminação, em defesa da igualdade de direitos e obrigações, no princípio de livre comércio, contra as barreiras injustas que prejudiquem o livre fluxo (comercial). Nesse ponto, acho que vai haver uma convergência muito forte. Na parte específica dos interesses de cada país, é claro, que isso não impede que possa vir a ter um processo da China contra o Brasil em um produto específico ou vice-versa, o Brasil pedir à China que abra seu mercado para determinado setor, isso faz parte do processo normal do funcionamento da própria OMC. Na parte de princípios, nós estaremos bastante solidários e na parte de interesses individuais, cada um cuidará dos seus interesses.

⇒ Atualmente, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, em quais contenciosos há convergência de interesses entre Brasil e China e em quais há divergências ?

As convergências é isso que eu falei, em defesa de princípios e em defesa da posição dos países em desenvolvimento. A OMC também está em processo de consolidação e estamos vendo muitos casos (no começo da OMC vimos muito) de certos tipos de procedimentos e regras que favoreciam muito os países mais desenvolvidos porque eles tinham mais experiência, uma equipe de peritos muito maior e mais recursos para contratar grandes especialistas. Numa discussão de painéis ou numa discussão sobre arbitramento, os países em desenvolvimento muitas vezes ficavam numa posição de desvantagem. Hoje, estamos conseguindo reverter este quadro, com mais experiência, quer dizer, cada vez mais os Estados Unidos têm perdido processos na OMC e países como Japão também, perdeu um processo importante sobre combustível (gás). E interessa então ao Brasil e a China defender o fortalecimento desse mecanismo para que este seja mais igualitário e que dê mais oportunidades para que os países em desenvolvimento se defendam diante dos países mais desenvolvidos e mais ricos. Contenciosos, concretamente, eu não saberia dizer porque eu não acompanho a OMC, não é a minha área específica. Em causas conjuntas eu não sei e também divergências em algum produto brasileiro com a China, também não sei. Nós temos, por exemplo, Brasil e China, em alguns processos pontuais anti-dumping. Mas são processos pontuais que não chegam a ser considerados como uma causa irritante para o relacionamento bilateral.

⇒ O fluxo comercial entre Brasil e China tem aumentado progressivamente nos últimos anos. Dados recentes (preliminares) do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio mostram que a China já é o terceiro mercado de destino das exportações brasileiras, superando inclusive países da União Européia. No entanto, os dados de 2002 apontaram que a China foi responsável apenas por 4,18% das exportações brasileiras e 3,3 % das importações. Quais os esforços que estão sendo realizados para que a pauta de exportação brasileira para a China contemple além das *joint ventures* dos setores da aviação e siderurgia, outros produtos de maior valor agregado?

Esse é um esforço que o governo tem procurado estimular junto ao setor privado. Mas cabe essencialmente ao setor privado buscar seus próprios nichos. Hoje em dia, o governo não tem mais aquela capacidade de direcionar o comércio como tinha



antigamente. Antigamente, quando o governo tinha grandes empresas estatais como a Vale do Rio Doce e a Petrobrás (que ainda é estatal), naquela época o governo poderia dar a direção. Hoje em dia, já não é mais assim. Hoje, as empresas são muito mais autônomas e o governo interfere muito pouco na iniciativa das empresas. Agora, o governo continua incentivando. O Itamaraty tem promovido muitas missões comerciais à China. No ano passado, houve uma missão grande do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio promovida pelo Ministro Sérgio Amaral. Este ano talvez haja grandes missões comerciais à Índia e à África do Sul. Provavelmente, o ano que vem, haverá uma grande missão comercial para a China. Temos feito também seminários e mesas-redondas onde expomos as nossas expectativas para que o empresariado brasileiro seja mais agressivo. Como o Presidente estava falando ontem na Europa, o empresariado brasileiro tem que sair mais para fora, não tem que ficar esperando que venham comprar da gente, nós temos que ir lá fora vender nossos produtos.

⇒ Em seu artigo da Revista Política Externa, o Senhor salienta que os nichos mais promissores em termos econômicos e comerciais para a relação Brasil-China estão nas parcerias entre as empresas. Quais são os setores potenciais de ambos os países que até o momento não foram explorados ?

É difícil dizer assim de forma muito específica. Assim como o exemplo da Embraer mostra que há campo de complementação ou complementariedade tecnológica, que ajuda a conquistar inclusive terceiros mercados, o exemplo da própria Vale do Rio Doce (Valvle) também. Eu diria que os países têm que fazer cada vez mais produtos – que em Inglês se fala *tailor-made* ou produtos feitos sob medida - para os mercados. Não adianta vender, por exemplo, soja genérica, ou o mesmo tipo de soja para o mundo inteiro. Se você começa a vender um tipo de soja específica, que seja adaptada para determinado mercado, por exemplo, para a culinária chinesa ou culinária japonesa, eles comprarão muito mais e a um preço maior. A soja brasileira para o caso da China e do Japão é utilizada como óleo e como ração, mas não para a alimentação diretamente, porque o tipo de soja brasileira que nós temos (é uma questão de gosto mesmo) não dá coloração do queijo de soja que os chineses gostam.

Então, o seria interessante fazer? Seria interessante que se tivesse uma cooperação dos institutos de pesquisas chineses que viessem ao Brasil ajudar a desenvolver um tipo de soja plantada aqui que fosse adequada à culinária chinesa, assim venderíamos muito mais. Da mesma forma, em outros campos, não é só no campo de *agribusiness*, no campo de infra-estrutura, siderurgia, metalurgia, alumínio também. Ou seja, tudo que for feito de forma a ter uma *griffe*, ou quase exclusiva para certos clientes, acaba tendo preços melhores e abre mais mercados.

- ⇒ Espera-se que os ganhos incrementais obtidos através do comércio bilateral no últimos anos sejam consolidados, a fim de garantir a longo prazo fluxos comerciais crescentes entre Brasil-China. Nesse sentido, quais as ações que estão em andamento no que se refere a possíveis acordos e preferência tarifária e acordos de livre comércio entre os dois países ?

No momento, nós não temos nenhuma iniciativa concreta nesse sentido, mas já estamos pensando, já chegamos a trocar algumas idéias sobre isso na comunidade chinesa. Mas, no momento, o lado chinês está dando prioridade em se adaptar o mais rápido possível ao sistema da OMC. Eles ainda estão num processo de aprendizagem, daí o fato de os chineses virem freqüentemente ao Brasil pedir para nós mostrarmos a eles como a gente atua em determinados setores. Eles vêm pedir a nossa orientação, digamos assim, para essas coisas do dia-a-dia da OMC. Uma vez que eles fiquem mais familiarizados com todo o sistema da OMC, aí acho que haveria campo para negociações mais concretas no que se refere a acordos de livre comércio. Isto porque hoje em dia estamos vendo que a OMC, por sua vez, ainda está evoluindo pouco a pouco e tem-se multiplicado os acordos de livre comércio bilaterais. O MERCOSUL, por exemplo, agora está negociando um acordo não de livre comércio, mas de preferência tarifária com a Índia. Nós também já propusemos isso a outros países da Ásia. O Japão tem se mostrado interessado também, então, é provável que no futuro, a médio prazo, a China também possa entrar nesse processo. Isso irá depender da evolução de outras negociações porque o Brasil também está bastante ocupado com as negociações da ALCA, com as negociações da União Européia, então, a agenda está bastante carregada. É preciso dobrar o tamanho do

Ministério para poder cobrir tudo isso. Eu acredito que seja possível que haja acordos futuros de livre comércio e de preferência tarifária. Em relação ao processo negociador, ainda não há nada de concreto, mas é uma possibilidade que está sempre em aberto. Certamente o Brasil, o MERCOSUL ou qualquer outra configuração que a gente venha a assumir terá interesse em um acordo desse tipo com a China, porque a China é uma economia super dinâmica e muito pungente.

- ⇒ No contexto da regionalização econômica, quais as possíveis sinergias que o Senhor acredita que poderão ocorrer na relação Brasil-China, tendo em vista os mercados futuros da ALCA e a anunciada área de livre comércio entre a ASEAN e a China?

Isto é uma coisa que ainda está em estudo. Acho que ambos os lados estão estudando. Como nós ainda não temos o resultado final da ALCA, nós não sabemos nem como nós vamos estar dentro da ALCA, ainda mais em relação à outro bloco. A mesma coisa ainda está ocorrendo do lado chinês, quer dizer, as iniciativas da ASEAN com a proposta chinesa ainda está em estudos pelos países da ASEAN que também não sabem como seria o contorno desse agrupamento. Alguns países têm até receio de serem absorvidos pela China, que tem uma economia tão grande, tão dinâmica e os países da ASEAN comparativamente são bem menores. Então, vai depender da confirmação final de cada lado para ver quais são as vantagens comparativas da complementariedade. Eu não acompanho a ALCA, não faço idéia de como vai ser a ALCA. Se chegarmos lá, pode ser que atrase um pouco porque as negociações estão muito complexas. No âmbito da ASEAN, as negociações estão apenas começando, que eu saiba não há nenhum cronograma, nenhum calendário. Estão sendo feitos estudos de um possível diálogo nesse sentido porque tem várias outras propostas em jogo. Tem a proposta da ASEAN +1 (que seria a ASEAN com a China), tem a ASEAN +3 (ASEAN com China, Japão e Coréia do Sul), tem a ASEAN +5 (ASEAN +3, Taiwan e Hong Kong), então há muitas configurações em jogo.

- ⇒ E com relação ao MERCOSUL ?

O Presidente em seu discurso de posse falou claramente que a América Latina e o MERCOSUL são prioridades. Falou também na prioridade de uma nova política africana e falou na prioridade para alguns países específicos e mencionou a China, Índia, Japão e a África do Sul. Então, a China é uma das prioridades na política externa brasileira, quanto a isso não há dúvidas.

- ⇒ Em seu artigo, na vertente da cooperação científica e tecnológica, o Senhor cita o Programa CBERS (China Brazil Earth Resources Satelites) através do qual foi criado o primeiro satélite sino-brasileiro de rastreamento de recursos terrestres como símbolo da parceria bilateral. Quais são os elementos deste Programa que caracterizam tal cooperação científico-tecnológica como um paradigma?

O paradigma dessa cooperação é que, primeiro, essa cooperação é reconhecida não apenas pelo Brasil, mas também pela própria China que já mencionou este programa como sendo um dos dez programas mais importantes desenvolvidos na década passada. O fato de (tal cooperação) ser entre dois países em desenvolvimento, com estágios parecidos de sofisticação tecnológica, faz com que essa cooperação seja muito mais desinibida. Não há aquele receio de um não querer passar segredo tecnológico para o outro, isso acontece muito quando você está fazendo um programa com países mais adiantados, que não querem passar (seu conhecimento tecnológico), querem ter o “pulo do gato” escondido. No caso do programa espacial com a China, os pesquisadores estão lado a lado nos laboratórios aqui no Brasil e lá na China e cooperam. Em setores que nenhum dos dois países conhecia, mas que tem um desenvolvimento conjunto, eles passam a dominar esse conhecimento. Então, eu acho que isso é muito importante. Por outro lado, há também o aspecto complementar, o Brasil é extremamente desenvolvido nessa parte de observação de recursos terrestres e a China tem uma tecnologia bastante avançada na parte de lançamento (de satélites) e isso dá esse aspecto de complementariedade, igualdade e horizontalidade. Nos outros satélites, inclusive, esse aspecto está sendo mais desenvolvido. O segundo satélite já há um tipo de conjugação de tecnologias muito mais sofisticada. Está sendo lançado neste ano o terceiro e quarto satélites que devem ser mais ainda sofisticados. Isso serve também de exemplo para iniciativas

em outros campos, pois mostra que assim como nós somos capazes de cooperar no espaço, temos que cooperar em outras áreas também. Então (o paradigma) tem o caráter de complementariedade de tecnologias, de conhecimentos científicos e, ao mesmo tempo, o aspecto da igualdade de atitudes: um não tem complexo do outro e este é um relacionamento bastante desinibido em ambos os lados.

- ⇒ Quais as perspectivas para que cooperação tecnológica existente entre Brasil-China seja implementada aos demais países em desenvolvimento?

Acho que é um modelo que pode ser aplicado a outros países. O Brasil não é um país fechado à cooperação para outros países em desenvolvimento. Pelo contrário, o Brasil vem buscando oferecer parcerias a outros países. Aqui na América Latina temos procurado oferecer nossas experiências e nossa tecnologia aos países vizinhos. Agora, com a Índia, também foi tratado muito esse aspecto de cooperação no campo de ciência, tecnologia e no campo de complementariedades que um país tem em relação ao outro. Então, é um modelo que é aberto e que não é excluyente. Pelo contrário, o Brasil sempre lutou pela cooperação Sul-Sul - como se diz no jargão - entre os países em desenvolvimento que tenham coisas para se complementarem. Não temos exatamente o mesmo tipo de programa. Mas, como modelo de cooperação, como tipo de atitude, como tipo de meta é o caso da Índia. Começamos a desenvolver também cooperação em várias dessas áreas, como a tecnologia da informação, informática, espaço e tecnologias avançadas. Nós também cooperamos em muitas coisas com a Coreia e a Rússia, nós também temos cooperação com esses países. Então, é um modelo que o Brasil está disposto a compartilhar com os países em desenvolvimento.

- ⇒ Constata-se um crescente interesse pela China no Brasil. Entretanto, constata-se também dificuldades com relação ao acesso a informações e, principalmente, a inexistência de acordos bilaterais para a ampliação de contatos acadêmicos entre os dois países. Na sua percepção, o Senhor acredita ser possível, a médio prazo, a geração de mecanismos facilitadores de intercâmbio de alunos e pesquisadores entre Brasil e China, especificamente com relação à vinda de professores de chinês e de

cultura chinesa, bem como o envio de professores de português e de cultura brasileira?

O campo acadêmico realmente ainda não reflete as situações bastante fortes que nós temos em outras áreas. Mas já existem muitos convênios entre universidades brasileiras e chinesas para a troca de conhecimentos e academias de ciências, têm várias iniciativas nesse sentido. Está aumentando no Brasil (e isso é uma coisa que temos que incentivar) o interesse pelos estudos asiáticos. Eu não chegaria ainda dizer estudos chineses, especificamente, quer dizer, uma sinologia brasileira, mas já temos muita gente especializada nesse campo. Para ampliar esse tipo de programa, realmente a única dificuldade ainda é a língua, quer dizer, para o brasileiro poder dominar a língua chinesa para estudar em instituições em Pequim ou Xangai, ou vice-versa, para os chineses estudarem aqui na USP ou na UNICAMP demanda-se bastante investimento em termos de aprendizado lingüístico. Então, aí cabe rezar para que haja mais cursos nesse sentido. Tem havido já muitos trabalhos de tradução de obras de um país para o outro, as pessoas estão tendo acesso à parte cultural, à parte acadêmica de muitas publicações clássicas e modernas. Para realmente se ter a experiência direta, aí tem que se investir bastante na parte lingüística. Os convênios acadêmicos são feitos diretamente pelas universidades, nós fazemos acordos de governo a governo nos setores que o governo tenha condições de ajudar e passar sua orientação. Na parte acadêmica, a gente só pode incentivar. O Itamaraty, por exemplo, está estudando a publicação de uma coletânea de obras sobre política asiática. Inclusive a história política da China e a história política do Japão. Então, com isso, a gente está procurando motivar e fazer com que as universidades desenvolvam mais estudos asiáticos e, dentro desses estudos asiáticos, colocar estudos chineses, japoneses, etc.

⇒ Muito obrigada pela sua entrevista.

**Entrevista 2: Cônsul Geral da China, Senhor Sheng Qin**

Local: Consulado da China - São Paulo, SP.

Data: 13 de Janeiro de 2004.

Duração: 10h às 11h 15min.

⇒ Neste ano, as relações diplomáticas entre Brasil e China completarão 30 anos. Como o Senhor avalia a trajetória dessa relação, tendo em vista os grandes desafios em relação à inserção desses países no sistema internacional?

É um ano para lembrarmos tanto para os chineses quanto para os brasileiros do reconhecimento dos 30 anos das relações diplomáticas. Eu acho que é um ano muito importante para os interesses dos dois países e dos dois povos. A China e o Brasil estão separados geograficamente e essas distâncias são realmente grandes, mas a aproximação entre eles avança muito rapidamente. Isso se deve aos dirigentes dos dois governos que têm interesse no desenvolvimento das relações tanto políticas e diplomáticas quanto comerciais, que são relações complementares para ambos os países. No início, o relacionamento diplomático entre a China e o Brasil teve pouco entendimento. O desenvolvimento aprofundou o entendimento e a coordenação de atividades comuns, sobretudo na esfera internacional. Eu acredito que as perspectivas de cooperação na relação China-Brasil no cenário internacional irão se aprofundar. Isso se deve ao fato de que China e Brasil são dois grandes países em vias de desenvolvimento, temos interesses e desafios comuns, temos o dever de melhorar a vida para nossos povos que é muito desigual. Então, temos muitos interesses em comum como o aspecto humano que nos une mais estreitamente, sobretudo num mundo globalizado, num mundo com muitos problemas e com desigualdades sociais muito profundas. A China tem interesse de enfrentar esse desafio com o governo e o povo brasileiro.

⇒ Em 1993, por ocasião da visita oficial do Presidente Jiang Zemin ao Brasil, o primeiro ministro Zhou Ronji estabeleceu o conceito de “parceria estratégica” para caracterizar os fundamentos da relação Brasil - China. Na sua visão qual o significado desse conceito?

A parceria estratégica existente na relação China-Brasil não passa pelos interesses temporários, não passa pelos desejos comuns de curto prazo. Eu acho que é melhor que isso: a base das relações em todos os níveis entre os dois países é uma visão de longo prazo com profundos interesses. É a combinação dos problemas internacionais, estabelecendo uma confiança profunda, sem interesses particulares. Essa relação de parceria estratégica, economicamente, tem um fator complementar muito profundo também. Os chineses sabem que os recursos naturais no Brasil são abundantes e o país é um fornecedor muito importante desses recursos à China. Na Ciência e Tecnologia sabemos que já temos dois satélites lançados que estão funcionando no espaço aéreo e isso significa que a esfera da cooperação científico-tecnológica também é um campo que esperamos desenvolver. O aspecto “estratégico” da relação não existe em uma só área, ou seja, não é só comércio ou investimentos, temos em todos os sentidos a aceleração desse aspecto entre os dois países: comércio, econômico, cooperação internacional, cooperação científico-tecnológica - inclusive a cooperação cultural e esportiva - e todas essas cooperações são muito completas.

⇒ Do ponto de vista econômico, o Brasil é hoje o maior país em desenvolvimento no hemisfério ocidental e a China é o maior país em desenvolvimento no hemisfério oriental. Se somarmos o PIB do Brasil (cerca de US\$ 500 bilhões) ao PIB chinês (cerca de US\$ 1,2 trilhão), chegaremos a um montante equivalente ao PIB da Alemanha, terceira economia mundial. Diante desses fatos, o Senhor considera que a parceria estratégica Brasil-China visa a um projeto de desenvolvimento comum?

Em termos de produto interno bruto (PIB), a China tem uma estratégia um pouco diferente de outros países, pois alguns fatores e elementos não estão incluídos



neste aspecto. Eu acho que o PIB não é a estatística mais importante. A China tem um conceito de desenvolvimento diferente, temos um conceito de desenvolvimento coordenado, racional e adequado, entre outros fatores como o desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento não é visto apenas em dados estatísticos como o PIB. O desenvolvimento tem que mostrar a vida exata e real do povo chinês através de uma boa coordenação entre: desenvolvimento econômico, social e desenvolvimento natural. A China não procura só conseguir duplicar seu PIB. Eu acho que a coisa mais importante é a qualidade de vida do seu povo, a melhora na administração central e a melhora na atuação das empresas estatais, complementando os interesses coletivos, particulares e ecológicos. Eu acho que esse é o novo conceito de desenvolvimento, apesar de existir uma distância entre a China e os países desenvolvidos como os Estados Unidos, o Japão e a Alemanha. Outro fator importante é que temos uma população muito grande e qualquer número multiplicado por essa população é extremamente grande; se dividirmos por essa mesma população, este número é muito pequeno, devido à potencialidade da China. Essa potencialidade é centenária, histórica, popular e através dela o país tem interesse em unir-se em paz e concordância com outros povos. É difícil descrever ou demonstrar em cifras essa potencialidade, mas a China mostra determinação em manter a paz, a cooperação e o desenvolvimento com os interesses do povo chinês.

⇒ No contexto da atual política externa brasileira, a imprensa (O Estado de São Paulo, 08/06/03) tem salientado a retomada do conceito de estreitamento das relações do Brasil com diversos países em desenvolvimento. Neste sentido, o chanceler Celso Amorim anunciou a criação do Grupo dos Três/G3 (formado pelo Brasil, África do Sul e Índia), com a perspectiva de transformar tal alinhamento no Grupo dos Cinco/G5, incluindo a China e a Rússia. Em que medida, o Senhor acredita que a relação Brasil-China, através um possível alinhamento político entre os membros do G5, poderia elevar o “status político” dos demais países em desenvolvimento no cenário internacional?

No mundo atual, a voz dos povos dos países em desenvolvimento é muito débil. Os países desenvolvidos sempre querem impor sua vontade e seus interesses a

outros povos. Isso demonstra que os vários países em vias de desenvolvimento têm que levantar sua voz e têm que demonstrar sua vontade para defender seus

próprios interesses. Os países em desenvolvimento não devem temer os países desenvolvidos, eles têm que reunir esforços para evitar que os países desenvolvidos não tentem dividir para dominar. Então, os grandes países em desenvolvimento têm a responsabilidade histórica, política e humana de elevar sua voz e levar seus interesses relativos ao desenvolvimento nos foros de negociações internacionais. Se todos os grandes países em desenvolvimento se unissem - não digo apenas para formar uma aliança política - mas se unissem para trocar suas idéias, para buscar posições comuns e para enfrentar os desafios em relação aos países desenvolvidos, assim, poderíamos atender os interesses dos países em desenvolvimento. Atualmente, temos o G3, G5 ou G8, isso mostra que os grandes países em vias de desenvolvimento tais como o Brasil, a China, a Índia, a África do Sul, incluindo a Rússia (apesar de a Rússia pertencer ao G8 ou G9) têm a responsabilidade de trocar opiniões, observações e impressões para defender seus interesses comuns. Eu acho que o meu governo tem uma política definida com os países em desenvolvimento, portanto, esse aspecto passa pela política exterior da China. Vamos estreitar relações com os grandes países em vias de desenvolvimento como o Brasil, a Índia e a África do Sul para esses povos possam ser amigos da China por longo prazo. Eu acho que em três ou quatro anos, o grupo dirigido por grandes países em vias de desenvolvimento (apesar de muitos falarem que essa perspectiva poderá levar mais tempo) se unirá para definir seus próprios interesses nos foros internacionais. A China não vai buscar uma liderança, a China vai buscar uma cooperação mais eficaz com outros países que têm responsabilidades políticas como o Brasil. No mundo, não importa se os países são grandes ou pequenos, não importa se seu produto interno é grande ou reduzido, legalmente, todos os países são iguais. Os grandes países em desenvolvimento têm mais responsabilidades, então, que levarem sua voz ao mundo para defender ou cuidar dos interesses dos pequenos países em vias de desenvolvimento.

⇒ Recentemente, o Presidente Lula manifestou o interesse do Brasil em pleitear um assento no Conselho de Segurança da ONU como membro permanente. Qual sua análise quanto à posição da China (enquanto membro permanente de tal Organização) em relação ao interesse do Brasil nessa questão?

A ONU precisa de uma reforma principalmente no Conselho Permanente. É preciso um Conselho Permanente que reflita os interesses dos países em vias de desenvolvimento, além disso, o Conselho deve ser um foro de grandes decisões políticas internacionais e para isso deve consultar mais países. Eu acho que a entrada do Brasil no Conselho Permanente é bem vista pela China. Quanto ao apoio do meu governo ao Brasil, no Conselho Permanente, acho que não existem maiores dificuldades. Mas, a reforma, como você sabe, é complexa, pois há muitos interesses mesclados. Eu acho que o mais importante ou o primeiro passo a ser dado pelo Brasil para conseguir apoio unânime é recuperar o apoio dos países latino-americanos, eu acho que isso é o mais importante para o país alcançar sua meta.

⇒ Com relação às votações nos Organismos Internacionais, Brasil e China têm apresentado grande similaridade. Além disso, o Brasil sempre considerou que o acesso da China ao GATT/OMC deveria possibilitar uma ação conjunta na defesa dos interesses mútuos, enquanto países em desenvolvimento. No entanto, hoje, a China demonstra um forte pragmatismo na defesa de seus interesses econômicos. Se por um lado, a China é um país importador de produtos agrícolas, por outro, o Brasil é um país exportador. Assim sendo, seria possível uma parceira voltada a princípios genéricos em termos de defesa dos interesses dos países em desenvolvimento ou o Senhor acredita que a China pautará sua agenda exclusivamente em função de seus interesses?

Eu acho que em 98% ou 99% das votações, o Brasil e a China têm apresentado posições comuns. Mas, o comércio internacional se faz a partir de vários fatores, entre os quais o fator mais importante é o mercado, ou seja, a força do mercado a força maior, é uma força decisiva, um elemento de determinação sobre comprar ou

não comprar, vender ou não vender. A China é um grande país importador; no ano de 2003 as importações da China superaram 400 bilhões de dólares norte-americanos e, em apenas um ano, cresceu quase 40%, sendo que grande parte dessas importações foi de produtos agrícolas como a soja e o óleo de soja. Eu acho que a demanda da China por produtos agrícolas é concentrada porque o país é também um grande produtor de alimentos. Há também uma variedade de produtos que são importados de outros países como a soja e o trigo. Eu acredito que a força do mercado é decisiva porque as certezas da economia chinesa dependem, de onde comprar, de como comprar e de quem comprar. O governo não tem mais o direito de intervenção porque a força do mercado é difícil de ser mudada de um momento para o outro, isso porque criar um fornecedor não é fácil, bem como saber os costumes, os preços, as normas do contrato, etc. Eu acho que, até o momento, o Japão, os Estados Unidos e a União Européia são grandes parceiros comerciais da China e essa é a tendência porque há alguns produtos que só eles podem fornecer. Mas, tanto a China como o Brasil estão buscando a diversificação dos seus parceiros comerciais. O Brasil agora está atuando junto ao Mercosul, com os países árabes, com a Rússia e com a Europa. Este talvez seja o futuro, sobretudo a Índia vai ser um país muito interessante para o Brasil porque sua população começou a crescer mais rápido do que a da China. A China, o Brasil e outros países em desenvolvimento têm os mesmos desafios na esfera do comércio internacional porque países como os Estados Unidos sempre querem impor suas condições, suas tarifas e seus regulamentos ao comércio internacional. Eu acho que a luta contra essa corrente, essa imposição, não é responsabilidade só da China, da Índia e do Brasil, é uma luta também de outros países em desenvolvimento. Por isso, é necessária uma maior cooperação desses países nas negociações do comércio internacional.

⇒ Atualmente, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, em quais contenciosos há convergência de interesses entre Brasil e China e em quais há divergências ?

Eu não tenho informações exatas sobre as divergências, mas eu acho que as convergências são maiores do que as divergências. Eu acho que há mais convergências no comércio internacional, sobretudo nas negociações dos produtos agrícolas, sobre os temas de comércio, serviços, investimentos estrangeiros e muitos outros pontos em comum entre a China e o Brasil. Com relação às divergências, como você manifestou, China é um país muito pragmático não buscando conflitos frontais com países como o Brasil. A China é mais flexível - não busca um conflito direto ou o confronto - o país busca mais negociação, troca de idéias, busca caminhos comuns que atendam os interesses de ambos os países. Eu acho que a tática diplomática da China é orientada pela sabedoria oriental de cinco mil anos de negociações, buscando sempre dados mais precisos e o sucesso a longo prazo; isto não é uma divergência, é apenas um estilo diferente.

⇒ O fluxo comercial entre Brasil e China tem aumentado progressivamente nos últimos anos. Dados recentes do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio mostram que a China já é o terceiro mercado de destino das exportações brasileiras, superando inclusive países da União Européia. No entanto, dados de 2002 apontaram que a China foi responsável apenas por 4,18% das exportações brasileiras e 3,3 % das importações. Quais os esforços que estão sendo realizados para que a pauta de exportação brasileira para a China contemple além das *joint ventures* dos setores da aviação e siderurgia, outros produtos de maior valor agregado ?

Em primeiro lugar, eu quero manifestar a você que eu não me preocupo com a porcentagem porque há a possibilidade de que esse dado não seja significativo. Eu acho que governos e os empresários dos dois países procurarão manter essa tendência de crescimento do comércio. O Brasil e a China não só têm procurado aprimorar o comércio com países específicos, mas também eles têm desenvolvido seu comércio numa esfera mais ampla, quer dizer, onde há mercado, há que existir orientação para esses países. Os países têm que procurar evitar erros no comércio internacional. Eu acho que o mais importante, o mais significativo, é que ambos os

países procurem manter o crescimento de seu comércio. Se o comércio entre o Brasil e a China mantiver um crescimento de 30% a 40% ao ano, eu acho que é um ritmo gigantesco, espetacular. No ano passado, o comércio teve um crescimento muito rápido, o que se deve a vários fatores, entre eles o fator preço e o fator volume de alguns produtos. Eu acho que na prática do comércio internacional não existe o comércio puro, só o comércio não vai reduzir as diferenças: comércio com os investimentos é o modelo mais incremental.

⇒ Entre os nichos mais promissores em termos econômicos e comerciais para a relação Brasil-China estão nas parcerias entre as empresas. Quais são os setores potenciais de ambos os países que até o momento não foram explorados ?

Eu acho que a China tem muito interesse em investir em setores de mineração e o minério de ferro é o principal produto. Já está em processo um pré-projeto de investimento numa siderúrgica da China e do Brasil com outros países, talvez latino-americanos ou europeus e os investimentos serão muito grandes. Há também interesses em recursos naturais, por exemplo, a madeira. Eu acho que a cooperação agrícola com o Brasil talvez será um setor muito interessante para a China, pois o país tem uma superpopulação e a primeira responsabilidade do meu governo é alimentar essa população, então, a grande missão é fornecer gêneros alimentícios ao seu povo, essa é a primeira preocupação. O Brasil tem muitos recursos como sol, terra e água, então, a cooperação com a China na área agrícola vai aumentar muito. Outras áreas como a de telecomunicações e a de pesquisa espacial, já estão em processo e acho que vão se aprofundar. Outras áreas agrícolas como o fumo e a celulose - que são produtos relacionados com as condições naturais do Brasil - devem também aumentar o fluxo comercial.

⇒ Espera-se que os ganhos incrementais obtidos através do comércio bilateral, nos últimos anos, sejam consolidados a fim de garantir no longo prazo fluxos comerciais crescentes entre Brasil-China. Nesse sentido, quais as ações que estão em andamento

no que se refere a possíveis acordos de preferência tarifária e acordos de livre comércio entre os dois países ?

Ambos os governos já falaram sobre a assinatura de acordos de livre comércio. Eu acho que neste ano vamos escolher países como Chile, que será o primeiro país latino-americano a assinar acordo de livre comércio com a China. O Chile é um país muito singular, muito especial, é um país pequeno, de população pequena, de alta liberdade comercial e que tem mais facilidades de aceitar um acordo com a China. No Brasil, talvez a negociação seja mais complexa e mais longa. Mas, ambos os países já manifestaram interesse em negociar ou de falar sobre a possibilidade de livre comércio. Eu acho que entre 2005 a 2010, vai entrar em negociação esse acordo e este é um período muito razoável. Nas condições atuais de comércio, o livre comércio é uma tendência mundial. A China se une a alguns países na Ásia onde está a atenção central do livre comércio. Com os países latino-americanos, eu acho que o Chile será o primeiro país, pois as negociações com a China estão mais adiantadas, em relação ao Brasil há boas perspectivas, mas o país tem que se esforçar. As condições de investimentos no Brasil não são muito ideais para os empresários chineses, sobretudo devido ao problema burocrático dos vistos. Por exemplo, o meu consulado tem toda autonomia das autoridades para expedir vistos e passaportes sem consultar o governo ou o Ministério de Relações Exteriores; essa é uma política descentralizada que facilita o comércio, visitas e tudo o mais. No Brasil, muitos empresários chineses têm este problema de vistos e têm preocupações em relação aos investimentos. Ainda que o visto não seja um visto de trabalho permanente, esse é um processo burocrático e, às vezes, os empresários chineses vão a outros países que possam oferecer mais facilidades ou países que estão em igual condição de investir, mas com mais facilidades. Há questões e problemas que ainda precisam ser resolvidos rapidamente. Essa questão dos vistos deve favorecer e consolidar o crescimento do comércio, senão, daqui a três ou quatro anos, o comércio com o Brasil poderá se estancar. Em termos de preocupação com o Brasil, há também regulamentos muito rígidos, sobretudo na política de trabalho e nas exigências das leis trabalhistas. Os chineses ficam preocupados porque têm que esperar muito tempo no consulado brasileiro. No consulado chinês, se você quiser o visto para um dia, você paga extra e tem o visto em um dia, se quiser múltiplas

entradas para a China, o visto de múltiplas é dado para um ano, então, há facilidades para entrar e sair do país. No livre comércio há livre comunicação e visitas; sem isso, como o livre comércio poderá se viabilizar? No livre comércio, o fluxo entra e sai rápido e este só vai se realizar com acesso livre; caso contrário, acordos de livre comércio com a China irão se viabilizar com outros países.

⇒ No contexto da regionalização econômica, quais as possíveis sinergias que o Senhor acredita que poderão ocorrer na relação Brasil-China, tendo em vista os mercados futuros da ALCA e a anunciada área de livre comércio entre a ASEAN e a China?

Atualmente, no comércio internacional existem duas correntes. Uma corrente mundialista que é sustentada pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e quer o comércio livre para todo o mundo; a outra corrente é o regionalismo. Essas correntes não têm conflito, elas são complementares. Às vezes, os acordos são mais fáceis no âmbito regional; muitas vezes é difícil consegui-los no âmbito mundial. Eu acho que o desenvolvimento do regionalismo vai dar energia à corrente mundial. O âmbito mundial também afeta o regional e eu acho que essas duas correntes não podem se separar artificialmente, elas têm que se juntar. Então, países como a China e o Brasil têm que atuar nos dois lados: tanto no regionalismo, como na corrente mundial. Eu acho que a ALCA não é regionalismo porque no regionalismo existe para os dois lados. O Mercosul, o Grupo Andino e a América Central têm formas de regionalismo, mas na ALCA eu acho que os Estados Unidos querem impor suas restrições, seus interesses e demandas. Outros países também querem a ALCA, mas não querem uma ALCA imposta pelos Estados Unidos, então, não se pode confundir os dois processos, não se pode misturar os interesses dos Estados Unidos com os interesses latino-americanos. Eu acho que a ALCA vai funcionar, porém com muitos conflitos. Esses conflitos não são ruins, às vezes, os conflitos favorecem as soluções e podem melhorar a condição de negociação de cada país. O mais interessante é que cada país aproveite todos os fatores favoráveis ao seu próprio interesse e, para isso, eles têm que aumentar sua inteligência nas negociações. As negociações devem não apenas avançar, cada país tem que saber também quando conceder e conceder para avançar mais rápido. A China concede um passo para avançar dois passos, num ano concede, depois avança dois anos. A China sempre



conserva seus objetivos mais importantes, por isso considera o Mercosul, a Argentina e um país importante como o Brasil. Apesar de a China concentrar esforços na Ásia-Pacífico, o país considera também os países latino-americanos. Neste ano, a China terá uma reunião ministerial com os Países Andinos (Grupo Andino) e também estamos pesquisando o efeito dos Estados Unidos na ALCA para o comércio da China com os países latino-americanos. Não podemos evitar essa corrente, temos que definir quais os fatores que podemos aproveitar e aqueles que devemos descartar; se existem desafios, vamos converter esses desafios em fatores favoráveis para a China. Eu acho que o regionalismo e o relacionamento da China com os países do Sudeste Asiático irão se complementar e fortalecer mais a sua energia, principalmente, se a China mantiver o seu crescimento econômico, como já elaboramos o plano de manter o crescimento entre 7% a 8% nos próximos 20 anos.

⇒ E com relação ao MERCOSUL ?

Eu acho que a China tem capacidade de importar mais de outros países e de outras regiões como o Brasil e o Mercosul. Alguns produtos brasileiros, eu acho difícil que outros países possam fornecer à China, por exemplo, a soja e o minério de ferro. Mas, há outros produtos que podem se complementar mais e outros menos. Eu acho que tanto no Brasil como na América Latina, o comércio de recursos naturais é um setor fundamental e vital para ambos os lados.

⇒ Na vertente da cooperação científica e tecnológica foi criado o Programa CBERS (China Brazil Earth Resources Satellites) através do qual foi criado o primeiro satélite sino-brasileiro de rastreamento de recursos terrestres como símbolo da parceria bilateral. Quais são os elementos deste Programa que caracterizam tal cooperação científico-tecnológica como um paradigma?

A cooperação entre o Brasil e a China nessa área através desse programa já trouxe muitos benefícios tanto para o Brasil quanto para a China. A decisão de lançar mais satélites terrestres (o número três e o número quatro) ocorreu porque já temos

resultados muito favoráveis. Eu acho que o simbolismo existe porque se seguirmos em outras esferas de cooperação tecnológica e científica esse exemplo dos satélites, teremos resultados muito bons porque os ministérios e as instituições governamentais devem abrir sua visão para buscar outras áreas de cooperação. Eu acho que neste ano vamos dar os primeiros passos para cooperação em softwares: vamos ter uma zona avançada de softwares no sul da China e uma em Campina Grande (Brasil), estabelecendo assim, zonas específicas para o desenvolvimento de softwares. Então, temos interesses comuns e as instituições governamentais têm demonstrado a importância em dar um impulso maior nessa área, então, eu acho que esse aspecto tende a aumentar a cooperação tecnológica.

⇒ Quais as perspectivas para que cooperação tecnológica existente entre Brasil-China seja implementada aos demais países em desenvolvimento?

Eu acho que a cooperação tecnológica e científica em países em vias de desenvolvimento é uma política a ser definida no longo prazo e não é possível apenas para dois ou três países. Atualmente, cada país tem a sua seleção de cooperação científico-tecnológica. Não podemos esperar uma cooperação espacial com Paraguai ou com o Uruguai - isto é impraticável para eles - só que com o Brasil dá resultados. Então, cada país tem suas áreas preferenciais em cooperação internacional. Na realidade, a cooperação da China com países em desenvolvimento na área científico-tecnológica se dá com muitos países, incluindo os países latino-americanos, por exemplo: México, Peru e Colômbia onde há muitos projetos de cooperação.

⇒ Constata-se um crescente interesse pela China no Brasil. Entretanto, constata-se também dificuldades com relação ao acesso a informações e, principalmente, a inexistência de acordos bilaterais para a ampliação de contatos acadêmicos entre os dois países. Na sua percepção, o Senhor acredita ser possível, num médio prazo, a geração de mecanismos facilitadores de intercâmbio de alunos e pesquisadores entre Brasil e China, especificamente com relação à vinda de professores de chinês e de

cultura chinesa, bem como o envio de professores de português e de cultura brasileira?

Na verdade, o intercâmbio cultural já existe, mas, às vezes, não é publicado ou não provoca interesse para a imprensa, como alguns eventos que têm ocorrido: soube de um conjunto musical da China que estava na semana passada trabalhando em São Paulo e no Rio; houve um concurso para selecionar sessenta jovens chineses que soubessem dançar samba e muitos jovens foram fazer um teste; soube de um conjunto de samba do Brasil que esteve três meses rodando todas as partes da China; houve visitas de professores da USP, com bolsas de estudos em entidades da China e alguns profissionais de institutos de pesquisa brasileiros têm também mantido contatos permanentes com institutos de pesquisa da China. Meu governo não quer monopolizar, pois oferece facilidades para muitas instituições culturais, mas sempre haverá responsabilidades. Muitos acadêmicos têm nos visitado e, na realidade, existe intercâmbio cultural, acadêmico interinstitucional, governamental e existe também - como se diz em português - o intercâmbio não governamental ou privado. Do lado governamental, só existe o intercâmbio institucional, através de acordos, mas o governo chinês estimula as duas correntes e não há nenhuma restrição. Nas instituições há restrições, sendo a maior parte delas financeiras e o governo também não pode financiar a cooperação de todas as instituições interessadas. Mas, as instituições não governamentais também vão bem, há visitas mútuas e às vezes também ocorrem cursos especializados ou individuais, não governamentais e com profissionais variados. No ano passado, uma instituição de pesquisa estratégica fez uma missão na UNESP e essa missão foi estabelecida através de minha ajuda em relação às informações sobre as instituições chinesas. Às vezes, as instituições acadêmicas querem encontrar entidades de cooperação na China, então, eu as ajudo para atender esses interesses, estabelecer contatos e viabilizar o intercâmbio. O meu consulado estará também organizando uma exposição comercial, pois a China tem um centro de comércio e investimentos que está em reforma e, no final do mês, teremos um lugar permanente. Será um centro só para comércio e investimentos, onde haverá exposições, lugar para negociações, visitas de empresários e será um lugar sério e permanente para eventos de promoção do comércio entre a China e o Brasil. Ainda não temos os recursos financeiros

suficientes para uma feira permanente de cultura. Mas, acho que neste ano o governo brasileiro fará uma exposição no Palácio Imperial da China, um evento comemorativo das relações diplomáticas. Além disso, algumas atividades culturais serão mantidas e teremos alguns intercâmbios e visitas, como em municípios da China que são considerados cidades-irmãs de municípios do Brasil. Então, o consulado está muito ativo e com intenso trabalho.

⇒ Muito obrigada pela sua entrevista.

## **ACORDOS**

**ACORDOS, ATOS E DOCUMENTOS FIRMADOS ENTRE O  
BRASIL E A CHINA**

**ACORDOS COMERCIAIS FIRMADOS EM PEQUIM (24.05.2004)**

**COMUNICADO CONJUNTO ENTRE A REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA POPULAR DA  
CHINA (24.05.2004)**

**ATOS CELEBRADOS ENTRE OS GOVERNOS BRASILEIRO E  
CHINÊS, POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA,  
SENHOR HU JINTAO**

## **ACORDOS, ATOS E DOCUMENTOS FIRMADOS ENTRE O BRASIL E A CHINA**

- Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento das Relações Diplomáticas entre o Brasil e a China (1974)
- Acordo sobre a Instalação e Funcionamento das Embaixadas do Brasil em Pequim e da China em Brasília (1974)
- Acordo de Comércio (1978)
- Convênio de Transporte Marítimo (1980)
- Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (1982)
- Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (1984)
- Protocolo entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica (1984)
- Protocolo Adicional ao Acordo Comercial (1984)
- Ajuste de Cooperação entre o CNPQ e a Academia de Ciências da China nos Campos das Ciências Puras e Aplicadas (1984)
- Acordo para a Criação de Consulados da China em São Paulo e do Brasil em Xangai (1984)
- Acordo para o Estabelecimento de Adidâncias Militares nas Respectivas Embaixadas (1984)

- Memorando de Entendimento sobre Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear (1984)
- Memorando sobre Cooperação em Matéria Siderúrgica (1984)
- Protocolo de Cooperação em Matéria Siderúrgica (1985)
- Memorando de Entendimento Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum (1985)
- Protocolo de Cooperação em matéria de Geociências (1985)
- Protocolo de Entendimentos (1985) (comunicado conjunto sobre o estágio das relações bilaterais, tanto em sua dimensão política quanto em seus aspectos econômico-comerciais e científico-tecnológicos)
- Acordo de Cooperação Cultural e Educacional (1985)
- Acordo de Cooperação Técnica sobre a Exploração de Petróleo no Mar entre o Ministério de Geologia e Minas da China e o Ministério de Minas e Energia do Brasil (Julho de 1985)
- Memorando de Entendimento sobre Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear (1987)
- Acordo sobre Pesquisa e Produção Conjunta do Satélite Sino-Brasileiro de Sensoriamento Remoto (1988)
- Protocolo sobre Pesquisa e Produção de Satélite de Recursos da Terra (1988)

- Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica sobre Cooperação no Campo da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico nos setor de Transportes (1988)
- Convênio sobre Cooperação no domínio de Medicina e Fármacos (1988)
- Convênio de Cooperação Científica e Tecnológica na Área de Fármacos Destinados ao Combate de Grandes Endemias (1988)
- Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica em Matéria de Energia Elétrica (1988)
- Memorando de Entendimento sobre Setor Madeireiro entre o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e o Ministério da Silvicultura (1988)
- Acordo sobre Vistos de Múltiplas Entradas em Passaportes Diplomáticos e de Serviço (1988)
- Acordo sobre Aumento de Lotação de Repartições Consulares (1988)
- Protocolo de Cooperação na Área de Tecnologia Industrial (1988)
- Ajuste ao Acordo de Cooperação para a Utilização Pacífica da Energia Nuclear (1989)
- Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica (1990)
- Memorando de Entendimento sobre Minério de Ferro (1990)
- Acordo Destinado a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda (1991) (Promulgação em Fevereiro de 1993)



- Acordo, por troca de notas, sobre a instalação mútua de consulados-gerais no Rio de Janeiro e em Cantão (1991)
- Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica (1992)
- Adendo ao Protocolo de Cooperação em Matéria de Geociências (1992)
- Memorando de Entendimento sobre Intercâmbio e Cooperação em Educação entre o Ministério da Educação e do Desporto da República Federativa do Brasil e a Comissão Estatal de Educação da República Popular da China (Fevereiro de 1993)
- Protocolo de Cooperação no Âmbito do Ensino Superior entre a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação e do Desporto e da Comissão Estatal de Educação (CEE) da China (Fevereiro de 1993)
- Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica (Março de 1993)
- Protocolo sobre Desenvolvimentos Adicionais aos Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres e assuntos correlatos (Setembro de 1993)
- Programa Executivo do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional (Outubro de 1993)
- Contrato de Lançamento dos Satélites CBERS entre INPE CGWIC/FINEP (Novembro de 1993)
- Protocolo entre o Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil e a Administração de Espaço da China, sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior (Novembro de 1993)

- Protocolo de Cooperação entre a Administração de Espaço da China e o Ministério da Ciência e Tecnologia sobre pontos principais do satélite CBERS (Novembro de 1993)
- Protocolo Governamental de Intenção sobre o Desenvolvimento do Comércio do Minério Férreo e a Promoção da Exploração Conjunta do Mineral de Ferro (Novembro de 1993)
- Memorando de Entendimento sobre a Constituição do Grupo de Trabalho Conjunto de Cooperação na Área Hidroelétrica (Maio de 1994)
- Protocolo de Intenções entre ELETROBRAS e companhia chinesa com o objetivo de precisar formas concretas de cooperação para construção do projeto de Três Gargantas
- Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Energia Elétrica da República Popular da China sobre Cooperação Tecnológica em Combustão de Carvão Mineral em Leito Fluidizado (Setembro de 1994)
- Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Recursos Hídricos da República Popular da China sobre Cooperação Econômica, Científica e Tecnológica (Setembro de 1994)
- Ata de Conversações entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Comitê para Construção do Projeto Três Gargantas do Conselho de Estado da República Popular da China para Cooperação no Projeto de Três Gargantas (Setembro de 1994)

- Protocolo de Intenção para a Cooperação entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério da Indústria Química da República Popular da China (Setembro de 1994)
- Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China (Novembro de 1994)
- Acordo de Dispensa de Exequatur para Acreditação Recíproca de Cônsules-Gerais (Junho de 1995)
- Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura da República Federativa do Brasil e o Ministério da Agricultura da República Popular da China (Julho de 1995)
- Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China (11.07.95)
- Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas de Rádio e de Televisão entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China (13.12.95)
- Acordo sobre Quarentena Vegetal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China (13.12.95)
- Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica e ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China na Área de Intercâmbio de Especialistas para Cooperação Técnica (13.12.95)

- Protocolo de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Recursos Hídricos da República Popular da China sobre Cooperação Econômica, Científica e Tecnológica em Pequenas Centrais Hidrelétricas (13.12.95)
- Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Segurança Técnica Relacionada ao Desenvolvimento Conjunto dos Satélites de Recursos Terrestres (13.12.95)
- Ata de Entendimento sobre o Fortalecimento e a Expansão da Cooperação Tecnológica Espacial Brasil-China (13.12.95)
- Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China em Matéria de Quarentena e Saúde Animal (08.02.96)
- Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre a Manutenção do Consulado-Geral do Brasil na Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China (08.11.96)
- Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre a Agenda Comum para o Desenvolvimento Sustentável (08.11.96)
- Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China Relativa às Aplicações Pacíficas da Ciência e Tecnologia Espacial (08.11.96)
- Declaração conjunta entre o Governo da República federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China Relativa ao Aprofundamento da Cooperação Bilateral na Área de Direitos Humanos (08.09.97)

- Ajuste Complementar entre os Governos da China e do Brasil ao Acordo Governamental de Cooperação Econômica para Garantir a Qualidade da Mercadoria Importada e Exportada (1 de Dezembro de 1998)
- Protocolo entre os Governos da China e do Brasil sobre a Cooperação na Área de Tecnologia Espacial (Setembro de 2000)
- Programa Executivo Cultural do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional para os anos de 2001 a 2004 (12.11.2001)
- Memorando de Entendimento sobre Cooperação Industrial entre o MDIC do Brasil e a SDPC da China (02.12.2002)
- Ajuste Complementar sobre Saúde e Ciências Médicas ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (24.05.2004)
- Acordo de Cooperação Esportiva (24.05.2004)
- Memorando de Entendimento sobre Cooperação Hidroferroviária (24.05.2004)
- Memorando de Entendimento sobre a Cooperação para o Desenvolvimento de um Sistema de Aplicações para o Programa do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (24.05.2004)
- Memorando de Entendimento na Área de Segurança Sanitária e Fitossanitária de Produtos Alimentares (24.05.2004)
- Ajuste Complementar sobre Vigilância de Medicamentos e Produtos Relacionados à Saúde (ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica)(24.05.2004)
- Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (24.05.2004)

- Acordo p.t.n. para Flexibilização da Concessão de Vistos para Empresários (24.05.2004)
  
- Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos Oficial e de Serviços (24.05.2004)

**FONTES:**

Ministério das Relações Exteriores/Departamento da Ásia e Oceania/Divisão da Ásia e Oceania I (DAOC I). Documento extraído do site: [www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br), acesso: 16/11/2004.

Embaixada da República Popular da China no Brasil. Documento extraído do site: [www.embchina.org.br](http://www.embchina.org.br). *Os importantes acordos e documentos bilaterais*. acesso: 08/11/2004.

**ACORDOS COMERCIAIS FIRMADOS EM PEQUIM (24.05.2004)**

- 1) VALE DO RIO DOCE - SHANGAI BAOSTEEL GROUP CORPORATION  
(Construção de usina de aço no Maranhão para produção de 3,8 milhões de toneladas ano)
- 2) VALE DO RIO DOCE - YANKUANG GROUP  
(Produção e exportação de carvão siderúrgico para o Brasil e terceiros mercados)
- 3) VALE DO RIO DOCE - ALUMINIUM CORPORATION OF CHINA  
(Exploração de bauxita e produção de alumina em Barcarena, Pará)
- 4) VALE DO RIO DOCE – YONGCHENG COAL ELECTRICITY SHANGAI  
BAOSTEEL  
(Produção e venda de carvão mineral)
- 5) PETROBRÁS - SINOPEC  
(Exploração conjunta de petróleo em terceiros países)
- 6) BNDES – CITIC  
(Desenvolvimento de projetos de financiamento de *joint-ventures* sino-brasileiras voltadas para a exportação)
- 7) TELEMAR NORTE-LESTE (OI) - CHINA MOBILE  
(Acordo de roaming internacional preferencial)
- 8) VARIG - AIR CHINA  
(Operação de vôos regulares entre Brasil e China)
- 9) COMEXPORT - CHINA BRAZIL INVESTMENT, DEVELOPMENT AND  
TRADE (Intercâmbio de coque metalúrgico, ferro gusa, algodão e açúcar)
- 10) COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PARÁ (COSIPAR) - CHINA  
MINMETALS (Aquisição de equipamentos e tecnologia chineses para exportação de minério brasileiro para a China)

11) CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO BRASIL - CHINA  
ENTERPRISE FEDERATION

(Intercâmbio de informações e experiências no setor industrial)

12) COMPANHIA BRASILEIRA DE BICICLETAS - JINAN QINGQI  
MOTORCYCLE (*Joint-venture* para produção de bicicletas e motos)

13) CHINA NATIONAL MACHINERY (CMEC) - CENTRAL TERMELÉTRICA  
DO SUL

(Construção de usina térmica no Rio Grande do Sul)

14) GRUPO TRÊS MARIAS EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO - CHINAPACK  
HUA YUAN INTERNATIONAL ECONOMIC COOPERATION

(Negociação para venda de café solúvel ao mercado chinês)

**FONTES:**

Câmara de Comércio e Indústria Brasil China e Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República. Nº 198- Brasília, 03 de junho de 2004. Documento não publicado e disponível no site: /www.ccibc.com.br, acesso: 16/11/2004.



## **COMUNICADO CONJUNTO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (24.05.2004)**

Por ocasião do 30º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a China, a convite do Excelentíssimo Senhor Hu Jintao, Presidente da República Popular da China, o Excelentíssimo Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, realiza visita de Estado à República Popular da China, de 22 a 27 de maio de 2004. Acompanham sete Ministros, seis Governadores, um Senador e dez Deputados, bem como missão empresarial composta por mais de 420 integrantes.

2. Durante a visita, o Presidente Hu Jintao e o Presidente Lula mantiveram conversações em clima de grande entendimento e amizade, durante as quais os dois altos dirigentes efetuaram proveitoso intercâmbio de visões sobre as relações bilaterais, bem como sobre questões internacionais e regionais de interesse mútuo. Foram assinados na ocasião numerosos documentos com vistas ao fortalecimento da cooperação. As duas partes coincidiram na avaliação de que a visita de Estado do Presidente Lula à República Popular da China vem alcançando resultados sumamente positivos, contribuindo para impulsionar ainda mais o contínuo desenvolvimento da parceria estratégica entre os dois países.

3. As duas partes convieram em que, ao longo dos 30 anos desde o estabelecimento das relações diplomáticas e, sobretudo, com o surgimento da Parceria Estratégica Sino-Brasileira na década de 90 do século passado, as relações entre os dois países têm-se desenvolvido de forma altamente satisfatória, apresentando significativos frutos em todas as áreas. Para maior adensamento dessa parceria, ambos os lados coincidiram em que as relações entre os dois países se orientem pelos seguintes quatro princípios: 1) fortalecimento da confiança política mútua, com base em um diálogo em pé de igualdade; 2) aumento do intercâmbio econômico-comercial com vistas ao benefício recíproco; 3) promoção da cooperação internacional, com ênfase na coordenação das negociações; 4) promoção do intercâmbio entre as respectivas sociedades civis, de modo a aprofundar o conhecimento mútuo.

4. As duas partes passaram em revista o andamento dos grandes projetos de cooperação entre os dois países nas áreas econômico-comercial, científico-tecnológica, social, cultural e outras, constatando as enormes potencialidades da cooperação sino-brasileira. Acordaram que, com base nos princípios acima, ambos os lados irão implementar os acordos de cooperação já firmados e ampliar consistentemente a cooperação bilateral para novas áreas, de forma a contribuir para o bem-estar dos dois povos.

5. As duas partes concordaram em estabelecer a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, a fim de orientar e coordenar o desenvolvimento do relacionamento entre os dois países. Essa Comissão será co-presidida pelo Excelentíssimo Senhor José Alencar, Vice-Presidente brasileiro, e pela Excelentíssima Senhora Wu Yi, Vice-Primeira-Ministra chinesa. A forma de funcionamento da Comissão de Alto Nível será definida de comum acordo por meio dos canais diplomáticos dos dois lados.

6. Com relação aos usos pacíficos do espaço exterior, a parte brasileira congratulou a China pelo lançamento exitoso do seu primeiro vôo tripulado em órbita terrestre. Ambos os Chefes de Estado manifestaram sua satisfação com o bom andamento e êxito do Programa de Satélites de Recursos Terrestres Sino-Brasileiro – CBERS. A adoção de um quadro regulatório para dar sustentação à cooperação relacionada às aplicações de sensoriamento remoto ampliará ainda mais os feitos já alcançados e permitirá disponibilizar a terceiras-partes os serviços gerados pelo Programa CBERS.

7. As duas partes registraram que as relações econômico-comerciais estão se desenvolvendo de forma cada vez mais estreita e que o volume de comércio bilateral tem-se expandido continuamente nos últimos anos. A parte brasileira tomou conhecimento dos importantes avanços na reforma do sistema econômico chinês e se comprometeu a examinar a questão do reconhecimento da China como um país de economia de mercado, com espírito construtivo. As duas partes reiteraram que vão se empenhar conjuntamente pelo aprimoramento qualitativo e pelo desenvolvimento estável a longo prazo da cooperação econômico-comercial bilateral.

8. As duas partes expressaram satisfação com os grandes projetos empresariais firmados ou anunciados durante a visita, envolvendo parcerias entre importantes empresas brasileiras e chinesas. As duas partes notaram com satisfação o bom êxito da missão empresarial brasileira, que levou mais de 420 empresários brasileiros à China. Deram as boas-vindas à constituição do Conselho Empresarial Brasil-China, que agrupa firmas brasileiras e chinesas de grande expressão.

9. A parte brasileira reafirmou sua posição sobre o princípio de “uma só China” e de ser o Governo da República Popular da China o único governo legal da China, posicionamento esse que vem orientando a política externa brasileira nos últimos 30 anos. Nesse contexto, concordou com a postura chinesa de que Taiwan e Tibete são partes inseparáveis do território chinês e manifestou seu repúdio a quaisquer ações e palavras unilaterais que visem a promover movimentos separatistas e a aumentar a tensão da situação no estreito de Taiwan e a conduzir à “independência de Taiwan”. A parte chinesa manifestou a sua apreciação pela posição brasileira nesse sentido.

10. As duas partes coincidiram na defesa da democratização das relações internacionais e de um sistema internacional multipolar como fatores fundamentais para enfrentar ameaças e desafios globais e regionais por meio da prevenção e da solução pacífica de controvérsias e com base no respeito à igualdade soberana e ao direito internacional.

11. As duas partes expressaram seu apoio à autoridade das Nações Unidas e ao seu papel central na manutenção da paz e da segurança internacionais e na promoção do desenvolvimento. Nesse contexto, expressaram a necessidade de reforma das Nações Unidas, inclusive a do Conselho de Segurança, de forma a torná-lo mais representativo e democrático, promovendo as reformas necessárias e adequadas naquele órgão, que dêem maior papel aos países em desenvolvimento. A parte chinesa atribuiu alta importância à influência e ao papel que o Brasil tem desempenhado nos assuntos regionais e internacionais e apoiou o Brasil, como o maior país em desenvolvimento do hemisfério ocidental, para desempenhar maior papel nas instituições multilaterais, como as Nações Unidas. A parte chinesa manifestou a disposição de fortalecer o intercâmbio e a cooperação com a parte brasileira nessa questão.

12. As duas partes repudiaram com firmeza o terrorismo em todas suas formas. A esse respeito, expressaram a convicção comum de que o combate ao terrorismo deve implicar medidas abrangentes de cooperação e tratar tanto do fenômeno como das suas raízes. Nesse sentido, as duas partes fizeram apelo à comunidade internacional para que se fortaleça a cooperação e se dê o papel dominante às Nações Unidas.

13. As duas partes consideraram que a questão do desenvolvimento se torna cada vez mais crucial em âmbito global e defenderam o reforço da cooperação da comunidade internacional com vistas a promover o desenvolvimento econômico e social e a erradicar fenômenos como pobreza, discriminação, desigualdade, entre outros. A parte chinesa expressou sua apreciação pelo empenho positivo do Presidente Lula no combate à pobreza. As duas partes convieram em reforçar o intercâmbio e a cooperação entre os dois Governos nesse campo com o fim de reduzir a pobreza em âmbito global.

14. As duas partes chamaram atenção para os desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento diante da globalização econômica e reafirmaram a importância de se consolidar o sistema do comércio multilateral em bases equitativas. Consideraram que a nova rodada das negociações comerciais multilaterais desempenhará um papel importante na promoção do desenvolvimento global, sobretudo para os países em desenvolvimento, cujas preocupações devem ser pontos prioritários a serem resolvidos nas negociações. Sublinharam, nesse sentido, o papel central das negociações em agricultura e o papel construtivo desempenhado pelo G-20. As duas partes manifestaram sua disposição em continuar a fortalecer a coordenação entre si na Rodada de Doha e impulsionar as negociações com vistas a alcançar os resultados que reflitam interesses de todas as partes, em especial do mundo em desenvolvimento, para que ela se torne verdadeiramente uma Rodada do Desenvolvimento.

15. As duas partes coincidiram em reafirmar os princípios da universalidade, indivisibilidade e não-seletividade dos Direitos Humanos conforme estabelecido pela Declaração e Programa de Ação de Viena. Nesse contexto, salientaram a importância fundamental da plena realização do direito ao desenvolvimento e reiteraram que a promoção e a proteção dos direitos humanos devem corresponder aos propósitos e aos princípios da Carta das Nações Unidas. As duas partes manifestaram sua não conformidade com a politização da questão dos direitos humanos e com a adoção de critérios seletivos. Reiteraram também sua intenção de fortalecer o

intercâmbio e a cooperação entre si no campo dos direitos humanos. A parte chinesa expressou o agradecimento à parte brasileira pelo seu apoio na Comissão de Direitos Humanos em Genebra.

16. As duas partes consideraram que a união e a cooperação dos países em desenvolvimento nas respectivas regiões beneficiam a promoção da estabilidade e do desenvolvimento regional. A China expressou apreciação pela atuação positiva do Brasil no campo da integração regional, e o Brasil elogiou o processo de modernização da China como importante fator de promoção à segurança, à estabilidade, ao desenvolvimento e à cooperação na Ásia.

17. As duas partes consideraram que a Parceria Estratégica Sino-Brasileira é parte importante do relacionamento entre a China e a América Latina e da cooperação transregional entre a Ásia e a América Latina. Concordaram em que os dois países vão continuar a se empenhar pelo contínuo desenvolvimento das relações entre a China e a América Latina e entre a Ásia e a América Latina. A parte brasileira incentivou a China a continuar buscando cooperação de benefício recíproco com os países e as organizações regionais da América Latina e manifestou apoio a que a China se torne observador da OEA e membro do BID. A China, de seu lado, expressou apoio a que o Brasil tenha maior participação no processo do desenvolvimento da Ásia e a se tornar membro do Banco do Desenvolvimento da Ásia.

18. As duas partes sublinharam a existência da forte complementaridade econômica entre o Mercosul e a China e as amplas perspectivas do desenvolvimento da cooperação econômico-comercial. Frisaram, assim, a necessidade de aperfeiçoar o mecanismo de diálogo entre o Mercosul e a China, bem como de realizar consultas profundas sobre o livre comércio e demais temas de interesse mútuo.

19. O Presidente Lula agradeceu a calorosa acolhida e a grande hospitalidade recebidas durante a visita à China e convidou o Presidente Hu Jintao para visitar o Brasil em data oportuna. O Presidente Hu Jintao aceitou o convite com satisfação.

**Fonte:** Ministério das Relações Exteriores, Assessoria de Imprensa do Gabinete. Documento não publicado e disponível no site: [www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br), Nota nº 213 - 24/05/2004, Distribuição 22, acesso: 16/11/2004.

**ATOS CELEBRADOS ENTRE OS GOVERNOS BRASILEIRO E  
CHINÊS, POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, SENHOR  
HU JINTAO**

- Protocolo entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e a Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China sobre Quarentena e Condições Sanitárias e Veterinárias da Carne de Aves a ser exportada do Brasil para a República Popular da China
  
- Protocolo entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e a Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China sobre Quarentena e Condições Sanitárias e Veterinárias de Carne Bovina Desossada a ser exportada do Brasil para a República Popular da China
  
- Protocolo entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e a Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China sobre Quarentena e Condições Sanitárias e Veterinárias de Carne de Aves Processada Termicamente a ser exportada do Brasil para a República Popular da China
  
- Protocolo entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e a Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China sobre Quarentena e Condições Sanitárias e Veterinárias de Carne Suína Processada Termicamente a ser exportada do Brasil para a República Popular da China
  
- Memorando de entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da República Popular da China em Cooperação Industrial

- Acordo entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da República Popular da China sobre o Estabelecimento do Grupo de Trabalho de Indústria Minero-Metalúrgica
- Acordo entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da República Popular da China sobre o Estabelecimento do Grupo de Trabalho de Etanol
- Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China para o Combate à Criminalidade Organizada Transnacional e outras Modalidades Delituosas
- Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China
- Protocolo Complementar ao Acordo Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para a Cooperação no Sistema de Aplicações CBERS
- Protocolo Complementar ao Acordo Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para o Desenvolvimento Conjunto do Satélite CBERS-2B
- Memorando de entendimento entre o Ministério do Turismo da República Federativa do Brasil e a Administração Nacional de Turismo da República Popular da China na Facilitação de Viagens de Grupos de Turistas Chineses ao Brasil.

**FONTE:**

Ministério das Relações Exteriores, Assessoria de Imprensa do Gabinete. Documento não publicado e disponível no site: [www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br), Notas nº 526 e 527, - 12/11/2004, Distribuição 22 e 23 , acesso: 16/11/2004.